UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO PROFISSIONAL

LUCAS TROGLIO

"JORRAR ÁGUA SOBRE ESTA CIDADE": UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DO SANEAMENTO EM CAXIAS DO SUL (1875 – 1928)

CAXIAS DO SUL
2021

LUCAS TROGLIO

"JORRAR ÁGUA SOBRE ESTA CIDADE": UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DO SANEAMENTO EM CAXIAS DO SUL (1875 – 1928)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História, ao Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado Profissional, da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Professora Doutora Katani Maria Monteiro Ruffato

CAXIAS DO SUL
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

T844j Troglio, Lucas
"Jorrar água sobre esta cidade" [recurso eletrônico] : uma história ambiental do saneamento em Caxias do Sul (1875-1928) / Lucas Troglio. – 2021.
Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.
Orientação: Katani Maria Monteiro Ruffato.
Modo de acesso: World Wide Web
Disponível em: https://repositorio.ucs.br

1. História - Estudo e ensino. 2. Saneamento - Caxias do Sul, RS - História. 3. Meio ambiente - História. 4. Documentário (Cinema). 5. História pública. I. Ruffato, Katani Maria Monteiro, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37.016:94

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

“JORRAR ÁGUA SOBRE ESTA CIDADE”: UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DO SANEAMENTO EM CAXIAS DO SUL (1875 – 1928)

Lucas Troglio

Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História.

Caxias do Sul, 12 de julho de 2021.

Banca Examinadora:

Profª Drª Katani Maria Monteiro Ruffato
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Profª Drª Cristine Fortes Lia
Examinadora
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Profª Drª Elenita Malta Pereira
Examinadora
Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO

AGRADECIMENTOS

O processo que envolveu a pesquisa e a escrita deste trabalho e a realização do documentário, produto desta dissertação, foi possível graças a uma série de pessoas as quais eu agradeço por contribuírem com a minha formação acadêmica e pessoal. Foi uma honra partilharmos esses momentos.

Agradeço à Anelise Cavagnolli e Neisi Coelho Zorzi por me inserirem na temática do saneamento, matéria deste trabalho, e por participarem da produção do documentário cedendo entrevistas.

À professora Luiza Horn Iotti que, ainda no período da Licenciatura em História, acreditou na continuidade desta pesquisa e me incentivou a participar de eventos que contribuíram no meu amadurecimento enquanto pesquisador.

Ao Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e seu conjunto de profissionais qualificados e sempre solícitos no recebimento de pesquisadores.

À Andréia Copini e ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) por integrarem minha trajetória e cederem locação para as filmagens de *Fontes da Cidade*.

À banca de qualificação, formada pelas professoras Elenita Malta Pereira e Cristine Fortes Lia, que permitiu a ressignificação e aperfeiçoamento da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul e ao qualificado grupo docente e discente que em muito complementam e amparam a trajetória de todos os mestrandos.

À minha orientadora, Katani Monteiro, por nossa relação de confiança e aprendizagem, bem como a participação em todas as etapas da pesquisa e realização do produto.

Ao produtor de *Fontes da Cidade*, Rafael Vebber, pelos ensinamentos e todas as vezes em que me disse “vai dar tudo certo”.

À equipe do documentário (Gabriel Radaelli, Geovane Blanco, Lidiane Soares, Luan Tomé Mussoi) e aos entrevistados Heloísa Giron e Roberto Nascimento sem os quais o filme não seria possível.

À minha amiga, colega e revisora Daiane Gaiardo, pela leitura atenta e que tanto contribuiu para a redação final.

À minha companheira e amada Aline Duarte, a primeira leitora e crítica de todos os capítulos da dissertação.

Aos meus familiares pelo suporte e amor desde sempre.

Em mim, o cidadão prevalece sobre o escritor. Interessa-me perguntar a mim próprio: o que é que me preocupa?

José Saramago[1]

[1]SARAMAGO, José. **As palavras de Saramago**: catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas. Fernando Gómez Aguilera (sel. e org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 348.

RESUMO

A questão do saneamento e suas implicações ambientais é uma das mais urgentes e mal resolvidas no Brasil, de forma que grande parte da população ainda não tem acesso a esse serviço essencial e sua ausência, ou má administração, produz significativos impactos socioambientais. O objetivo desta dissertação é compreender a implantação dos serviços de saneamento, a partir de seus atores humanos e não humanos, em Caxias do Sul entre os anos de 1875 e 1928, e produzir um documentário de curta-metragem que narre parte dessa dinâmica. A pesquisa foi realizada a partir das documentações, textuais e de imagens, produzidas pela Intendência Municipal e a imprensa do período. A teoria do ator-rede de Bruno Latour foi a chave de leitura para o entendimento do coletivo de atores humanos e não humanos em associação nas práticas de saneamento e higiene pública. Foi possível verificar a expansão desse coletivo e uma série de transformações da paisagem decorrentes da implantação de tecnologias de saneamento, do aumento da densidade demográfica e o estabelecimento de microrganismos causadores de algumas doenças relacionadas a esse processo. Sobre a produção do documentário, verificou-se a pertinência dos temas relacionados à História Ambiental e Educação Ambiental no Ensino de História, assim como a importância de práticas de História Pública e Divulgação de História na intenção de ampliar o público e o impacto social das pesquisas em História.

Palavras-chave: Ensino de História. Saneamento. História Ambiental. Documentário. História Pública.

ABSTRACT

The issue of sanitation and its environmental implications is one of the most urgent and poorly resolved in Brazil, so that a large part of the population still does not have access to this essential service and its absence, or poor management, produces significant socio-environmental impacts. The objective of this dissertation is to understand the implementation of sanitation services, from its human and non-human actors, in Caxias do Sul between the years 1875 and 1928, and to produce a short documentary that narrates part of this dynamic. The research was carried out using the documentation, text and images, produced by the Municipal Intendency and the press of the period. Bruno Latour's actor-network theory was the key to understanding the collective of human and non-human actors in association with sanitation and public hygiene practices. It was possible to verify the expansion of this collective and a series of landscape transformations resulting from the implementation of sanitation technologies, the increase in demographic density and the establishment of microorganisms that cause some diseases related to this process. Regarding the production of the documentary, was verified the relevance of the themes related to Environmental History and Environmental Education in History Teaching, as well as the importance of Public History and History Dissemination practices in order to expand the public and the social impact of researches in History.

Keywords: History Teaching. Sanitation. Environmental History. Documentary. Public History.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHMJSA – Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul/RS)

NAV – Ponto de Cultura Núcleo Audiovisual

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Caxias do Sul/RS)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de Caxias do Sul (1890-1930)
Tabela 2 - Registro de sepultamentos da Intendência Municipal (1909-1925)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Campo dos Bugres segundo João Spadari Adami.
Figura 2 - Fotografia da residência de Adelino Sassi durante comício do PRR.
Figura 3 - Vista para o galpão do serviço de remoção de matérias fecais.
Figura 4 - Planta de Caxias do Sul com trajeto do serviço de remoção de matérias fecais.
Figura 5 - Vista para reservatório das terras de Antonio Giuriolo.
Figura 6 - Mapa com a localização da hidráulica e da Bacia de Captação do arroio Dal Bó.
Figura 7 - Mapa da rede da Hidráulica Municipal.
Figura 8 - Vista para os trabalhos de limpeza da Represa São Miguel integrante do sistema da Hidráulica Municipal.
Figura 9 - Localização dos cemitérios locais e da Chácara Municipal.
Figura 10 - Sepultamento de Elizabeta Felippini no Cemitério Público Municipal.
Figura 11 - Entrevista com a historiadora Anelise Cavagnolli nas proximidades do AHMJSA.
Figura 12 - Entrevista com a historiadora Neisi Coelho Zorzi no AHMJSA.
Figura 13 - Entrevista com a bióloga e educadora ambiental Heloísa Giron no Parque Getúlio Vargas.
Figura 14 - Entrevista com a historiadora Katani Monteiro em frente à Estação de Tratamento de Água Borges de Medeiros.
Figura 15 - Entrevista com o historiador Roberto Nascimento na Praça Dante Alighieri.
Figura 16 - Cartaz de *Fontes da Cidade.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1 "DAS AGUADAS E FONTES" À "REMOÇÃO EXCREMENTICIA": ÁGUA E ESGOTO NO SANEAMENTO DE CAXIAS DO SUL 27
1.1 O Campo dos Bugres 27
1.2 A colonização e a apropriação das águas 30
1.3 O tratamento de esgoto como reação à poluição das águas subterrâneas 35

2 "SALUS POPULUS SUPREMA LEX": A CONSTRUÇÃO DE REPRESAS EM CAXIAS DO SUL E A HIDRÁULICA MUNICIPAL DR. BORGES DE MEDEIROS 48
2.1 A primeira experiência de represamento 48
2.2 A Hidráulica Municipal Borges de Medeiros 52

3 "COMO SE RESPIRA BEM AQUI!": SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA NO CONTEXTO DO SANEAMENTO CAXIENSE 70
3.1 Saúde e higiene pública em Caxias do Sul 73
3.2 Sanear a morte, o matadouro e o cemitério público 82

4 *FONTES DA CIDADE*: UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A HISTÓRIA DAS ÁGUAS EM CAXIAS DO SUL 90
4.1 História Ambiental, Ensino de História e História Pública 91
4.2 Fontes da Cidade: da pré-produção à finalização 96

CONSIDERAÇÕES FINAIS 109

REFERÊNCIAS 112

FONTES CONSULTADAS 118

ANEXOS 120

INTRODUÇÃO

Entre as atribuições das administrações públicas, pode-se dizer que poucas têm tamanho poder de mobilização social e impacto ambiental quanto o saneamento. A viabilidade de uma cidade passa pela capacidade de abastecer sua população e de tornar salubre as condições de recursos naturais, além de administrá-los de maneira sustentável.

A escolha dessa temática resulta da experiência de pesquisa realizada ainda durante o período em que cursava a Licenciatura em História, nesta mesma universidade, e uma oportunidade profissional surgiu. Tratava-se das comemorações de 50 anos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), a autarquia municipal, fundada em 1966, responsável pelo serviço de saneamento em Caxias do Sul. Entre as propostas estavam a escrita de um livro institucional[2], em parceria com o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, narrando a história do saneamento da cidade, e a produção de um audiovisual que seguisse a mesma narrativa[3].

Ao longo de um ano, o trabalho permitiu o acesso e a familiarização com a documentação e a história dessa instituição. Durante as atividades, o problema do saneamento, que até então não despertava grande interesse, passou a se revelar um grande campo de disputas políticas e um potencial meio de interpretar os processos públicos municipais e suas relações com o meio ambiente, dando um maior significado para a realidade presente da cidade. Ao realizar a pesquisa empírica e ao entrar em contato com a literatura já produzida, o tema se evidenciou um ponto da história da cidade que, por ora, ainda não havia sido tema exclusivo de investigação que poderia contribuir para a historiografia local e avançar nos temas do ensino de história.

Em razão dos prazos limitados e do próprio caráter institucional do trabalho, diversas limitações ocorreram. Não foi possível aprofundar uma discussão teórica que o problema de pesquisa exigia, o recorte temporal do livro – que discorreu sobre mais de 140 anos - não permitiu uma análise mais criteriosa de cada fase do processo e o próprio caráter político da publicação – pois se tratava de um material ligado à administração municipal – exigiu ater-se a uma narrativa mais linear e pouco crítica acerca do objeto. Outro fator, de grande potencial, mas que não se realizou sob condições ideais, foi a produção do audiovisual, restrito em razão

[2]SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. SAMAE 50 anos: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul: 1966-2016. Caxias do Sul: SAMAE, 2016. 214 p.
[3]O produto audiovisual encontra-se disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=YdRVAeToLvs .

dos problemas da pesquisa. Por isso, neste trabalho, pretendo superar essa realidade e produzir um novo material.

Ao trabalhar nesse projeto, o potencial educativo da temática e a possibilidade de trazer a escrita da história para outra plataforma de comunicação, que não a escrita, criaram um grande entusiasmo que levou a novos caminhos que se encontraram com os objetivos do programa de Mestrado Profissional em História da Universidade de Caxias do Sul. Dessa forma, aquele trabalho inicial, de caráter institucional, permitiu o início de uma pesquisa acadêmica, voltada para o estudo crítico da história municipal que pretende contribuir com os trabalhos que vêm se preocupando com novas possibilidades no ensino de história.

Os dados sobre o saneamento no Brasil são alarmantes. Segundo o Instituto Trata Brasil, apenas 54% da população tem o seu esgoto coletado e somente 49% é tratado. Apenas 21 das 100 maiores cidades brasileiras tratam acima de 80% dos seus efluentes. Cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada. Em 2019, as perdas durante a distribuição de água chegavam a 39%. Quando observamos exclusivamente a região sul, os valores são 37,5% de desperdício. Cerca de 90% dos sulistas têm acesso à distribuição de água tratada, e apenas 46% do esgoto da região é tratado[4]. No ranking do saneamento de 2020, Caxias do Sul ocupa o 50º lugar, com 98,52% da população atendida pela rede de distribuição de água e 88,86% de atendimento de coleta de esgoto[5].

O saneamento caxiense é um tema que mobiliza a cidade. O município passou por crises de racionamento de água, particularmente nas décadas de 1920 e 1980, que atingiam principalmente as áreas mais periféricas. O tratamento de esgoto é uma realidade muito recente e ainda incapaz de sanar a poluição histórica. Ambos os arroios que cortam a área urbana, Arroio Tega e Pinhal, tiveram sua vida biológica e social aniquiladas. Durante o processo de colonização, empresas se instalaram nas margens desses córregos e iniciaram um processo de poluição de suas águas. Além do esgoto industrial, a população utilizou desses arroios para despejar os resíduos domiciliares. A rica vegetação que servia como filtro de impurezas foi derrubada ano após ano[6]. Em 2019, um acontecimento trouxe o debate da salubridade da água novamente à tona: no mês de junho, a imprensa noticiou um estudo que

[4]**INSTITUTO TRATA BRASIL**. Disponível em: http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas. Acesso em: abr. 2021.
[5]**INSTITUTO TRATA BRASIL**. Disponível em: http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking_2020/Relat%C3%B3rio_-_Ranking_Trata_Brasil_2020_1.pdf. Acesso em: abr. 2021.
[6]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado pelo Intendente Municipal Major José Penna de Moraes ao Conselho Municipal em 15 de novembro de 1914, referente ao período de 1913 a 31.10.1914. Caxias do Sul – RS. Acervo: AHMJSA.

constatou a presença de agrotóxicos identificados em amostras das represas locais, sendo 11 deles associados ao desenvolvimento de doenças como o câncer[7].

As escolhas que as administrações locais proporcionaram ao município levaram ao atual sistema de saneamento municipal. Desde 1925, quando iniciou a construção da Hidráulica Municipal Borges de Medeiros, a municipalidade pauta sua prática de abastecimento em represamento de arroios e construção de represas distantes da zona central que acabam por desmatar uma grande área verde, além de exigir investimentos milionários na contratação de empreiteiras. Apenas em 1998, quando a Prefeitura iniciou a operação da Estação de Tratamento de Esgoto Serrano, os resíduos domiciliares passaram a ser tratados efetivamente, embora de forma localizada. Desde então, o saneamento caxiense passou a agregar a construção de grandes sistemas de tratamento e despoluição.

Vale observar que as administrações municipais sempre divulgaram e defenderam essas medidas como trunfos de suas políticas e fruto de uma inevitável busca por "progresso". É comum encontrar discursos enaltecendo a posição da cidade no "ranking de saneamento do Brasil"[8]. Pode-se dizer que o urbanismo – ou desurbanismo[9] – de Caxias do Sul envolve uma sistemática destruição de seus recursos naturais e da qualidade de vida local. O serviço de saneamento se constitui como uma prática para atenuar – ou lucrar com – as marcas da própria ação humana.

A partir deste panorama, determino como problema a ser respondido como foi o processo de implementação dos serviços de saneamento em Caxias do Sul e como essa temática se constitui um tema para o ensino de história? Para desenvolver essa problematização, proponho não apenas narrar as ações da Intendência Municipal, mas também entender as relações políticas, econômicas e técnico-científicas que envolveram os agentes humanos e não humanos.

O recorte temporal foi selecionado tendo como marco inicial a colonização da cidade (1875) e o estabelecimento das primeiras práticas de abastecimento de água, tratamento do

---

[7]**PIONEIRO.** Caxias do Sul, 24 jun. 2019. Disponível em: http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2019/06/audiencia-publica-discute-qualidade-da-agua-em-caxias-10948044.html. Acesso em: ago. 2019.

[8]**Caxias do Sul está em 37º lugar no ranking das 100 melhores cidades em saneamento básico do país**. https://www.samaecaxias.com.br/Noticia/Exibir/43468/caxias-do-sul-esta-em-37-lugar-no-ranking-das-100-melhores-cidades-em-saneamento-basico-do-pais. Acesso em: jun. de 2019.

[9]Entende-se por desurbanismo, segundo Lucas Figueiredo de Medeiros, o *uso consciente* de técnicas e práticas por profissionais do urbanismo que promovem a quebra de relação entre edifícios e espaços públicos, impossibilitando diferentes formas de vida e ocupação do espaço. Em consonância, essas práticas impõem o modo de vida dominante "pois ele cria interações destrutivas para outros modos de vida". FIGUEIREDO, Lucas. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. In: **I ENANPARQ**, 2010, Rio de Janeiro. Anais do I ENANPARQ. Rio de Janeiro: PROURB, 2010.

esgoto e higienização do espaço, e finda com a inauguração do sistema de abastecimento Dal Bó (1928), empreendimento que deu início à forma ainda vigente de distribuição de água da cidade.

A pesquisa situa a cidade de Caxias do Sul como área a ser analisada. Assim, ao estabelecer esta escala de análise, cabe refletir sobre as noções de espaço e território. Conforme Haruf Salmen Espindola (2015), espaço não é apenas o palco para os acontecimentos, mas uma conjuntura histórica constituída de processos de organização política, social, cultural e econômica. No espaço, seres e coisas formam organizações que, ao agirem, produzem o território. Para Espindola, o território "é um determinado modo de subjugar o espaço" o que envolve as categorias de "apropriação, delimitação, definição e regulação" (ESPINDOLA, 2015, p. 353). Esta opção de escala permite uma melhor análise das particularidades locais e "mais controle sobre as variáveis" (ESPINDOLA, 2015, p. 361), além de verificar como "as trajetórias humanas dependem de suportes espaciais e se combinam ou se conflitam com as trajetórias do mundo natural" (ESPINDOLA, 2015, p. 367). Assim, como apresento adiante, a constituição da política de saneamento envolveu a conformação do território caxiense sob determinadas práticas de apropriação da natureza - considerada como uma força específica dessa relação - além disputas políticas, científicas e econômicas.

Defino como objetivo da pesquisa compreender a implantação dos serviços de saneamento, a partir de seus atores humanos e não humanos, em Caxias do Sul, visando a uma proposta para o ensino de história. Como desmembramento desse desígnio pretendo também:

– Relacionar os agentes humanos (políticos, econômicos e técnicos) do saneamento aos não humanos e sua influência no processo de implantação dessas práticas;

– Evidenciar transformações promovidas pelas práticas de saneamento na paisagem da cidade;

– Inferir sobre as condições de saneamento e da higiene pública em Caxias do Sul entre os anos de 1875 e 1928;

– Apresentar a pertinência do tema frente às demandas do ensino de história;

– Elaborar produto audiovisual sobre a história do saneamento em Caxias do Sul;

A fim de trilhar esse caminho, realizo uma revisão das fontes oficiais produzidas pela Intendência Municipal como os códigos de posturas e administrativo, os relatórios dos intendentes, os livros de atos e contratos municipais e a documentação do cemitério público. A leitura da imprensa da época permitiu inferir sobre os agentes do saneamento externos às

instituições públicas, como empresários, médicos e jornalistas, e suas demandas. Além disso, a observação das fotografias produzidas pela Intendência oportunizou a observação da paisagem e suas respectivas transformações.

Para a apropriação metodológica desse conjunto variado de fontes, de forma geral, orientei-me pelos critérios de pertinência e suficiência (BARROS, 2012), ou seja, o *corpus documental* foi selecionado com a intenção de atingir os objetivos da pesquisa à luz do referencial teórico estabelecido. Sobre a diversidade de documentos, analisei cada setor de fontes a partir de observações próprias do lugar de produção dessas na intenção de "situar a fonte em uma rede intertextual ou contextual" (BARROS, 2012, p. 427). A seguir, aponto, de forma breve, essas particularidades.

As fontes oficiais, como os relatórios municipais e a documentação administrativa – como livros de contratos, atos e do cemitério – exigem o reconhecimento de suas intencionalidades e compromissos políticos do momento de sua produção. Segundo Fabiano Quadros Rückert (RÜCKERT, 2015, p. 23), esses compromissos influenciavam a escrita desses documentos que "apresentavam as ações do governo como um processo ordenado, correto e isento de dúvidas". Esse conjunto de fontes apresenta uma quantidade significativa de informações qualitativas e quantitativas das ações municipais em saneamento e das relações e formas de apropriação da natureza. Além disso, os relatórios são acompanhados de uma série de fotografias apropriadas nessa pesquisa.

As imagens, por sua vez, produzidas pela municipalidade foram selecionadas e analisadas pensando suas aproximações com o tema da pesquisa e as possibilidades de observação sobre o meio ambiente. Contudo, é de se destacar, que, no momento de produção dessas imagens, elas possuíam significados distintos, afinal, como nos informa Ana Maria Mauad, "o historiador entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática [a] ser estudada" (MAUAD, 1996, p. 10). Dessa forma, assim como a documentação oficial escrita, as fotografias foram produzidas em um contexto de compromissos e intenções, geralmente associado a apresentar os trunfos das administrações. Nesta pesquisa, procuro ressignificar as imagens, chamando atenção aos elementos da paisagem, práticas de saneamento e relações entre elementos humanos e não humanos evidenciáveis.

A imprensa do período foi utilizada a fim de se observar as contraposições ou concordâncias frente às informações oficiais, identificando suas parcialidades e julgamentos no contexto das obras de saneamento. Os periódicos, portanto, permitem identificar grupos e linhas editoriais com "ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros" que

influenciaram o processo de implantação das práticas de saneamento e a existência, ou não, de preocupação ambiental no seu conteúdo (LUCA, 2005, p. 140). É de se destacar, com Rafael Saraiva Lapuente (LAPUENTE, 2015, 15), que os jornais possibilitam a "análise das lutas políticas, pois, além de retratá-las, o jornal acaba sendo como um elo ou agente de combate entre as distintas correntes", o que fica em evidência durante o período da construção da Hidráulica Municipal, em Caxias do Sul, apresentado no segundo capítulo desta dissertação. No caso em tela, os periódicos *O Regional* e *Caxias* foram os veículos em oposição que noticiavam os méritos, ou deméritos, da obra.

Outra documentação consultada, os códigos de posturas, evidenciaram as demandas da medicina por controle social, muito influentes entre o século XIX e início do século XX. Nesse momento, o processo de urbanização das cidades era acompanhado da intervenção médica que visava ordenar o convívio social "visto que a sua desordem acarretava, na concepção da época, o aparecimento de doenças" (SCHMACHTENBERG, 2008, p. 2). Segundo Ricardo Schmachtenberg, os códigos de posturas "podem ser analisados como uma fonte de normalização da sociedade, normatização do espaço urbano, de organização do ambiente citadino e ainda como uma legislação da cidade" (SCHMACHTENBERG, 2008, p. 5-6). Assim, foi possível identificar as práticas de higiene e saneamento prescritas que intencionavam conformar a vida local.

O estudo das práticas e políticas de saneamento e higiene urbana se constitui no presente trabalho como um esforço de contribuir com os estudos que entendem a história ambiental urbana como importante problemática para o ensino de história, atendendo demandas contemporâneas de desenvolver uma nova sensibilidade das cidades para a preservação do meio ambiente e a soluções mais convenientes acerca da apropriação de recursos.

Segundo José D'Assunção Barros, a abordagem histórica das cidades e do fenômeno urbano, ao passo em que se apresenta diferentes métodos, abordagens e perspectivas, produz novas visões sobre o objeto, não esgotando o tema. O autor defende que cada cidade apresenta relativa autonomia política, mesmo quando submetida a forças externas, em razão de uma "concentração de poderes" própria. Assim, pode-se considerar que o estudo de cada municipalidade apresenta novas contribuições para o campo da história (BARROS, 2007).

Roland Barthes defendeu que "a cidade é uma escrita; quem se desloca na cidade, isto é, o usuário da cidade (o que todos nós somos), é uma espécie de leitor que, segundo as suas obrigações e os seus deslocamentos, recolhe fragmentos do enunciado" (BARTHES, 2001, p. 228). Com essa ideia em perspectiva, Barthes, demonstra a necessidade de

multiplicar as leituras da cidade em oposição a pesquisas que enfatizem apenas os aspectos funcionais de uma urbe.

O ensino de história nessa perspectiva, quando apreende a cidade, é potencializado na medida em que compreender a condição urbana, já naturalizado segundo Maria Silva Duarte Hadler, amplia a experiência de viver a cidade. A autora defende que "práticas educacionais seriam instigantes para desencadear outras formas de educação das sensibilidades que tenham a potencialidade de ressignificar as relações com a cidade" (HADLER, 2015, p. 229).

Esse pensamento demonstra potencial dado que, segundo Vanessa Barboza Araujo, em nosso cotidiano, a cidade é dada como um fenômeno natural. Daí a autora defende a perspectiva da consciência da cidade, ou seja, "a capacidade que têm os homens de objetivar a cidade, de compreendê-la como um produto da ação humana, de apreendê-la como lugar de múltiplas temporalidades e experiências sociais, de interpretá-la, de atribuir-lhe os mais diversos sentidos e de nela intervir" (ARAUJO, 2014, p. 25).

Nesse sentido, parece possível associar uma proposta de ensino de história acerca da cidade aproximando dos pressupostos da história ambiental, uma vez que se trata de um processo que relaciona as ações sociais frente ao mundo natural, um verdadeiro agente da história (CARVALHO, 2017).

A história ambiental, segundo José Augusto Pádua, procura superar a dicotomia estabelecida ao longo da história do pensamento ocidental entre natureza e sociedade, natureza e cultura. Por isso, essa proposta não se constituiria numa fragmentação ou segmentação do conhecimento histórico, mas "uma ampliação da análise histórica". Diz o autor:

> Não se trata, portanto, de reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca de uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica (PÁDUA, 2010, p. 94).

Essa abordagem nos parece fundamental para a temática deste trabalho, uma vez que, como será explicitado a seguir, o meio físico foi agente da ocupação urbana de Caxias do Sul tanto quanto os colonos, relacionando-se com possibilidades, limitações, sendo apropriado ou mesmo destruído.

Não se trata de uma narrativa que relate, de maneira reducionista, a destruição do meio natural em Caxias do Sul, mas uma reflexão sobre as escolhas e relações historicamente constituídas. Assim, como Carvalho e Costa nos demonstram, "a lição que se tira é sobre como a nossa maneira de ver e de nos relacionarmos com o ambiente não é algo 'natural', […] mas sim algo construído culturalmente diante de processos históricos, sociais e político-econômicos próprios do contexto" (CARVALHO e COSTA, 2016, p. 59).

A História Ambiental, na medida em que vem se aperfeiçoando enquanto campo de pesquisa, constituiu diferentes vertentes que buscam dialogar com os mais diversos temas. Nesta pesquisa, portanto, dialogo com a História Ambiental Urbana que busca, segundo Simonini e Ferreira a compreensão das "intervenções humanas e as mudanças e impactos nas cidades" (SIMONINI e FERREIRA, 2013, p. 3).

Segundo esses autores, tanto o senso comum, quanto o pensamento científico mais tradicional têm antagonizado as noções de cidade e natureza. No primeiro caso, por "apresentarem características distintas que não possuem uma relação direta, facilmente identificável, entre si, uma vez que se considera a natureza algo fora da cidade ou a ser percebida quando se sai do meio urbano" (SIMONINI e FERREIRA, 2013, p. 2). No segundo caso – a ciência –, a busca por transformá-los em objetos únicos de estudo leva à predominância de aspectos incompatíveis, sendo a cidade uma construção antrópica, e a natureza uma oposição à cultura.

Dessa forma, um trabalho História Ambiental Urbana contribui para um pensamento complexo em que natureza e sociedade, meio físico e cultura são elementos de uma mesma rede de relações, rompendo com o que Ewa Domanska (2013) chama de "antropocentrismo exacerbado". Trata-se de uma visão que pretende combater uma interpretação em que a espécie humana deteria o centro e o protagonismo principal da história, delegando aos outros seres um caráter coadjuvante. Fica evidente o alinhamento teórico com as mudanças de paradigma impostas por uma conjuntura planetária de problemas relacionados ao meio ambiente, novas biotecnologias e seus fenômenos decorrentes.

Para Domanska, a pesquisa assume o compromisso ético de transcender as relações essencialmente humanas. "Coisas, plantas e animais não-humanos, também devem ser incorporados a História como algo diferente de receptores passivos de ações humanas" (DOMANSKA, 2013, p. 17).

Assim, pensar a implantação das práticas e políticas de saneamento, bem como seus efeitos, envolve uma análise da agência história de humanos, sim, mas de todo um complexo

ecossistema que inclui não humanos. Nesta mesma lógica, Richard C. Foltz contribui significativamente para o entendimento da agência não humana. Segundo o autor

> Devemos lembrar a nós mesmos que os humanos interagem não apenas entre si, mas também, em todos os momentos, com lugares e contextos com o mundo não humano. Todas as ações humanas ocorrem no contexto de ecossistemas e são afetadas por elas de maneiras que diferem enormemente no tempo e no espaço. Negligenciar essa realidade é uma grave omissão, do tipo que os historiadores do mundo tentam corrigir entre os regionalistas (FOLTZ, 2013, p. 10)[10]

Esse pensamento fragmentado, segundo Foltz, contribui para a falsa percepção de que agimos desmembrados do contexto físico. Assim, o autor convoca a contestação da visão predominante de agência histórica. Não se trata, é importante destacar, de sobrepor os atores não humanos sobre nós, humanos, mas construir uma forma de pensar mais complexa – e ambientalmente responsável - da realidade.

Assim como no passado os historiadores negligenciaram a importância das mulheres, das classes sociais, das etnias, precisamos – mais uma vez - ampliar o entendimento sobre os atores da história. Afinal, como aponta Foltz "nossa avaliação arbitrária não altera a realidade – neste caso, a realidade de muitas de nossas interações históricas mais significativas têm sido e continuam sendo com não-humanos"[11] (FOLTZ, 2013, p. 23).

No esforço de promover essa ampliação do entendimento sobre os atores da história, vinculo esta pesquisa à teoria do ator-rede de Bruno Latour, que tem defendido a superação da tradicional visão de sujeito e objeto na pesquisa científica. Neste caso, aponta que "segundo essa visão demarcacionista, a história não passa de um meio provisório, para não humanos, de ter acesso à natureza não histórica [...]" (LATOUR, 2001, p. 183), ou seja, os elementos naturais são delegados a uma a-historicidade.

Pensar uma relação para além da dicotomia natureza/sociedade, integrando humanos e não humanos na história envolve, segundo Latour, o entendimento desses não humanos como "atores cabais em nosso coletivo" (LATOUR, 2001, p. 201). Dessa forma, a ação passa a ser entendida não como uma propriedade humana, mas "uma associação de atuantes" (LATOUR, 2001, p. 210). A teoria do ator-rede não se trata, é importante destacar, da "criação

[10] No original: We should remind ourselves that humans Interact not only with each other, but in all times, places and contexts with the non-human world as well. All human actions take place within the context of ecosystems, and are affected by them in ways that differ enormously over time and space. To neglect this reality is a grave an omission as the kind which world historians have been attempting to correct among regionalists (FOLTZ, 2013, p. 10).

[11] No original: Our arbitrary valuing does not alter reality – in this case the reality that many of our most significant historical interactions have been and continue to be with non-humans

de uma absurda ‘simetria entre humanos e não-humanos’” (LATOUR, 2012, p. 114) mas de uma visão relacional entre pessoas, animais, coisas, tecnologias. Por isso, “qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante” (LATOUR, 2012, p. 108).

Na perspectiva de Latour, o próprio conceito de sociedade não é o suficiente para interpretar os fenômenos que nos cercam, uma vez que considera apenas as “relações sociais do qual todos os não humanos foram cuidadosamente enucleados”. Daí a substituição da noção de sociedade por coletivo, “um intercâmbio de propriedades humanas e não-humanas no seio de uma corporação” (LATOUR, 2001, p. 222). No coletivo, que está sempre em expansão, os não humanos deixam de ser compreendidos como objetos e passam a ser entidades novas que atuam e interferem nas associações.

Isso impõe, pois, entender as políticas de saneamento em uma cidade a partir da leitura relacional entre atores sociais e naturais, particularmente dos elementos hídricos, e as práticas de descarte dos resíduos em conjunto com a atuação de não humanos, que impuseram limitações, possibilidades e se transformaram ao longo do tempo.

Do ponto de vista do ensino, assim como na pesquisa, a realidade complexa não pode passar despercebida, ao professor de história também cabe essa problematização. Não apenas para o entendimento de um processo histórico mais completo, mas, como nos aponta Bread Soares Estevam, para a construção de “análises e práticas pedagógicas que contribuam para a construção de formas menos predatórias de apropriação dos elementos naturais tendo o tempo e o ambiente como conceitos condutores” (ESTEVAM, 2017, p. 147).

As relações entre natureza e cultura as quais os estudantes vivenciam também não podem ser negligenciadas. A história ambiental seria uma importante aliada na “formação do sujeito ecológico, ou seja, aquele que é consciente da sua responsabilidade perante a natureza e do seu papel de agente de transformação da realidade socioambiental em que está inserido” (SOUZA, 2015, p. 130).

Desconstruir a suposta superioridade da espécie humana frente as outras é uma das possibilidades do ensino vinculado à História Ambiental assim como “criticar a cultura da violência, da intolerância, do preconceito e outros comportamentos que merecem ser combatidos”, estreitando as relações entre o conhecimento acadêmico e os saberes escolares (KETTLE, 2017, p. 64).

Por fim, cabe destacar, de acordo com Antônia João Dias Prestes e Elenita Malta Pereira, que as práticas inovadoras de ensino demandam, ainda, o desenvolvimento de estratégias e recursos metodológicos que encoragem e deem suporte aos professores, afinal,

como inferem os autores, “além das dimensões políticas, econômicas e sociais, muitos acontecimentos e temas de história envolvem dinâmicas de interação das pessoas com o ambiente, que nem sempre são abordadas em sala de aula” (PRESTES e PEREIRA, 2017, p. 87).

Se a sentença de Bauman está correta, de que “*as cidades se tornaram depósitos sanitários de problemas concebidos e gerados globalmente*”, e que estaríamos fadados a “*encontrar soluções locais para problemas e dilemas concebidos globalmente*” (BAUMAN, 2007, p. 89)[12], então cabe a nós, educadores, enfrentarmos esse fatalismo. Desse modo, o ensino de história torna-se pragmático, faz agir. E a escrita da História não se distancia do fazer história (RICOEUR, apud REIS, 2010).

A abordagem do tema do saneamento é um fenômeno recente na historiografia. O problema do saneamento foi tratado por diferentes campos do conhecimento, cada um com suas especificidades e contribuições. O Urbanismo e a Engenharia, nesse sentido, nortearam as pesquisas por um bom tempo. Aos poucos, a Ciência Política e a Sociologia trouxeram trabalhos com a questão do saneamento, uma vez que passaram a considerar como produtos das estruturas sociais e suas relações de poder.

A História passou a se interessar por análises nesse sentido na medida em que ocorreu uma ampliação de temas e objetos, decorrente dos *Annales.* Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior, questionados pelo desenvolvimento e avanço das demais Ciências Sociais, os historiadores viram-se na necessidade de ampliar seus arcabouços teóricos e metodológicos o que levou, para o autor, a “um novo papel social para a escrita e o ensino da história” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 26). Assim, novas temáticas passam a compor o repertório dos historiadores.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica trouxe trabalhos que trataram do saneamento desde o nível nacional até obras sobre Caxias do Sul que, mesmo não tendo como foco central, apresentaram considerações sobre a temática. A seguir, destacam-se algumas dessas obras.

O cientista político Gilberto Hochman (2006), em sua obra *A Era do Saneame*nto – resultado de sua tese de doutorado, apresenta a formação das políticas de saúde pública no Brasil da Primeira República. O autor chama a atenção, ao longo do seu trabalho, para os elementos que possibilitaram a relação de interdependência nas cidades. Em outras palavras, as conexões entre ricos e pobres nas cidades cada vez mais densas demograficamente

[12] Itálico do original.

tornaram impossível o isolamento das ameaças da vida urbana, exigindo ações como coleta de lixo e abastecimento de água. Essas práticas, compreende o autor, resultam de "consciência, interesses, escolha e decisão dos atores que estão imersos em uma moldura político-institucional" (HOCHMAN, 2006, p. 261). As contribuições dessa obra para este projeto estão nas importantes associações que o autor estabelece entre o campo político e as ações de saneamento em nível nacional, no mesmo recorte temporal a que nos propomos analisar.

Outro texto que contribuiu para um panorama nacional das práticas de higiene pública foi, o já considerado clássico, *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial* de Sidney Chalhoub. Nesse trabalho, o historiador apresenta uma abordagem social da implantação dos serviços de vacinação e suas implicações políticas e ideológicas durante o final do período imperial e na transição para a república. Chalhoub demonstra como as populações negras e mais vulneráveis, em situação de pobreza, faziam parte das chamadas "classes perigosas", consideradas potenciais contaminantes pelos – cada vez mais influentes – médicos brasileiros.

As políticas de saúde pública e suas origens durante a Primeira República (1889-1930) é o tema da obra *Lutas Urbanas e Controle Sanitário,* do sociólogo Nilson do Rosário Costa. O autor aborda o desenvolvimento dessas políticas como um dispositivo de poder situado historicamente e amparado por classes e grupos sociais. Uma das contribuições deste trabalho é a abordagem de Costa, que considera a política de saúde pública não apenas como uma ação coercitiva do Estado, mas também um elemento educativo, exemplar. Foi, também, de uma "adequação entre o aparato produtivo e a moralidade e padrões de higiene das massas populares" (COSTA, 1985, p. 124). A partir dessa leitura, observamos como as interferências em saúde pública constituem-se como regulamentações, enquadramentos e punições a atitudes ou comportamentos de classes subalternas, estranhas à visão hegemônica de saúde.

Outro trabalho que está alinhado à proposta deste projeto é a dissertação de mestrado do arquiteto Luís Francisco da Silva Vargas (2011), *Urbanismo e Saneamento no Rio Grande do Sul durante os anos 1916 a 1931*. Neste texto, o autor apresenta as ações da Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul e de sua subordinada, a Comissão de Saneamento do Estado, no processo de saneamento urbano das cidades gaúchas. Vargas aponta as cidades que passaram por intervenções e contextualiza essas práticas dentro de uma conjuntura internacional de ideais modernizantes. Após uma análise contextual acerca das ações do Estado, o arquiteto traz a cidade de Iraí como um exemplo de projeto desse ínterim. Para este projeto, essa referência contribui na medida em que faz um apanhado geral do saneamento no

Rio Grande do Sul e, ainda que superficialmente, aponta caminhos para fontes e interpretações acerca desses empreendimentos em Caxias do Sul.

Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850-1900) é a dissertação de mestrado do historiador Vladimir Ferreira de Ávila e trata do processo histórico das políticas de saneamento em Porto Alegre. Esse estudo é composto por uma importante abordagem da História do Saneamento a partir da Antiguidade e sua perpetuação. Adiante, Ávila apresenta a importância do pensamento de Hipócrates na formação do saneamento oitocentista da capital gaúcha e ressalta a ação dos "agentes do saneamento" nesse trajeto. A pesquisa demonstra a transição de uma primordial concepção de limpeza urbana para uma visão higienista de cidade, que não envolve apenas tornar salubre um espaço, mas intervir no cotidiano de grupos considerados "perigosos". Destaca-se, particularmente, a conceituação de saneamento do autor. Segundo ele, trata-se de

> toda a ação voltada à saúde seja ela individual ou coletiva no espaço, dentro dos limites de concepção que se tem no momento, no contexto e no local. Já por saneamento público, entendemos toda a ação empregada pelos poderes governamentais sobre o espaço social, que visem à saúde do meio coletivo. O saneamento nestes dois sentidos é sempre sinônimo de prevenção contra as doenças e não de medicalização (o que o difere das práticas de cura). (ÁVILA, 2010, p. 176)

Sobre o caso de Caxias do Sul, uma contribuição notável é o estudo de Maria Abel Machado, *Construindo uma Cidade, história de Caxias do Sul 1875/1950*. Trabalho que analisa a constituição urbana da cidade considerando, particularmente, os processos de ocupação da terra, a instalação da "Sede Dante", as lutas políticas entre agentes do Estado e associações de interesse privado, o papel da vitivinicultura e da indústria no desenvolvimento caxiense. A publicação apresenta inúmeras referências às práticas de saneamento, no entanto, sempre como mais um dos fenômenos da urbanização, não tratando como um objeto específico.

Destaca-se, também, *A formação urbana de Caxias do Sul*, estudo de Roberto R. F. do Nascimento (2009), como referência para compreender o processo de ocupação do atual território de Caxias do Sul. Nascimento analisou as ações dos imigrantes nesse espaço a partir da relação com os agentes do Estado que normatizavam e tornavam possível o empreendimento. Embora este estudo não avance sobre os aspectos do saneamento, considera-se importante analisar a formação da malha urbana de Caxias do Sul como um dos elementos que acarretou nas estratégias e práticas saneadoras.

Por fim, tem-se como grande contribuição a tese de doutoramento de Fabiano Quadros Rückert *O Saneamento e a Politização da Higiene no Rio Grande do Sul (1828 –*

1930). Trata-se de um estudo de fôlego com a intenção de "compreender a dinâmica destas relações, a partir de projetos e obras de saneamento realizados no Rio Grande do Sul" e "abordar os impactos ambientais do saneamento, explorando o processp [sic] de uso das águas para abastecimento urbano e os problemas decorrentes da poluição dos mananciais hídricas [sic]" (RÜCKERT, 2015, p. 17). No plano teórico, Rückert se valeu dos conceitos foucaultianos de medicina social e biopolítica. O primeiro como um processo de medicalização da sociedade, materializado pelo crescimento de práticas de higiene urbana e elaborações de estatísticas sanitárias. O segundo como o conjunto de ações estatais, por vezes coercitivas, que visavam à manutenção e à potencialização da vida.

No trabalho de Rückert, há um subcapítulo dedicado à experiência caxiense. "*Caxias do Sul e o saneamento na Primeira República*" foi baseado na documentação oficial da Intendência Municipal, particularmente o Código de Posturas e os Relatórios da Intendência, além dos jornais *A Tribuna* e *O Regional*, Fabiano Quadros Rückert apresenta uma breve narrativa sobre as práticas de abastecimento de água e asseio da cidade. O autor destaca o papel do Código de Posturas como instrumento de controle da higiene pública e da utilização de recursos hídricos e o protagonismo da Comissão Estadual de Saneamento na elaboração do projeto de abastecimento. Rückert nos informa sobre as experiências iniciais sobre a captação de água e o destino das "materias fecaes". Pretendo ampliar a discussão sobre Caxias do Sul apresentada neste trabalho considerando a ação dos agentes humanos e não humanos envolvidos, levando a uma compreensão dos mecanismos e particularidades para a implantação dessas políticas da mesma forma que defendo a aproximação da temática para o ensino de história.

Tendo apresentado os princípios da pesquisa, o presente trabalho está organizado da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, apresento a pesquisa que aponta as práticas de saneamento relacionadas à apropriação das águas e o tratamento de esgoto do começo da colonização. Aqui, discutem-se as ações e intervenções dos atores humanos e não humanos do saneamento que constituíram essas condutas. Para esta parte da dissertação, os relatórios da intendência e suas fotografias, os periódicos do período, os livros de contratos e atos municipais, além dos registros do cemitério público municipal foram as fontes fundamentais. Após, o segundo capítulo discorre acerca da construção de represas em Caxias do Sul e o processo que levou à construção da Hidráulica Municipal, inaugurada em 1928. Neste capítulo, apresentam-se os agentes envolvidos na execução da obra e como esses caracterizaram o empreendimento. Os relatórios da intendência, periódicos do período, os livros de atos municipais, fotografias das

obras, além dos pareceres dos engenheiros – inclusos nos relatórios - envolvidos constituem a documentação que fundamenta o capítulo. Em seguida, no terceiro capítulo da dissertação, a noção de saneamento é ampliada, trazendo outros serviços públicos de higiene e saúde que se enquadram no propósito de sanear o espaço urbano, como a instalação de hospitais e serviços de vacinação, o isolamento de indigentes, a construção do matadouro, do cemitério público municipal e a coleta de lixo. Essa discussão está presente na imprensa do período além das fontes oficiais da intendência municipal. No quarto – e último - capítulo, proponho uma reflexão acerca das conexões entre História Ambiental, Ensino de História e História Pública para a elaboração de um documentário como linguagem para o ensino sobre as práticas de saneamento e suas implicações ambientais. Apresento a experiência da realização do curta-metragem *Fontes da Cidade: uma história das águas de Caxias do Sul* a partir da relação com profissionais do campo audiovisual.

1 "DAS AGUADAS E FONTES" À "REMOÇÃO EXCREMENTICIA": ÁGUA E ESGOTO NO SANEAMENTO DE CAXIAS DO SUL

> *O futuro do pensamento sobre o passado dependerá de como os estudiosos conseguem modificar seus entendimentos dos agentes não-humanos: os animais não-humanos, plantas e coisas.*
>
> *Ewa Domanska*[13]

1.1 O Campo dos Bugres

O processo de imigração que trouxe italianos para a colonização dos "territórios devolutos" do Rio Grande do Sul, e aqui em destaque a área da atual Caxias do Sul, foi uma ação do Estado Imperial brasileiro iniciada em 1875. Essa colonização constituía um projeto de ocupação agrícola, mas que se compunha, também, de uma apropriação urbana (NASCIMENTO, 2009, p. 109).

Ao Estado interessava ocupar, desenvolver e capitalizar esses territórios ditos "devolutos" que seriam áreas sem serventia socioeconômica e que, como sabemos, era lugar de habitação de populações nativas, não ligadas à lógica de produção capitalista.

Inicialmente, a sede da Colônia Caxias estava situada na área de Nova Milano, a 1ª Légua na divisão territorial da colônia demarcada pelo Estado, próximo à atual divisa com o município de Farroupilha. Acredita-se que, por sugestão de Luís Antônio Feijó Júnior, proprietário de uma sesmaria vizinha à colônia, recomendou-se uma ocupação mais central da colônia, o que facilitava o trânsito interno. Essa nova sede seria instalada em um local conhecido como Campo dos Bugres, em referência à população nativa (NASCIMENTO, 2009, p. 111).

João Spadari Adami, importante memorialista da cidade, em sua obra *História de Caxias do Sul*, relata que o "descobridor" do Campo dos Bugres teria sido Antônio Machado de Souza, morador da cidade de Montenegro, que realizou uma viagem pelos Campos de

[13] DOMANSKA, Ewa. Para além do antropocentrismo nos estudos históricos. In: **Revista Expedições:** teoria da História & Historiografia. V. 4, N. 1, jan-jul de 2013. p. 17.

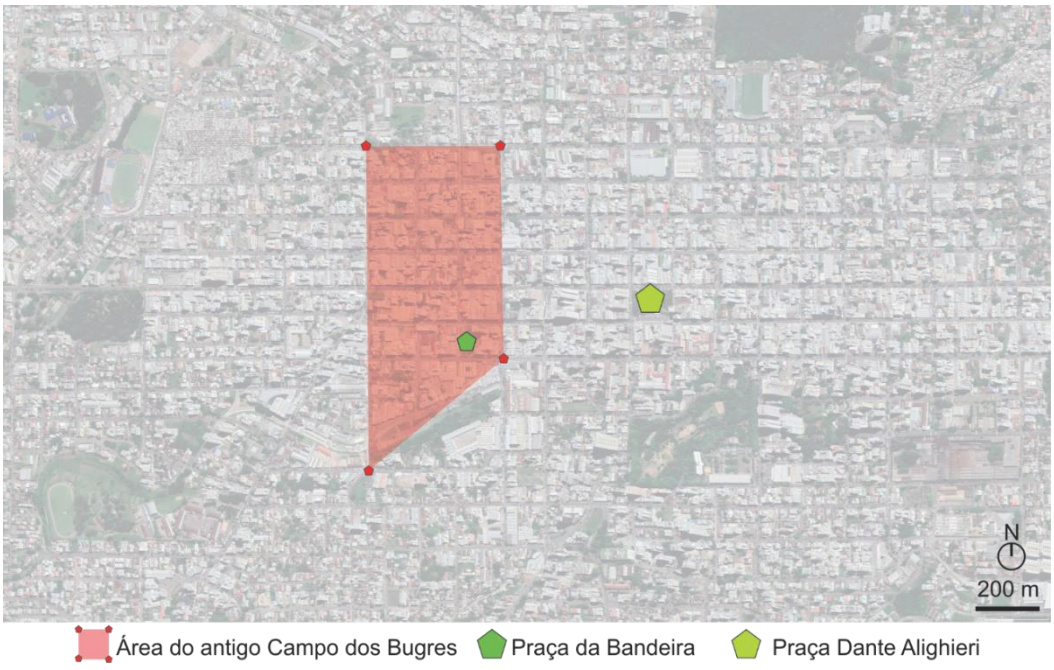
Cima da Serra, acompanhado de bandeirantes que pretendiam deixar uma picada, ou um caminho, que conectasse Montenegro aos locais serranos (ADAMI, 1971, p. 30-37).

Durante a empreitada Antônio Machado de Souza e seus companheiros localizaram uma clareira artificial produzida por nativos entre a mata. O local passou a ser conhecido como Campo dos Bugres. Adami apresenta uma interessante descrição do lugar com detalhes importantes para a disposição de recursos hídricos e possibilidades de captação de água. Aqui já é possível observar sujeitos relacionando-se e interferindo no meio físico.

Conta Adami que a área do Campo dos Bugres está localizada próximo ao atual centro de Caxias do Sul, "entre as hoje ruas Marechal Floriano, Ernesto Alves, Feijó Júnior e Olavo Bilac, *onde havia várias e fortes vertentes*[14]" (ADAMI, 1971, p. 32). É interessante observar que Adami procurou localizar os córregos aos espaços contemporâneos a sua escrita, relacionando o trajeto das águas com as ruas e prédios da cidade na década de 1970.

Na figura 1, é possível localizar o Campo dos Bugres, em mapa atual de Caxias do Sul, em relação a outros locais da sede.

Figura 1: Localização do Campo dos Bugres segundo João Spadari Adami



Fonte: Google Earth, marcações minhas.

Ainda segundo Adami, o córrego existente entre as atuais ruas Os 18 do Forte e Marechal Floriano era de tal força que constituía um pequeno arroio. "Em cujo leito, hoje, por meio de um boeiro, correm as águas que vertem da citada nascente, às que saem de suas

[14]Grifo meu.

margems [sic], e às que procedem das chuvas". Continua o autor sobre essa e outras correntes de água:

> O referido córrego, substituído pelo dito boeiro, tem hoje sua emboucadura no porão do prédio existente na esquina das ruas "Os 18 do Forte" e "Marechal Floriano", antiga Importadora Caxiense, quadra A, passa pelo pátio do ex-depósito da Brama, por baixo da ex-praça "Campo dos Bugres", hoje Dr. Dante Mercucci, quadra do Cine Real, segue rumo à Coopertativa de Vinhos "Aliança", e deságua no arroio que cruza o Arrebalde Santa Catarina. […] Outra vertente de importância é a que ainda hoje forma o açude que supre de água as locomotivas da viação férrea. E ali no local da hoje sede da SCAN, existia uma ótima lagoa, em a qual os selvícolas podiam perfeitamente usá-la para esporte aquático. Desaparecida pelos contínuos entulhos que houve nela. […] Dois metros a mais ou menos sob a ex-praça da Bandeira, hoje praça Dante Mercucci, (cujo logradouro, bem como tôdas as ruas em as quais passa o referido boeiro, seu nivelamento é produto de grades aterror), existe um lageadão, à beira do qual corria a água procedente da citada vertente, e era o Centro do Povoado dos bugres (ADAMI, 1971, p. 32).

O memorialista indicou que os povos indígenas habitavam a clareira, mas que suas ocupações se distanciavam cerca de 500 metros do local, onde poderiam abrigar-se melhor. O lugar seria propício para receberem a luz do sol, banhar-se, abastecerem-se de água, além de exercícios de lazer.

É importante destacar, conforme Mário Gardelin (1993), que a denominação de Campo dos Bugres não foi estabelecida pelos povos nativos da região. Além disso, trata-se de uma expressão pejorativa e que ignora a identidade e a história dessas populações. Os habitantes da região, em meados do século XIX, segundo estudos arqueológicos de Rafael Corteletti (2008), eram populações Kaingangs. Destacar a presença nativa da região é um passo importante para compreendermos a história local, visto que a historiografia há muito a negligencia. Parte desse esquecimento, como nos ensina Soraia Sales Dornelles, faz parte do entendimento que o indígena, ao contrário do imigrante, era parte hostil da natureza e, portanto, "precisava ser dominado em nome e benefício da civilização" (DORNELLES, 2011, p. 100).

Existem muitas lacunas sobre o conhecimento dessas populações no período anterior à colonização, mas pesquisas como a de Corteletti (2008) apresentam informações preciosas. De acordo com o arqueólogo, a região de Caxias do Sul apresentava condições ambientais favoráveis como a disponibilidade de alimentos.

> A coleta do pinhão em imensos capões de araucária, as frutas da floresta decidual nas encostas e da floresta mista no topo do planalto; a caça realizada em capões, ou nas matas de galeria, ou no campo, e as roças dentro da mata ou nas pequenas várzeas poderiam ser realizadas ali com facilidades maiores que a de outros locais (CORTELETTI, 2008, p. 172).

Sobre as práticas de assentamento, o autor destaca que as mais prováveis envolviam o assentamento em locais mais altos, o que favorecia a vigilância, dentro das matas de araucárias e com fontes de água nas proximidades (CORTELETTI, 2008, p. 172). Destacando o acesso à água, o autor informa que "caminhavam pouco para buscar água, em média 109,42m. E usavam preferencialmente água de nascentes (51%) e possivelmente de banhados (31%)" (CORTELETTI, 2008, p. 170).

A presença do imigrante certamente foi um dos fatores que afastaram os Kaingangs locais. Com o avançar da colonização e da indústria da madeira, a vida dos povos nativos tornava-se cada vez mais difícil. Segundo Dornelles

> a redução de florestas, a construção cada vez mais rápida de estradas, um número impressionante de pessoas ocupando os mesmos espaços – e valendo-se dele para a alimentação, refiro-me à caça principalmente -, possivelmente fizeram os indígenas reavaliarem a possibilidade da permanência nas matas. (DORNELLES, 2011, p. 107)

Corteletti, por sua vez, também defende as intervenções da colonização como determinante para o afastamento das populações Kaingangs ao afirmar que a mudança promovida no ambiente e o aumento da densidade de europeus dificultava a "manutenção dos padrões culturais" das populações nativas (CORTELETTI, 2008, p. 145).

A descrição de João Spadari Adami e dos estudos históricos e arqueológicos sobre as populações locais demonstra como os fatores ambientais foram determinantes para a habitação Kaingang. Além do ambiente, a ação humana, instalando um espaço artificial para apropriação do local, compunham o modo de vida e suas práticas culturais. Conforme veremos a seguir, a partir do processo de colonização, o sentido dessa relação entre humanos e não humanos se transforma, trazendo a visão do Estado, agente responsável pela política e pelos métodos de ocupação, e dos colonos.

1.2 A colonização e a apropriação das águas

A ocupação da Sede Dante, nas proximidades do Campo dos Bugres, impôs um modelo de urbanização definido pela política estatal de imigração e colonização. O projeto foi definido em 1878 pelo diretor da colônia Luiz Manoel de Azevedo e determinou o modelo de tabuleiro de xadrez para a divisão das quadras, uma prática de urbanização que, segundo Nascimento, os colonos não estavam habituados na Itália (NASCIMENTO, 2009, p. 116).

Logo no início, as condições naturais impuseram limitações ao projeto, de maneira que a planta com as quadras foi deslocada em direção sul, em razão da topografia acidentada

do local (NASCIMENTO, 2009, p. 123). Além disso, a organização das quadras em xadrez tornou as condições climáticas mais intensas sobre os habitantes. As casas de madeira instaladas em direção norte a sul, leste a oeste, intensificava a ação do vento que já estava mais intenso pela derrubada das árvores locais, que realizavam certa proteção. Diz Nascimento que "o 'urbanismo' e a arquitetura aumentavam a ação do clima e pioravam as condições de saúde, segundo opiniões e alguns dados oficiais, apesar de uma boa parte dos colonos, pelo que se viu, ter opinião diversa dos funcionários" (NASCIMENTO, 2009, p. 143).

Além da forma urbana, a ocupação se caracterizou pelo intenso desmatamento. A derrubada da mata permitia a apropriação agrícola dos terrenos, além de madeira para a construção das residências. Posteriormente, tornou-se um lucrativo empreendimento. Juliana Bublitz, em seu artigo *A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, demonstrou como o entendimento do desmatamento transcendia a questão econômica. Diz a autora:

> Continuavam desmatando e queimando, mesmo depois de já terem erguido suas casas e cultivando as primeiras plantações, para afugentar os bugres e as feras e, principalmente, para se impor sobre o meio. Continuavam as derrubadas, não por questões econômicas inicialmente, mas por uma espécie de ética religiosa, que os mantinha vivos e unidos, mesmo sentindo-se isolados, perdidos numa região praticamente abandonada até o início da colonização (BUBLITZ, 2004, p. 185).

Essas formas de intervenção no terreno prejudicaram a manutenção das águas superficiais, tão importantes para os colonos, permanecendo apenas os arroios mais imponentes, Tega e Pinhal. Mesmo na Sede Dante, área mais central da colônia, a destinação de terras para edifícios e logradouros públicos seguiam critérios de proximidade com vertentes de água (MACHADO, 2001, p. 73). Nas áreas mais afastadas, a instalação dos lotes coloniais dependia em grande medida da possibilidade de abastecimento de água, demonstrando ação do meio no processo de adaptações dos indivíduos.

Adami nos apresenta dois exemplos de ocupação de lotes coloniais em sua obra que nos auxiliam na leitura desse fenômeno:

> O colonizador João Adami, em seu lote colonial, nº 109, do travessão Pedro Américo da 8.a légua, residiu em três pontos diferentes.
>
> A primeira casa êle à erigiu à beira da picada, e no extremo Norte da colônia. Mas como em tal lugar, a água estivesse um tanto descômoda, desmanchou-a e à reconstruiu na metade do Sul, em divisa com o mesmo visinho, que era Marcos Escariot. **Porém, como no nôvo lugar, a água existente também não satisfizesse as necessidades, e mesmo por que a casa havia sido destruida por um incêndio, construiu uma última morada, no extremo sul de sua terra, e, em divisa com a**

> **dita picada. Onde se servia da água de uma forte vertente que ainda hoje existe,** situada na colônia n° 25 da 7ª légua (ADAMI, 1971, p. 66)[15].

> A moradia da Vva. Teresa Righes, com a qual o imigrante João Spadar, também viúvo, casou, e cujo lote estava em divisa com o do colono Felippo Comiran, portanto, com frente para a mesma picada, **foi construida bem no seu interior, por em tal ponto, existir uma forte vertente espontânea do indispensável líquido em tela**. E igual problema, era enfrentado e solucionado de tal maneira, por inúmeros colonizadores, Daí serem obrigados muitos colonos a se colocarem distante, as vezes perto de quilômetro do visinho mais próximo, e em plena selva, embora a selva fosse a razão da vinda dos imigrantes para o Brasil, onde havia, e ainda há, imensas florestas a serem habitadas. (ADAMI, 1971, p. 66-67)[16].

Os dois exemplos acima demonstram a relação de dependência do colono com a possibilidade de o meio físico oferecer-lhe as condições básicas de abastecimento de água. Maria Abel Machado demonstra que o tamanho dos lotes rurais chegou a ser "determinado pela existência ou não de fontes de água, porque nenhum colono aceitaria a terra sem a presença de água" dessa forma, "os engenheiros e agrimensores, responsáveis pela demarcação, procuraram estabelecer os limites de acordo com os cursos de água mais próximos" (MACHADO, 2001, p. 48-49). Assim, podemos observar a preocupação dos agentes da colonização em distribuir terras com acesso à água para o maior número possível de colonos.

Politicamente, é de se destacar que durante o período de 1875 a 1889, Caxias do Sul não passou por um disciplinamento legal das práticas de saneamento. Segundo Rückert (2015), de fato o governo imperial não promovia ações significativas de higiene pública e saneamento fora do Rio de Janeiro. No ano de 1889, quando o Brasil passa para o regime republicano, o Rio Grande do Sul contava com apenas três cidades munidas de um sistema de distribuição de água: Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande.

As intervenções governamentais passam a ficar mais evidentes a partir do período republicano com a influência dos agentes positivistas no Estado. Segundo Rückert, a *politização da higiene* no período tornou-se mais evidente uma vez que "a ideia de ampliação dos serviços públicos era um elemento importante na cultura política do PRR" pois demonstrava "a necessidade de intervenções do saber científico na natureza de uma determinada região" (RÜCKERT, 2015, p. 54). É de se destacar o importante conceito de politização da higiene apresentado pelo historiador, segundo ele, trata-se de um processo de mão dupla onde "de um lado, as demandas da sociedade influenciavam nas decisões do

[15]Grifo meu.
[16]Grifo meu.

governo; do outro, as iniciativas do governo voltadas para o saneamento provocavam mudanças nos hábitos da população" (RÜCKERT, 2015, p. 76).

Esse fenômeno fica evidente com a aprovação do Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias, datado de 1893, onde a dependência da utilização de água não passou despercebida. Os códigos de posturas, segundo Schmachtenberg, constituíam-se como instrumentos de controle e intervenção médica nas vidas citadinas,

> eram um conjunto de normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio para uma determinada comunidade, demonstrando a preocupação com a segurança pública e com a preservação da ordem, incluindo aí os problemas relacionados com a saúde pública (SCHMACHTENBERG, 2008, p. 6).

Nesta normatização, é possível observar algumas imposições do poder público frente à questão das "aguadas". Determinou-se como de "servidão pública" as fontes naturais e as construídas, assim como vertentes e açudes presentes nas margens das estradas. Proibiu-se o descarte de lixo, águas servidas e outros poluentes nas águas de arroios, assim como desviar os cursos naturais sem a autorização da Intendência[17].

No capítulo V do referido Código, denominado "Das aguadas e fontes", normatiza-se o acesso e a preservação de fontes naturais.

> Art. 35 – A intendencia conservará cercados terrenos em que ha fontes e foram reservados para logradouro publico e providenciara sobre sua limpeza.
> Art. 36 – Lançar impuridades ou obstruir as fontes, damnificar as bemfeitorias que existirem n'ellas. Multa – de 20$000.
> Art. 37 – O proprietario de lote rural em que haja fonte natural é obrigado a consentir que seu visinho, em cujas terras não haja agua potavel, sirva-se d'ella. [18]

A estipulação de multas e a realidade atual das fontes da cidade permitem inferir que foram muitas as infrações às determinações do Código. No entanto, é de se notar a preocupação da Intendência Municipal em oferecer acesso à água aos colonos, mesmo que em seu lote estivesse desprovido de tal recurso. Além do proprietário da fonte consentir o acesso a outros moradores, o imperativo da lei fixava multas para aqueles que não zelassem pela manutenção do local, além de estabelecer uma indenização a ser paga por parte da municipalidade. O documento ainda oferecia regras para a convivência desse espaço público dentro de propriedades privadas:

> Art. 38 – Quem servir-se da fonte dos visinhos não podera entrar na propriedade dos mesmos senão pela passagem que fôr por elles indicada. - Multas de 4$000.
> Art. 39 – Obstruir, sujar ou damnificar as fontes e aguadas dos visinhos. - Multa de 5$000.
> Art. 40 – Em caso de incendio póde-se penetrar nos cercados e muros que guardarem fontes e açudes[19].

[17]Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. p. 4-6. Acervo: AHMJSA.
[18]Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. p. 6. Acervo: AHMJSA.

O uso de fontes naturais, córregos ou arroios não constituíam a única prática de abastecimento de água. Com o avanço da colonização, passaram a ser cada vez mais frequentes a instalação de poços que captavam a água subterrânea. O avanço dessa técnica também pode estar relacionado com o escasseamento ou canalização das fontes superficiais, decorrência da urbanização, e pela derrubada de árvores.

O próprio barracão que recebia os imigrantes provisoriamente, até adquirirem seus lotes, contava inicialmente com a captação de água em uma vertente das proximidades da atual rua Ernesto Alves. Em 1885, com o segundo barracão instalado, os moradores passaram a contar com um poço construído pela Diretoria da Colônia com verbas do Império (ADAMI, 1971, p. 70).

A presença de poços nas proximidades das casas era de fundamental importância. Não é raro encontrarmos, na imprensa local, anúncios de imóveis à venda que, entre as benesses da casa, apresenta um poço de água limpa e abundante entre "todas as comodidades para uma familia"[20]. Mesmo nas áreas mais centrais, a prática era comum, como vemos no seguinte anúncio:

> Bom Negocio
> Vende-se uma casa de madeira em bom estado, sita à rua Pinheiro Machado nº. 62, nas proximidades da rua Julio de Castilhos e praça Dante, entre as travessas Chachà Pereira e Marquez do Herval, com respectivo lote, medindo área de 968 m. de frente por 44 de fundo, contendo poço com excellente e abundante água para beber e outras bemfeitorias uteis.
> Para trata com sr. Adelino Sassi[21].

Em algumas fotografias do período podemos visualizar a instalação desses recursos nos pátios das residências. Durante um comício do Partido Republicano Rio Grandense (PRR), realizado na casa de Adelino Sassi, localizada na esquina entre as ruas Dr. Montaury e Júlio de Castilhos, em frente à praça Dante Alighieri, uma fotografia sob guarda do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) permite visualizar a fonte de abastecimento da casa: um poço instalado aos fundos da residência. A imagem foi produzida pelo fotógrafo Umberto Zanella em 1922 e, segundo Anthony Beux Tessari, representa um avanço tecnológico importante, uma vez que foi produzida com um equipamento de maior sensibilidade à luz, o que permitiu "congelar o tremor de duas bandeiras fixadas no balcão do casarão que abrigava a sede política dos republicanos locais" (TESSARI, 2014, p. 11). Zanella era dono de um estúdio fotográfico na Rua Júlio de Castilhos, próximo ao local da foto, onde atuou entre 1904 e 1922. Fez parte de um contexto da fotografia caxiense em que

[19]Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. p. 7. Acervo: AHMJSA.
[20]*O Brazil*. Caxias do Sul. 6 de fev. 1913. p. 4.
[21]*Cittá di Caxias*. Caxias do Sul. 27-28 de set. 1915. p. 2.

esses profissionais atendiam a burguesia comercial e industrial local (TESSARI, 2014) (com seus respectivos vínculos políticos). Além do flagrante do evento político – motivo central da imagem – e a presença do poço, são flagrados ao fundo da paisagem (na extremidade esquerda) araucárias próximas ao centro da cidade.

A utilização dos poços e a captação de córregos foi predominante no primeiro período de colonização da cidade. Sua defasagem se deu a partir da poluição das águas subterrâneas e das iniciativas para a construção de represas e sistemas de distribuição.

Figura 2: Fotografia da residência de Adelino Sassi durante comício do PRR

Autoria: Umberto Zanella, 1922. Acervo: AHMJSA, marcação minha.

1.3 O tratamento de esgoto como reação à poluição das águas subterrâneas

Com o sucesso do empreendimento da Colônia Caxias, emancipada do município de São Sebastião do Caí em 1890, a população da cidade, assim como a ocupação urbana, aumentou consideravelmente. No ano da emancipação, a população da cidade girava em torno de 16.000 pessoas, número que duplicou em 1930, quando a cifra chegou a 32.622. Os dados demográficos da cidade podem ser conferidos na Tabela 1.

A proporção de habitantes na área urbana, no período em que interessa este estudo, passou de 10% para cerca de 30%. Demonstrando que a densidade demográfica nos redores da antiga Sede Dante aumentou significativamente.

Paralelo ao aumento da população, o processo de desmatamento também apresentou maior efeito nas áreas de Caxias do Sul. Conforme Bublitz, a derrubada das araucárias e outras árvores típicas da região, fomentada pela visão religiosa e de progresso dos colonos, a utilização doméstica da madeira (seja no aquecimento ou para cozinhar) e o crescente mercado madeireiro contribuíam no consumo das florestas (BUBLITZ, 2004, p. 191).

Tabela 1: População de Caxias do Sul (1890-1930)

Ano	População Total	População Urbana	Proporção de população urbana (%)
1890	16.000	-	
1900	24.997	2.500	10,1
1910	23.965	3.742	16,6
1920	33.773	7.500	22,2
1930	32.622	9.975	30,57

Fonte: CAXIAS DO SUL (RS). Câmara Municipal. **Palavra e Poder**: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul. Organização da pesquisa: Geni Salete Onzi; textos de Anelise Cavagnolli, Eduardo Ziegler Reis e Geni Salete Onzi. Caxias do Sul, RS: Ed. São Miguel, 2012.

Segundo Maria Abel Machado, a preservação das áreas verdes em Caxias do Sul era uma preocupação em 1894, quando o intendente José Domingos de Almeida já alertava sobre "o desmatamento desordenado que estava acontecendo" e solicitava a destinação de um local, ao oeste da cidade, para preservação. No entanto, de acordo com a autora, a administração de José Cândido de Campos Júnior optou, em 1897, por destinar a área para sítio urbano em razão do crescimento da cidade na direção oeste (MACHADO, 2001, p. 91).

Esses dois aspectos foram decisivos para as mudanças na apropriação de águas da cidade. No relatório apresentado ao Conselho Municipal em novembro de 1917, o Intendente Coronel José Penna de Moraes denuncia o "deploravel vandalismo desmattador" que ocorria em Caxias do Sul. É interessante observar este documento que foge da conotação lisonjeira mais comum que esse tipo de fonte costuma apresentar. Os relatórios apresentados pelos intendentes de Caxias do Sul traziam um balanço dos feitos das administrações municipais e as condições em que os mandatários deixavam a cidade ao fim de um ano. Neste caso, Penna de Moraes tece uma severa crítica aos madeireiros e seu tratamento às matas locais. O intendente relata que "Em 1916 sahiram para o consummo das locomotivas ferro-viarias 45.457 metros cubicos de lenha; em 1917, até 4 de Outubro, 11.307 metros cubicos ou um total de 56 764 nos dois annos!"[22].

[22]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1917. p. 11. Acervo: AHMJSA.

Não passou despercebido pelo autor do relatório a relação direta que o desmatamento tinha com a disponibilidade de água na região.

> Neste municipio as chuvas jamais faltaram. Entretanto, até Agosto do corrente anno foram tão diminutas, que, como é sabido, chegou a faltar agua na zona urbana. E não é somente esse o gravissimo inconveniente. Desse verdadeiro e deploravel vandalismo desmattador, tambem resulta que o systema hyrographico do Municipio vem a alterar-se sensivelmente, como se sabe. Cursos d'agua, em outros tempos abundantes e correntosos, estão hoje reduzidos a pequenos corregos ou quasi estancandos, em virtude da destruição das mattas marginaes, que resguardavam as suas aguas da evaporação solar. Eis um assumpto que não póde e não deve deixar de preocupar a detida attenção dos poderes publicos, mediante uma legislação efficaz e executada sem transigencias de quaesquer especies.[23]

Se considerarmos o tom tradicional dos textos dos relatórios, a citação acima, demonstra que o desmatamento e a falta de água eram problemas severos no período, provocando uma linguagem incisiva por parte do intendente, apesar de, nos anos seguintes, a administração não ter tomado uma atitude frente ao problema.

Não apenas o crescimento populacional e o desmatamento forçaram mudanças na apropriação da água em Caxias do Sul. Por volta de 1910, o esgoto sanitário passou a receber a atenção da administração pública. A população caxiense instalava fossas fixas nas residências para o uso sanitário. Nos redores das casas, perfuravam-se os solos para a instalação das chamadas latrinas. Essas, inclusive, receberam uma normatização no Código de Posturas de 1893. Segundo o documento, essas instalações devem ser "conservadas nos fundos dos lotes em cavidades profundas, de modo que nem tempo de chuvas não transbordem", a violação desta norma acarretava em uma multa de 10$000[24].

A utilização das fossas fixas nos terrenos foi criticada no relatório do Intendente Penna de Moraes apresentado em novembro de 1914. Consoante o documento, esse tipo de instalação acarretava na infiltração do solo, levando à poluição das águas subterrâneas. Não tardou para que esse fato influenciasse a vida da população local. Em estudo anterior (TROGLIO e IOTTI, 2017), demonstramos com apoio dos registros do cemitério público municipal que, entre 1909 (data do primeiro livro de óbitos do cemitério) e 1925 (início das obras de construção Hidráulica Municipal), os óbitos possivelmente relacionados à contaminação de água e alimentos giravam em torno de 10,98% do total de entradas no cemitério, conforme demonstra a tabela 2:

Assim, percebemos que a utilização de poços e das águas de córregos jusantes a cidades tornou-se algo arriscado e mesmo impossível em algumas circunstâncias. Era

[23]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1917. p. 11-12. Acervo: AHMJSA.
[24]Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. 1893, p. 15. Acervo: AHMJSA.

necessário desenvolver técnicas diferentes que impedissem a contaminação do solo e permitisse a captação da água potável, sem riscos para o consumidor.

É preciso recordar que, nesse contexto de politização da higiene (RÜCKERT, 2015), a influência dos médicos sobre as decisões públicas se intensificou, configurando um novo conjunto de práticas. O saber médico voltado para a salubridade urbana postulava que esta era a "base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde" (ÁVILA, 2010, p. 63). Segundo Vladimir Ferreira de Ávila, os avanços na microbiologia e outras ciências vinculadas à medicina sustentaram intelectualmente o desenvolvimento de órgãos ou instituições específicas dentro dos poderes públicos para administrar os serviços de higienização do espaço (ÁVILA, 2010).

Tabela 2: Registro de sepultamentos da Intendência Municipal (1909-1925)

Ano	**Nº total de registros**	**Gastroenterite**	**Enterite aguda**	**Enterocolite**	**Desinteria**	**Febre Tifoide**	**Hepatite**	**Infecção Intestinal**
1909	75	1						
1910	73	2	6					
1911	98	10	1	2		2		
1912	137	7	4		3	1		
1913	128	10	3			1		
1914	122	12	5					
1915	106	4	2		1			
1916	130	10	2				1	
1917	132	7	2			1		
1918	206	10	4	3		2		
1919	109	4	5	2				
1920	133	6		2		1		
1921	160	12	2	4			2	
1922	147	3	4	2	1	2		
1923	186	11	7	4				2
1924	184	10	1	10		2		
1925	158	25	1	3		3		1
Total	**2284**	**144**	**49**	**32**	**5**	**15**	**3**	**3**

Fonte: (TROGLIO, IOTTI, 2017, p. 366)

A imprensa governista também se apropriava do discurso médico orientando a população acerca de técnicas que preservassem a saúde e promovessem a higiene. Exemplo disso é um texto publicado no jornal local ligado ao Partido Republicano Riograndense, *O Brasil*, de 1921, intitulado "Medicina das familias". Ali o autor, Dr. Angúio, apresentava orientações de "hygiene e a prophylaxia" que "consituem muralhas inexpugnaveis, ás portas das quaes certos microbios, combalidos pela victoria da sciencia, manifestam-se impotentens". O texto instrui para a realização de alguns cuidados como ferver água e leite, lavar as mãos, realizar higiene bucal, evitar locais de ar confinado, combater a infestações de ratos e insetos, proceder o isolamento de doentes e a vacinação. O texto estava em consonância com o discurso positivista vigente. As medidas higiênicas são apresentadas como atitudes de responsabilidade cidadãs, e a saúde pública como "base de todo o progresso". Diz ainda o texto do doutor que "O saneamento d'este paiz deve ser a preocupação maxima e constante de seus administradores. Sanear o Brasil è dever de todo governo brasileiro culto e consciente"[25].

Nesse contexto, a criação de um novo serviço que evitasse a poluição das águas subterrâneas e melhorasse as condições de saúde visíveis na cidade levou à implantação do "Serviço de Remoção e Sepultamento de Materias Fecais" (MACHADO, 2001, p. 120). No relatório da Intendência Municipal do ano de 1911, apresentado em 1912, o assunto aparece como "problema primacial e urgente" principalmente na área central de Caxias do Sul[26].

De fato, já haviam reivindicações de serviços como este sendo manifestadas na imprensa local. O jornal *Correio do Município,* de 15 de agosto de 1909, apresentou um texto intitulado "PELA SAUDE PUBLICA" onde o autor (não identificado) criticava as visitas domiciliares do Intendente Vicente Rovea e a utilização das fossas e sua relação com a contaminação da água. Diz o texto que

> devido as grandes exhalações, que parte desses fóços, o nosso ambiente, o purissimo ar de Caxias, tão recommendado por notabilidades medicas da capital do Estado, fica empregnado de miasmas que ameaçam fortemente a saude publica. Além disso, apparece um outro grande mal que é estarem os poços d'aqua potavel, nas immediações das latrinas, recebendo, portanto, esse sublime e indispensável liquido, toda a filtração das materias fecaes, que, de preferencia, procuram para se evolarem os referidos poços d'aqua. Deste modo, fica provado, que a nossa agua já não é pura, que a sua degeneração é prejudicial a saude publica e que o serviço de asseio publico, torna-se muito preciso, o que as citadas visitas domiciliares[27].

[25]*O Brasil.* Caxias do Sul 15 de jan. 1921. p. 1.
[26]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal no ano de 1912. p. 7-8. Acervo: AHMJSA.
[27]*Correio do Município.* Caxias do Sul. 15 de ago. 1909, p. 1.

A citação do periódico confirma a interpretação da poluição das águas subterrâneas pelo uso de fossas e demonstra que a população percebia esse fenômeno, agindo e apresentando críticas à dita ineficiência do serviço público em sanar essa demanda. Além disso, o texto faz referência aos "miasmas". De acordo com Ávila (2010), a teoria miasmática foi a principal concepção sobre como ocorriam contaminações antes da bacteriologia. Nessa visão, as doenças eram causadas por ares, águas ou lugares corrompidos por elementos em decomposição.

As mudanças nas práticas de higiene e saúde pública, particularmente na administração de Penna de Moraes, demonstram, segundo Anelise Cavagnolli, o "reflexo dos projetos governamentais republicanos. Suas ações sanitaristas disciplinaram questões antes restritas ao âmbito privado e individual, levando-as ao âmbito público" (CAVAGNOLLI, 2016, p. 25).

O ato municipal nº 12 de dezembro de 1913 instituiu e regulamentou o "Serviço de Remoção de Materias Fecaes" que deveria iniciar em Janeiro de 1914. Inicialmente, o trabalho era realizado por funcionários da intendência. A administração passou a proibir, na área em que o préstimo era oferecido, a instalação de "fossas fixas e o despejo de immundicies e detritos no pátio e quintaes"[28]. O serviço consistia na instalação de cubos, também conhecidos como cabungos, confeccionados em madeira de pinho, impermeáveis e pintados. Estes deveriam ser instalados nas latrinas das residências, devendo estar localizadas em espaços ventilados, sendo proibidos os porões e quartos de habitações. Os cubos eram substituídos duas vezes por semana, nas manhãs das quartas-feiras e nos sábados, até as 10 horas no verão e até as 11 horas no inverno. Estimava-se que um cubo poderia atender a demanda de uma casa com até 5 pessoas (dois adultos e duas crianças, quatro adultos, três adultos e uma criança, ou, dois adultos e três crianças)[29].

Embora fosse proibido, segundo o regulamento, o despejo de águas servidas e outros detritos nos recipientes, o relatório da administração de José Penna de Moraes afirmava que oito trabalhadores circulavam diariamente pela cidade recolhendo lixo, "materias fecais" e, em algumas casas, águas servidas[30].

Compunham a força de trabalho, inicialmente, um fiscal e quatro serventes. Ao fiscal competia:

[28]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1913 a 1923, p. 1. Acervo: AHMJSA.
[29]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1913 a 1923, p. 1-6. Acervo: AHMJSA.
[30]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1924, do período de 1912 a 1924 p. 22. Acervo: AHMJSA.

> a) – Dirigir e administrar o serviço de acordo com o presente regulamento e com as instruções que lhe forem dadas por esta Administração.
> b) – Zelar pela conservação do edifício e das matérias que ficam sob sua responsabilidade.
> c) Determinar diariamente o serviço aos serventes, escalando o que deve pernoitar no edificio para guarda dos materiaes e halí dos muares.
> d) Dirigir os serventes no serviço de remoção de materias fecaes, na abertura de fossas, lavafens e desinfecções.
> e) – Fiscalisar a retirada e a installação de cubos, tomando nota em cada casa do numero de pessôas e do numero de cubos/pessôas installados, afim de communicacao à tezouraria para a respectiva cobrança.
> f) Fazer cumprir rigorosamente o presente regulamento, prestando especial attenção ao disposto nos artigos 2º e 10º.
> g) Apresentar mensalmente um balancete da receita e da despesa com este serviço.[31]

O material empregado consistia em dois carros de tração animal com capacidade para trinta e seis cubos, seiscentos cubos de madeira de pinho, sendo cem deles com tampas, desinfetantes, vasilhames e ferramentas para abertura de fossas.

Para a confecção dos seiscentos cubos, a Intendência contratou o senhor Attílio Zeni ao custo de 1:500$00. O contrato ordenava as seguintes características para o material:

> 2ª
> Empregar madeira de pinho de primeira qualidade, com expressura de quinze millimetros nas, [ilegível] aplainados de ambos os lados, tendo as tampas de madeira de lei a grossura de cinco centimetros e perfeitamente tornadas.
> 3ª Collocar nos cubos quatro arcos de ferro fortes e que não esteja enferrujados.
> 4ª
> Fornecer as braçadeiras de ferro de accordo com o modelo e com dez millimetros de expessura, sendo a tarracha feita a torno.
> 5ª
> Dar aos cubos no lado inferior o diametro de vinte e sete centrimetros, a conta das bordas exteriores, e quarenta e um centimetros de altura.[32]

Os carros foram construídos pelo senhor Vicente Argenta ao custo de 2:200$000. Eram veículos em madeira, com espaço para os cubos de 1,3m de largura e 1,8m de comprimento, tracionado por 4 animais.[33]

Além dos cubos e dos veículos, o "serviço de remoção de materias fecaes" teve para seu intuito a construção de um galpão na região oeste do centro da cidade, nas proximidades do cemitério público e do matadouro público. Pelo que consta no livro de atos municipais, tratava-se de uma área doada pelo governo do Estado[34]. No lugar, acontecia a higienização, a manutenção dos cubos e o sepultamento dos resíduos. O regulamento do serviço apresenta uma descrição detalhada da obra:

---

[31]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1913 a 1923, p. 1-6. Acervo: AHMJSA.
[32]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência municipal entre 1907 e 1913. p. 98.
[33]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência municipal entre 1907 e 1913. p. 100.
[34]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1909 a 1913, p. 36. Acervo: AHMJSA.

> O edificio construido no logradouro publico, com 22 metros de comprimento por 6,50 de largura, é dividido em 5 compartimentos:
> 1) Deposito de cubos, ripado e suficientemente arejado.
> 2) Galpão para abrigo dos carros e arreiamentos
> 3) Dois quartos com janellas e portão, para dormitório do guarda e escriptorio do fiscal.
> 4) Espaçosa estribaria para 9 animaes e com deposito de forragem.
> 5) Plataforma coberta para a lavagem e desinfecção dos cubos[35]

O local foi construído por Carlos Fedrizzi ao custo de 3:249$000[36].

O trajeto percorrido por estes servidores consistia nas ruas centrais da cidade, como podemos observar na transcrição do regulamento que segue:

> Artigo 3º
> O serviço será obrigatório nas seguintes zonas:
> Rua "Julio de Castilhos": Todos os predios de ambos os lados, desde a travessa "Dr Salgado" até a rua "Feijó Junior".
> Rua "Sinimbu": Todos os prédios de ambos os lados, desde a travessa Alfredo Chaves à rua Coronel Flores.
> Rua "Andrade Pinto": Os predios que tiverem a frente para o Sul e fundos para o Norte, desde a travessa Alfredo Chaves a rua Coronel Flores.
> Rua "Pinheiro Machado": De ambos os lados, desde a travessa Alfredo Chaves até rua Feijó Junior.
> Rua Alfredo Chaves: de ambos os lados, desde a rua Pinheiro Machado à rua Sinimbú.
> Travessa "Chacá Pereira": de ambos os lados, desde a rua Pinheiro Machado à rua Sinimbú. Travessa "Marques do Herval" de ambos os lados, desde a rua Pinheiro Machado à rua Andrarde Pinto.
> Travessa "Dr. Montaury": De ambos os lados, desde a rua Pinheiro Machado à rua Andrade Pinto.
> Travessa "Visconde de Pelotas" de ambos os lados desde a rua Pinheiro Machado à rua Andrade Pinto.
> Travessa "Garibaldi": de Ambos os lados, desde a rua Pinheiro Machado à rua Andrade Pinto.
> Travessa "Marechal Floriano: De ambos os lados, desde a rua Pinheiro Machado a linha da Estrada de Ferro.
> Travessa "Moreira Cesar" de ambos os lados, desde a rua Pinheiro Machado até a rua Andrade Pinto.
> Travessa "Coronel Flores" de ambos os lados, desde a rua Pinheiro Machado à Estação da Estrada de Ferro.

As condições de trabalho não eram as mais adequadas. O regulamento não estabelecia nenhuma norma de proteção para os trabalhadores, desconsiderando a exposição a uma série de agentes infecciosos. Essa situação fica mais evidente ao observarmos que, em dezembro de 1914, menos de um ano após o início do serviço, o fiscal responsável, senhor Archangelo Chielli, foi aposentado após inspeção de saúde em que foi considerado "incapaz de continuar no serviçio de suas funções por soffrer de molestia adquirida no seu serviço"[37].

---

[35]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1909 a 1913, p. 6. Acervo: AHMJSA.
[36]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência municipal entre 1913 e 1932. p. 1-2.
[37] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1913 a 1923, p. 20. Acervo: AHMJSA.

Outro ponto que destaco é a presença de crianças trabalhando como “serventes” na remoção de matérias fecais. Em uma fotografia, é possível perceber entre os trabalhadores a presença de duas crianças, uma delas negra com os pés descalços (Figura 3). A imagem faz parte do relatório da intendência apresentado em 1914. É importante destacar, aqui, que a produção fotográfica dos relatórios da intendência atendia aos interesses da administração municipal, que publicava esses documentos com a intenção de apresentar os feitos da intendência naquele ano, de maneira que as imagens são dispostas para dar destaque, principalmente, aos “avanços” na infraestrutura. Além das intenções, sabemos, com Mauad (2005), que até a década de 1950 o controle da produção de fotografias estava associado aos profissionais da área que vendiam seu trabalho àqueles que tinham condições de encomendá-las, sendo um “privilégio da classe dominante ou frações dessa” (MAUAD, 2005, p. 141). Uma análise mais atenta da fotografia permite visualizar não apenas os jovens trabalhadores como uma mulher ao fundo da imagem. Embora destaque essas presenças, entendo como necessários estudos futuros para uma análise mais aprofundada desses sujeitos da história. Além disso, a mata de araucárias ao fundo evidencia a rica paisagem natural nas redondezas da sede do serviço, local que atualmente é de densa urbanização.

Figura 3: Vista para o galpão do serviço de remoção de matérias fecais

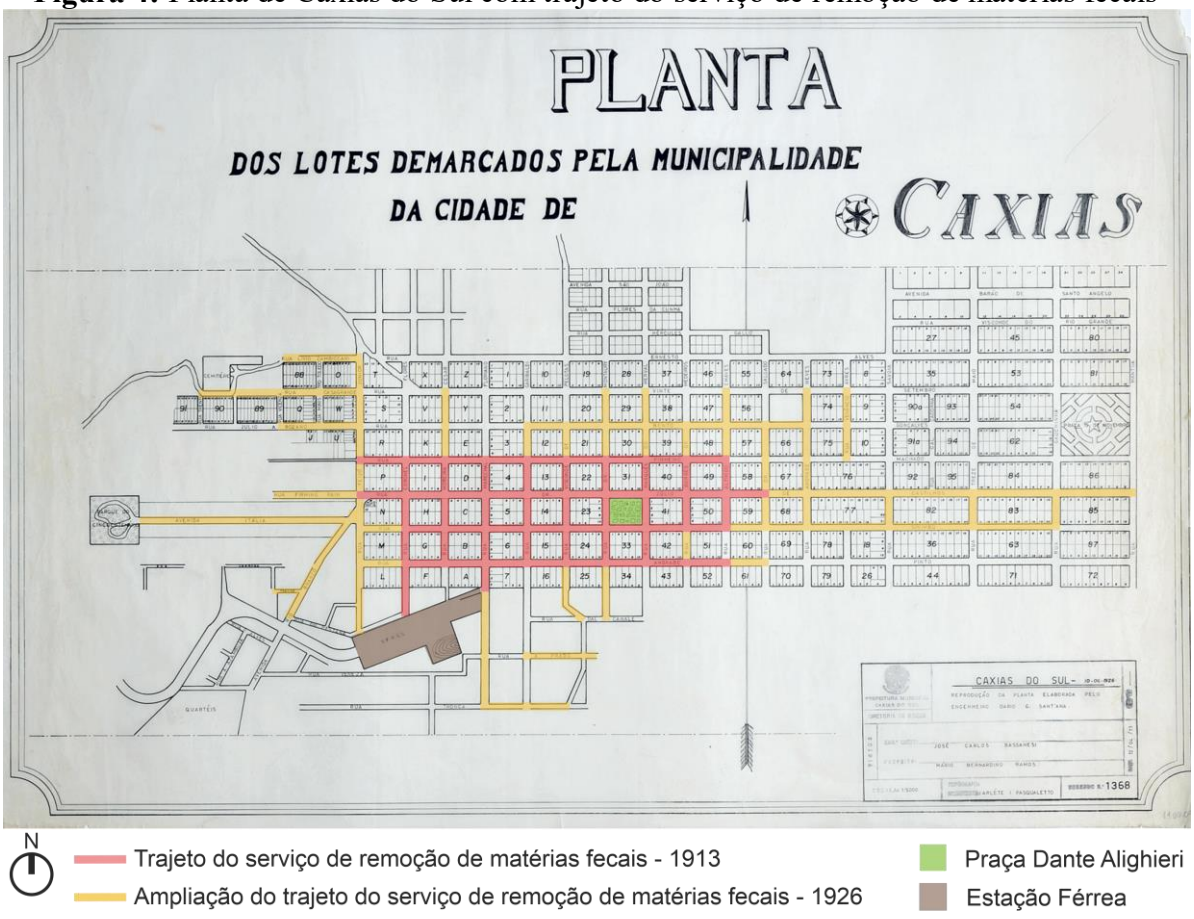
Autoria não identificada. Acervo: AHMJSA

Quatorze anos após seu início, em 1927, a Intendência Municipal concedeu para a iniciativa privada a execução do serviço. O contrato assinado entre o Intendente Municipal Celeste Gobbato e o empresário Adolpho Randazzo estabelecia as diretrizes para o serviço de

remoção e "materias excrementicias" e, agora, também o recolhimento do lixo e a varrição das ruas do centro. Entre as outras mudanças observadas estão uma ampliação do trajeto, a existência de cubos de metal, e a construção de "tanques de dissolução" para o sepultamento dos resíduos. A administração cedeu para Randazzo o prédio dos cabungos, assim como a residência do local, e uma porção de terra a jusante para lavoura, estabelecida entre as partes[38].

A concessão do serviço para a iniciativa privada, segundo relatório de 1926, estava relacionada a questões financeiras. A arrecadação com as taxas de serviço não acompanhava as despesas com materiais e força de trabalho, tornando necessário equilibrar as contas[39]. O que foi possível observar, na verdade, é que a remoção de matérias fecais, mesmo com a administração de Randazzo, foi ineficiente nas suas finanças e continuou onerando o município.

Figura 4: Planta de Caxias do Sul com trajeto do serviço de remoção de matérias fecais



Fonte: AHMJSA, marcações minhas

[38] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência municipal entre 1913 e 1932. p. 90-92. Acervo: AHMJSA.
[39] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1926, p. 75. Acervo: AHMJSA.

Em 1929, com a necessidade de ampliar a capacidade de atendimento, o município precisou arcar com as custas da construção de uma "telepherica" para o galpão de cubos. O jornal *O Popular*, em 24 de outubro de 1929, criticou a administração municipal pela construção da "linha de transporte aéreo" para o despejo dos resíduos. No texto do periódico, é possível perceber a contradição entre a versão do jornal e da Intendência acerca dos custos da obra e sobre quem arcaria com os recursos[40]. No relatório do mesmo ano, o Intendente Thomaz Beltrão de Queiroz justifica a situação, alegando a incapacidade da empresa de arcar com o investimento e a necessidade do município em qualificar o trabalho, gerando um entendimento entre as partes. O custo total, de 60:000$000, foi pago no exercício seguinte com os cofres públicos, contrariando o orçamento inicial, e divulgado em *O Popular*, de 20:000$000[41].

É possível perceber a insatisfação que a situação do esgoto em Caxias do Sul gerava. A própria intendência reconhecia a necessidade da instalação de uma rede de esgotos já em 1928. O intendente apresentava em seu relatório a urgência de uma instalação dessas na parte central da cidade, a fim de eliminar o "fétido insupportavel que exhala das sargetas da Rua Marquez do Herval, quadra onde se acham o Hotel Veiga e o Club Juvenil, e das outras ruas onde essas algas fazem seu percurso"[42]. No ano seguinte, mesmo após elogiar as mudanças no galpão dos cubos, o mesmo intendente reconhecia que os melhoramentos não significavam "perfeição absoluta", e que a solução da rede de esgotos seria implantada a partir do ano seguinte, 1930, fato que não se concretizou.

Já em 1938, em matéria do jornal *O Momento*, intitulada "Fotografando a Urbs", faziam-se duras críticas ao estado do saneamento na cidade.

> Ruas imundas, abandonadas, cidade sem exgotos, fócos de mosquitos, é o que se constata a direita e a esquerda da rua Julio de Castilhos.
> Lixos à frente das residencias, aguardam, até tardias horas, a respectiva remoção.
> O carroção de cubos "perfumando" as ruas da cidade, continua, morosamente, preguiçosamente, pachorramente, desempenhando a missão que lhe confiára a Empreza Randazzo[43].

Assim, o autor definia a "fotografia" de Caxias do Sul.

---

[40] *O Popular*. Caxias do Sul. 24 de out. 1929. p. 01.
[41]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929, p. 14. Acervo: AHMJSA.
[42]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1928, p. 42. Acervo: AHMJSA.
[43]*O Momento*. Caxias do Sul. 28 de fev. 1938, p. 03.

A utilização do serviço de remoção de matérias fecais não encerrou a construção de fossas nas residências. No Código Administrativo datado de 1927, artigo 199, normatizou-se a construção dessas.

> Só será permitida, a construção de reservatórios sanitarios, ou fossa septicas áquelles que apresentarem projécto em duplicata em escala de 1:20 e 1;20 respectivamente para os córtes e para as plantas, não se admittindo a canalisação de efluentes para as calhas das ruas, mas sim para poços de infiltração[44].

O regramento citado demonstra como a preocupação com a infiltração do solo era presente, de modo que o município exigia construções que isolassem o contato dos resíduos com o solo.

A situação dos esgotos em Caxias se arrastou por muitas décadas. O serviço de remoção de matérias fecais operou na cidade até 1941 e a empresa de Randazzo continuou responsável pela coleta de lixo até 1959. O esgoto cloacal só fora instalado em Caxias do Sul, de fato, na década de 1970. Além disso, o tratamento só foi realmente efetivado em 1998, com a implementação da Estação de Tratamento de Esgoto Serrano (TROGLIO, 2016). Durante muito tempo, residências e empresas instalaram sua canalização de esgotos na rede de esgoto pluvial construída após o rebaixamento das ruas do centro da cidade na administração de Dante Marcucci nos idos de 1935. Essa condição ampliou a poluição dos arroios da cidade que recebiam essas águas de cada vez mais residências (TROGLIO, 2016, p. 112-117).

Neste primeiro capítulo, penso ter exposto como as relações entre o ambiente natural e as práticas humanas são de fundamental importância para a compreensão da história do saneamento em Caxias do Sul. As transformações promovidas pelo processo de colonização, muito distintas daquelas dos habitantes indígenas, geraram mudanças na paisagem e nas fontes de água da cidade. Nesse processo, é importante destacar a construção de uma interlocução entre natureza e sociedade mediada pelo entendimento técnico-científico do período, o que, segundo Simonini e Ferreira (SIMONINI e FERREIRA, 2013, p. 3), é fundamental para a História Ambiental Urbana na "compreensão do progresso técnico-científico, as mudanças políticas e sociais, a ocupação territorial, a extração e o aproveitamento de recursos naturais e as transformações ambientais", perspectiva que pode ser associada à noção de atores em rede de Latour. Dessa forma, o discurso médico, dotado de "credibilidade científica" e respaldado nas estatísticas de contaminação, passou a influenciar as práticas de descarte e coleta de água. A administração municipal apropriava-se dessa visão para suas ações e implementava políticas de saneamento que atendessem à demanda de uma

[44] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Código Administrativo de 1927. p. 05.

governabilidade científica. A imprensa, ora contrariando as ações da administração, ora endossando, demonstrava a mobilização que o tema do saneamento gerava. Em sincronia com as ações sociais, o meio físico impunha condições e limites às práticas das ações caxienses. Seja oferecendo recursos necessários ou, como ocorreu posteriormente, exigindo mudanças de técnicas, o meio ambiente demonstrou-se, também, um ator efetivo da história do saneamento em Caxias do Sul.

2 "SALUS POPULUS SUPREMA LEX": A CONSTRUÇÃO DE REPRESAS EM CAXIAS DO SUL E A HIDRÁULICA MUNICIPAL DR. BORGES DE MEDEIROS

"...se ecossistemas entram em colapso, os sistemas sociais entram com eles"

Richard C. Foltz[45]

2.1 A primeira experiência de represamento

Como visto no capítulo anterior desta dissertação, a situação das águas em Caxias do Sul no começo do século XX passava por um grande problema de acesso e de potabilidade, resultado das ações humanas e da transformação ambiental. Os reservatórios subterrâneos, fonte fundamental para os poços, sofriam com as infiltrações do "detestavel e condemnado systema dos dejectos lançados em fossas fixas"[46]. Além disso, os córregos estavam secando ou ficando impróprios para o uso.

Nesse sentido, Caxias do Sul se integra a uma história nacional, em que os serviços de esgotamento sanitário e distribuição de água passaram a ser delegados aos municípios pelo arranjo estabelecido pela Primeira República (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 25).

Esse fenômeno se associa ao que Gilberto Hochman (2006) definiu como um dos fatores que impulsionaram as obras de saneamento no Brasil, a ideia de *interdependência* nas cidades, ou seja, a vulnerabilidade a doenças e epidemias pôs fim a uma suposta imunidade das elites. Assim, pautas ligadas ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e coleta de lixo passaram a integrar o discurso público.

Em Caxias do Sul, não apenas as contaminações decorrentes da ação social sobre a natureza apresentavam desafios. A geografia local foi vista como uma grande barreira para a implantação dessas políticas. Sobre essa condição, Maria Abel Machado apresentou uma síntese importante:

> O abastecimento de água também foi um dos problemas que a cidade de Caxias enfrentou desde o início, pela insuficiência de mananciais de água superficiais, ou pela falta de uma política racional de aproveitamento dos rios e dos arroios existentes. Localizada num alto 'planteau' do planalto basáltico, na parte mais elevada de um altiplano, que serve de divisa entre os cursos d'água tributários do rio das Antas ao norte e do rio Caí ao sul e sudeste, o núcleo urbano ficou longe dos rios principais, contando porém com a existência de diversas corredeiras, quedas d'água

[45] FOLTZ, Richard C. "Does Nature Have Historical Agency? **World History, Environmental History, and How Historians Can Help to Save the Planet?"** The History Teacher 37:1 (2003): 9–28. p. 11.

[46] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1911-1912 p. 7. Acervo: AHMJSA.

> cursos rápidos que, se tivessem sido utilizados de forma correta, teriam contribuído para minimizar a falta de água que a cidade experimentou ao longo de muitos anos (MACHADO, 2001, p. 123).

Novamente, um ator não humano se fez presente no saneamento caxiense. O acidentado e rochoso solo de Caxias do Sul foi um dos grandes dificultadores desse tipo de empreendimento. Em matéria do jornal *O Brasil* de 1921, a particularidade geológica era destacada como um grande desafio a ser superado.

> Em Caxias, por pouco observador que se seja, tem-se sempre a attenção, logo presa á particularidade do solo: accidentado e rochoso, duas qualidades que constituem um terrivel impecilio á administração. De sorte que centenas de contos de reis já foram enterrados nas ruas da cidade e, não obstante, a engenharia de obras feitas, aqui como em toda a parte, acha sempre que tudo está por fazer…[47]

Por esses fatores, a ação da administração municipal precisou se fazer presente. Em 1920, quando novamente tomou posse da administração municipal, o Intendente Major José Penna de Moraes em seu discurso, publicado no jornal *O Brasil*, destacou a questão do abastecimento da cidade como "uma das dificuldades mais apremiantes com que defrontamos". Outra vez, Penna de Moraes criticou a "devastação das mattas" nas nascentes e margens de rios que acarretava na diminuição dos cursos de água disponíveis e também apontou a poluição desses pelas habitações coloniais. Para o Intendente, utilizar os arroios próximos ao centro da cidade era tão improvável que, em seu discurso, defendia a hipótese de utilizar o Rio das Antas ou Rio São Marcos para abastecer o centro da cidade, o que exigiria "trabalhos especiaes de engenharia hydraulica". Descartava também a continuidade da utilização de poços, por ser uma solução "fallivel e incerta", dificultada além do mais pelas rochas tão abundantes no subsolo de Caxias do Sul[48].

O discurso continuava destacando a importância de uma ação conjunta com o governo do Estado através da contratação de estudos específicos e da figura do "notavel engenheiro brasileiro dr. Saturnino de Britto"[49], sem o qual as ações seriam impossibilitadas. Penna de Moraes, na intenção de demonstrar competência e comprometimento com a cidade, alegou que a administração não poderia esperar pela ação do Estado. Diz o documento que

> Caxias não póde mais permanecer sem agua potavel nas suas quadras mais centraes e já populosas, absolutamente, desprovidas desse elemento indispensavel, sobretudo

[47] *O Brasil*. Caxias do Sul 26 de mar. 1921. p. 1.
[48] *O Brasil*. Caxias do Sul. 23 de out. 1920, p. 3.
[49] Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864 – 1929) foi um importante engenheiro sanitarista vinculado ao PRR, responsável pelas principais obras de saneamento do Rio Grande do Sul na Primeira República. Para mais informações: LOPES, André Luis Borges. **"Sanear, prever e embelezar"**: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitarista e novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2013.

> nos hoteis e cafés ahi localisados, os quaes todos os dias o reclama, com fundada insistencia, da municipalidade[50].

Assim, apresentou duas ações, "uma provisoria e outra definitiva". A primeira consistiu na instalação de uma captação de vertentes em terras arrendadas, e a outra tratava do início dos estudos para o aproveitamento das águas do arroio Dal Bó, que se tornou o primeiro sistema de abastecimento da cidade[51].

Segundo o Relatório da Intendência do exercício de 1912 a 1924, quatro vertentes localizadas nas terras do falecido médico Antonio Giuriolo estavam sendo captadas para o abastecimento das quadras centrais do município. A instalação custou 52:108$545 aos cofres públicos[52]. A obra foi concluída em 1921 prevendo a instalação de um chafariz na Praça Dante Alighieri sendo dirigida por Jorge Schury, então Inspetor de Obras Públicas Municipais[53]. Uma fotografia, sem identificação de autoria e data, permite observarmos o pequeno reservatório localizado em uma depressão no terreno. Ao redor, algumas casas se apresentam entre a vegetação local, além da Vinícola Luis Antunes ao fundo. É interessante perceber que o local é o atual Parque Getúlio Vargas – conhecido pela comunidade caxiense como o "Parque dos Macaquinhos" – área central de Caxias do Sul.

Figura 5: Vista para reservatório das terras de Antonio Giuriolo

Autoria não identificada. Acervo: SAMAE, 2016.

[50]*O Brasil* Caxias do Sul. 23 de out. 1920, p. 3.
[51]*O Brasil*. Caxias do Sul. 23 de out. 1920, p. 3.
[52]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1912-1924, p. 22-23. Acervo: AHMJSA.
[53]*O Brasil*. Caxias do Sul. 12 de mar. 1921. p. 1.

A documentação oficial deixa em evidência a falta de recursos para o abastecimento da cidade. O relatório dos anos de 1921 a 1923 apresenta as dificuldades da implantação do serviço.

> O fornecimento de agua prosegue com toda a regularidade. As interrupções repetidas na energia electrica muitas vezes prejudicou a boa distribuição da agua. Tornou-se necessario adquirir um motor de explosão para ficar independente da Usina Electrica. Comprou-se, assim, um motor a kerosene, de 16H. P. O augmento constante do preço do kerosene obrigou-nos a adquirir um gerar para gaz pobre. Comprou-se um gerador, já usado, pelo preço de 2:800$000, e assim conseguimos reduzir bastante as despezas com a elevação da agua[54].

Além dos custos com o equipamento, a intendência adquiriu 60 hidrômetros para instalar nas residências, procurando controlar e evitar os desperdícios. A rede tinha uma extensão de 3 mil metros e atendia 82 residências, com capacidade de ampliação de até 40 casas[55]. Em 1925, eram 149 prédios atendidos pelo sistema (RÜCKERT, 2017, p. 439), superando em praticamente três dezenas a capacidade de distribuição.

Na imprensa governista, o discurso não era de escassez, mas de conquista pelo "esforço patriotico da vossa operosa e fecunda administração". É interessante perceber, neste caso e na disputa de narrativas que se seguirá, como os periódicos do período criteriosamente selecionavam acontecimentos e narravam de formas muito distintas as obras de saneamento. Demandando atenção ao que Tânia de Luca destacou sobre a necessidade de "inquirir sobre suas [dos periódicos] ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros" (LUCA, 2008, p. 140). Aqui, não podemos perder de vista as vinculações políticas d'*O Brasil*, jornal de domínio republicano. Em texto publicado no jornal *O Brasil*, teve destaque a compra de uma caixa d'água com capacidade de produzir 80 mil litros por dia que foi agregada à instalação que fazia parte dos "melhoramentos urbanos com que estão sendo completamente transformadas as condições de vida em alguns pontos desta cidade"[56]. Ao analisar os casos de febre tifoide na cidade, a administração concluiu que as "casas servidas pela hydraulica ficaram immunes", demonstrando que os casos da doença tinham "origem hydrica […] como impõe desde logo a única providencia definitiva - 'Salus populus suprema lex'"[57].

É interessante observar o descrédito por parte da intendência pela possibilidade de realizar um sistema de abastecimento com os arroios locais. Tanto no discurso, já citado, de

[54]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1921 -1923 p. 41. Acervo: AHMJSA.
[55]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1921-1923. p. 41. Acervo: AHMJSA.
[56]*O Brasil* Caxias do Sul. 26 de mar. 1921. p. 1.
[57]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1924-1925. p. 55. Acervo: AHMJSA.

posse de Penna de Moraes, como no texto do relatório do exercício de 1912 a 1924, o administrador municipal alega que "fatalmente" a água potável de Caxias do Sul viria do Rio das Antas ou do Rio São Marcos[58], fato que nunca ocorreu. O que leva a constatar o rápido processo de degradação dos córregos locais.

Também é notável que o debate do saneamento se restringia ao centro da cidade. Nas áreas rurais, ao que tudo indica, o sistema de poços e fossas continuou vigorando. Segundo Machado, esse fenômeno estava ligado à efervescência econômica da área urbana. Diz a historiadora:

> À medida que a cidade foi crescendo, e sua importância econômica se consolidando, a pressão do grupo sobre o poder público municipal tornou-se cada vez mais forte, fazendo sentir-se especialmente na melhoria das condições de infra-estrutura urbana, privilegiando a área central da cidade, onde se localizavam as suas residências e os seus negócios (2001, p. 148).

Essa presença das elites urbanas já ficava evidente nas falas, já citadas, que exigiam abastecimento para os hotéis e cafés da área central. Segundo Rückert, o serviço era elitista por atender apenas a região mais privilegiada, mas não pode ser desconsiderada a capacidade de financiamento restrita que "acumulou sucessivos saldos negativos" (RÜCKERT, 2017, p. 440).

A questão do esgoto não saiu da pauta da administração. O serviço ainda era visto como necessário. Na rua Dr. Montaury, paralela à Praça Dante Alighieri, foi instalada uma pequena canalização de esgotos "por iniciativa particular e com licença da Intendência". O sistema que coletava os resíduos das fossas sanitárias e era despejado em um arroio próximo. Segundo Jorge Schury, "este systema de esgottos seria o mais adaptavel a esta cidade".[59]

No entanto, tendo em vista as dificuldades financeiras e a demanda por água potável cada vez mais latente, os investimentos para coleta de esgoto ficaram apenas no discurso. O sistema hidráulico que estava em funcionamento não atendia as necessidades cada vez maiores da área urbana e sofria com os períodos de estiagem. De tal modo, já se estudava a possibilidade da captação do arroio Dal Bó.

2.2 A Hidráulica Municipal Borges de Medeiros

Com o fim da administração de José Penna de Moraes, coube à administração do Intendente Municipal Celeste Gobbato as ações que implantaram o definitivo sistema de

[58]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1912-1924. p. 22-23. Acervo: AHMJSA.
[59]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1921-1923. p. 42. Acervo: AHMJSA.

abastecimento. Gobbato foi indicado para a eleição em um contexto muito influenciado pelos conflitos políticos decorrentes da eleição estadual de 1922 que reelegeu Borges de Medeiros para a presidência do Estado e a consequente "Revolução de 1923" que aumentou a polarização entre republicanos e federalistas (MONTEIRO, 2011). Na intenção de neutralizar os ataques da oposição, Gobbato – que, segundo Monteiro, apresentava admiração por Assis Brasil, candidato de oposição a Borges de Medeiros – foi apresentado como um concorrente de conciliação. Diz a historiadora que

> a propaganda em torno do seu nome e do seu conhecimento técnico – teoricamente independente das paixões políticas – tinha o potencial de atingir tanto o grupo dos colonos produtores de uva quanto a elite econômica dos comerciantes e industrialistas envolvidos no setor vinícola (MONTEIRO, 2011, p. 67).

A imagem de um indivíduo desinteressado politicamente levou Gobbato ao poder do município. Sabemos, através da biografia do intendente escrita por Monteiro, que sua administração foi permeada por um jogo político em que os capitais simbólicos, principalmente culturais e sociais, "foram reconvertidos em 'capital político'" (MONTEIRO, 2011, p. 69-70).

Neste contexto, saneamento da cidade começa a ser cada vez mais influenciado por fatores econômicos. Segundo Machado, o crescimento fabril, mais evidente, criou uma demanda iminente por infraestrutura. Uma vez que os cofres públicos não supriam os recursos necessários, a saída para a administração municipal foi a aproximação com membros da sociedade civil. Em 1924, foi criada a Comissão Pró-Caxias "presidida pelo empresário Abramo Eberle", vice-intendente de Gobbato (2001, p. 212).

A estratégia de criar comissões para segmentos específicos fazia parte de um jogo político em que Gobbato se aproximava de diferentes atores, inclusive de oposição, criando estabilidade para suas ações e reforçando a imagem de "candidato de consenso" (MONTEIRO, 2011, p. 78).

Agindo em diversas frentes, a Comissão, segundo relatório apresentado em 1925, dividia-se em subcomissões que atuavam no "estudo do problema financeiro da Intendencia, no estudo do Imposto terreitorial urbano, na Illuminação e energia electrica, da Hydraulica municipal, da Instrução Publica, da Prophylaxia e da Agricultura"[60]. Fica evidente, na leitura da documentação, que a proposta era solucionar questões de infraestrutura que promovessem o desenvolvimento e impulsionassem os negócios da indústria e comércio.

[60]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1924-1925. p. 22. Acervo: AHMJSA.

A comissão propôs a criação de uma "Caixa de Depositos Populares" que ficaria sob responsabilidade da Intendência. Segundo os membros da Comissão Pró-Caxias, os depósitos ocorreriam na medida em que a "propaganda composta de pessoas idoneas e influentes" se mostrasse[61].

Em dezembro de 1925, a "Caixa de Depositos Populares" acumulou 458:346$900, com valores depositados em sua maioria por moradores de Caxias do Sul, mas com contribuições de São Marcos, Nova Vicenza, Nova Milano e Galópolis. Em vista da evidente captação de recursos, a Intendência implementou a "Secção Hydraulica Municipal" para acumular fundos específicos para a obra de abastecimento. A lista de depositantes demonstra o interesse de atores econômicos na implantação do serviço que promoveria melhores condições para o "desenvolvimento" local. Entre os depositantes, estavam o "Banco da Provincia do Rio Grande do Sul", o "Banco Francez Italiano", o Banco Porto Alegrense", além de empresários e membros da elite caxiense[62].

Embora a participação dos depositantes tenha ocorrido, os valores não sanavam as necessidades de tal empreitada. O valor acumulado pela "Secção Hydraulica" de 59:455$000 foi praticamente todo utilizado em despesas iniciais como a compra do terreno para a construção da hidráulica, abertura da estrada até o local, despesas com estudos e projetos, além da compra de materiais para a confecção de mapas[63]. No ano seguinte, 1926, o número de depositantes teve considerável ampliação, foram setenta e sete créditos. A presença de agentes econômicos não surpreende uma vez que a obra constituía uma infraestrutura básica para o desenvolvimento da cidade.

Apesar disso, a tentativa de criar a caixa de depósitos pouco contribuiu para a construção da Hidráulica. A implementação da obra exigiu uma intensa aproximação de outros setores da sociedade. Segundo Monteiro

> Para a concretização da obra, o intendente mencionou a referida Seção da Hidráulica da Caixa Municipal, apontando que os membros da Subcomissão de Propaganda haviam sido "incansáveis" na busca de novos depositantes. Também lembrou que, através dos senadores gaúchos, foi proposta uma emenda ao orçamento do Ministério da Guerra pela qual o governo federal ficaria autorizado a dar à intendência de Caxias a quantia de 200:000$00, como compensação pela instalação e fornecimento de água ao Quartel Federal situado na cidade (MONTEIRO, 2011, p. 100).

[61]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1924-1925. p. 24. Acervo: AHMJSA.
[62]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1924-1925. p. 46-47. Acervo: AHMJSA.
[63]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1924-1925. p. 7. Acervo: AHMJSA.

Ao caminho para a construção da hidráulica foi somado a esses créditos e ao aumento dos impostos municipais um empréstimo de 3 000:000$000 com a empresa J. G. White & Comp. Ltda., valor destinado à "construcção da Hydraulica, construção da ponte no Rio das Antas, consolidação da divida fluctuante e construção de um edificio para esta Intendencia"[64]

Por concorrência pública, a empresa Companhia Geral de Construções S/A de São Paulo foi a responsável pela obra, sob o custo de 12% de taxa sobre o valor da obra, orçada inicialmente em 1:241:000$000[65].

A repercussão dos empréstimos foi apresentada negativamente na imprensa de oposição. Em texto publicado no jornal *Caxias* de 22 de dezembro de 1927, o autor do texto "Desfazendo uma calumnia" demonstra uma incisiva insatisfação com a capacidade da Intendência de gerir os recursos e com os aumentos de impostos. Diz a publicação:

> Lembre-se ainda de que ao solicitar permissão para o ultumo emprestimo realisado pela municipalidade, promettia a construção da hydraulica e exgottos, a ponte sobre o Rio das Antas e a possível acquisição da usina electrica. No entanto teremos apenas a hydraulica para a cosntrucção da qual todos os despendios vêm sendo fiscalisados pelo Governo do Estado, sendo que V. S. já solicitou permissão, para contrahir mais um EMPRESTIMO DE 1.500 CONTOS, promettendo empregal-o na construção de uma pequena parte da rêde de exgottos. Mas que calculos? … Das duas uma: ou V. S. procurou illaquear a bôa fé da Assembleia dos Representantes ou é extremamente infantil para fazer orçamentos…[66]

A citação demonstra que, se as obras da Hidráulica eram consenso sobre sua importância, os meios para capitalizar o empreendimento não. O aumento de impostos do período, que aparecem na documentação oficial como fundamentais para o acréscimo da renda local e para viabilidade de tais obras, em outros locais de fala são questionados por onerar a população.

Nos aspectos técnicos, os estudos deveriam ser subordinados à Comissão Estadual de Saneamento, chefiada naquele momento pelo engenheiro Antonio Siqueira. A mediação entre a equipe estadual e funcionários caxienses ocorreu pelo engenheiro Jorge Schury que, de acordo com Rückert, "desfrutava de uma posição privilegiada dentro do quadro de funcionários da municipalidade de Caxias" (RÜCKERT, 2017, p. 441). A equipe do governo do estado promoveu "estudo das variações no volume de água oferecido pelo Arroio Dal Bó, qualidade das águas desta fonte, escola do ponto de captação, definição do traçado da rede

[64]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1928. p. 104. Acervo: AHMJSA.
[65]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1928. p. 104. Acervo: AHMJSA.
[66]*Caxias.* Caxias do Sul. 22 de dez. 1927. p. 2.

adutora e a construção de tanques para o tratamento da água e de reservatórios" (RÜCKERT, 2015, p. 212). Nos relatórios da Intendência de 1927 e 1928, encontram-se duas apresentações detalhadas do engenheiro responsável Antonio Siqueira.

Foram estudados como possíveis mananciais de captação o arroio Gaspari, descartado devido a sua baixa altitude, o que ampliaria os custos com bombeamento, e baixa vasão; o rio das Antas, desconsiderado em razão da distância e sua altitude de 400 metros abaixo de Caxias do Sul; além dos arroios Dal Bó e Maestra, o primeiro escolhido para a captação, distante apenas 2,5 km do centro da cidade e com vasão de 20 litros por segundo. O arroio Maestra foi trabalhado como um reforço para o sistema, principalmente em períodos de estiagem quando o Arroio Dal Bó ofereceria uma descarga de apenas 7,5 litros por segundo[67].

O resumo do projeto de Antonio Siqueira demonstra uma grande preocupação técnico-científica com a obra, de maneira que as questões de engenharia e medicina caracterizavam as decisões do empreendimento. A água do Arroio Dal Bó foi quimicamente testada sendo considerada impura. Já a análise bacteriológica realizada pelo Dr. Albertini de Porto Alegre não apresentou "bacilos typhicos e para-typhicos", considerando-a boa. O parecer indicava a necessidade de filtragem e tratamento da água que antecedesse a distribuição. Além disso, recomendava a desapropriação de áreas jusantes ao arroio, evitando contaminação, e a "replantação de arvoredo, tão necessário para reter as aguas das chuvas afim de regularisar a descarga do curso dagua". O tratamento escolhido, apoiado em estudos de experiências nos Estados Unidos, era a base de sulfato de alumínio e cal[68].

O relatório da Intendência de 1928 justificou a medida:

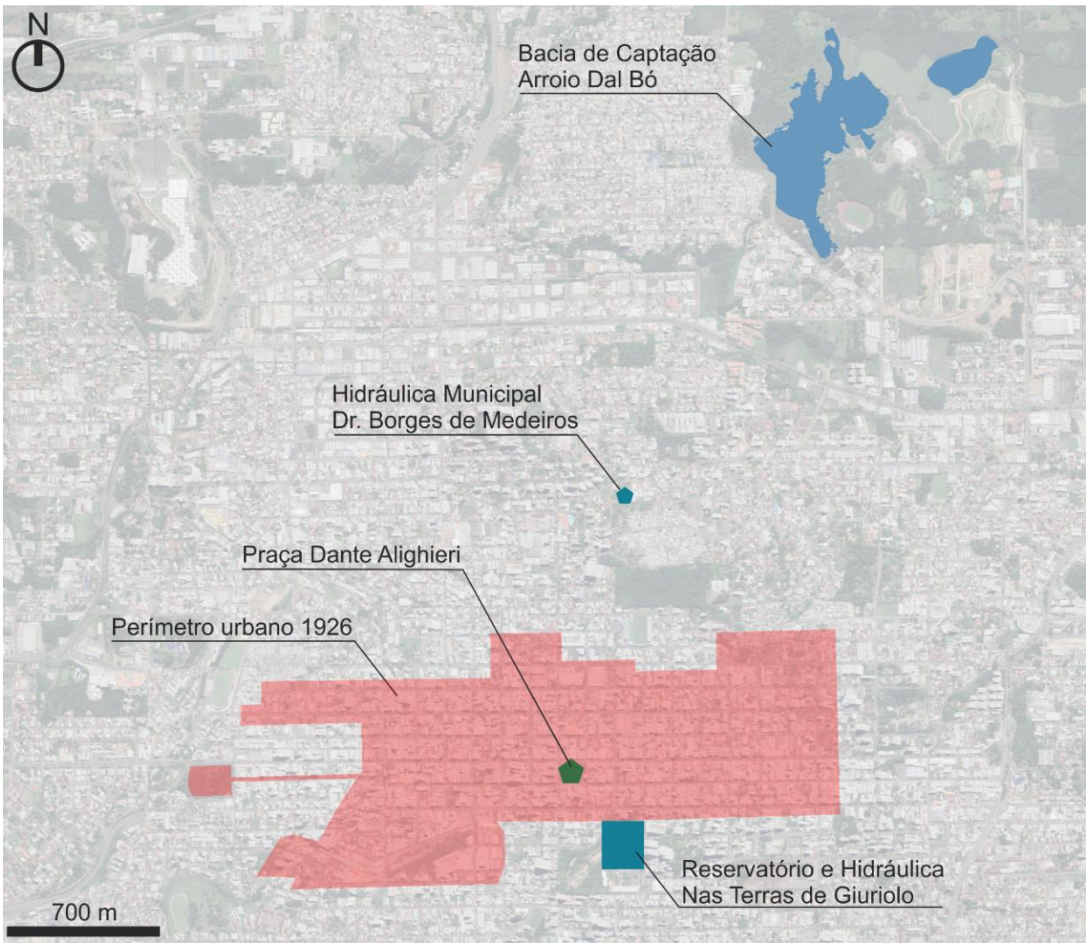
> O sulphato de aluminio tem uma acção mechanica produzindo alumina hydratada em estado flocoso arrastando para o fundo do tanque de decantação, as particulas que se acham suspensa n'agua. Como porem o terreno do municipio de Caxias, é consituido de rochas basalticas e não calcareas, o gráo hydrometrico d'agua é relativamente baixo, e assim a decomposição do sulphato de aluminio produzido, alem da alumina hytrada tambem acido sulphurico, este iria ficar em solução na agua pela falta de um neutralisante. Por isso teve-se necessidade de empregar cal virgem no tratamento, cujos fins são neutralisar a acção do acido sulfurico, que iria corroer os encanamentos de ferro fundido e augmentar o gráo hydrometrico da agua é por conseguinte o seu poder de calcificação que virá agir de modo efficaz na parte ossea do organismo humano, assim como na conservação da dentadura[69].

[67]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1927. Resumo do Relatorio do projecto de Abastecimento de Agua na cidade de Caxias apresentado pelo Dr. Antonio Siqueira. p. 72. Acervo: AHMJSA.
[68]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1927. Resumo do Relatorio do projecto de Abastecimento de Agua na cidade de Caxias apresentado pelo Dr. Antonio Siqueira. p. 84-85. Acervo: AHMJSA.
[69]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1928. p. 104-105. Acervo: AHMJSA.

Além do tratamento de sulfato de alumínio e cal, a água ainda passava por filtros de areia e tratamento com cloro, combatendo a presença de bactérias e outros possíveis poluidores.

É possível perceber, com as considerações acima, que o saber médico se fez presente na elaboração do projeto, confirmando os estudos de Ávila (2010) e Rückert (2015) que demonstram a influência dos profissionais da medicina nas práticas de saneamento. Assim, o projeto da Hidráulica Municipal foi a primeira experiência com tratamento de água em Caxias do Sul. Até então, a água era consumida *in natura* dos locais de captação (MACHADO, 2001, p. 213).

Figura 6: Mapa com a localização da hidráulica e da Bacia de Captação do arroio Dal Bó[70]



Fonte: Google Maps, marcações minhas.

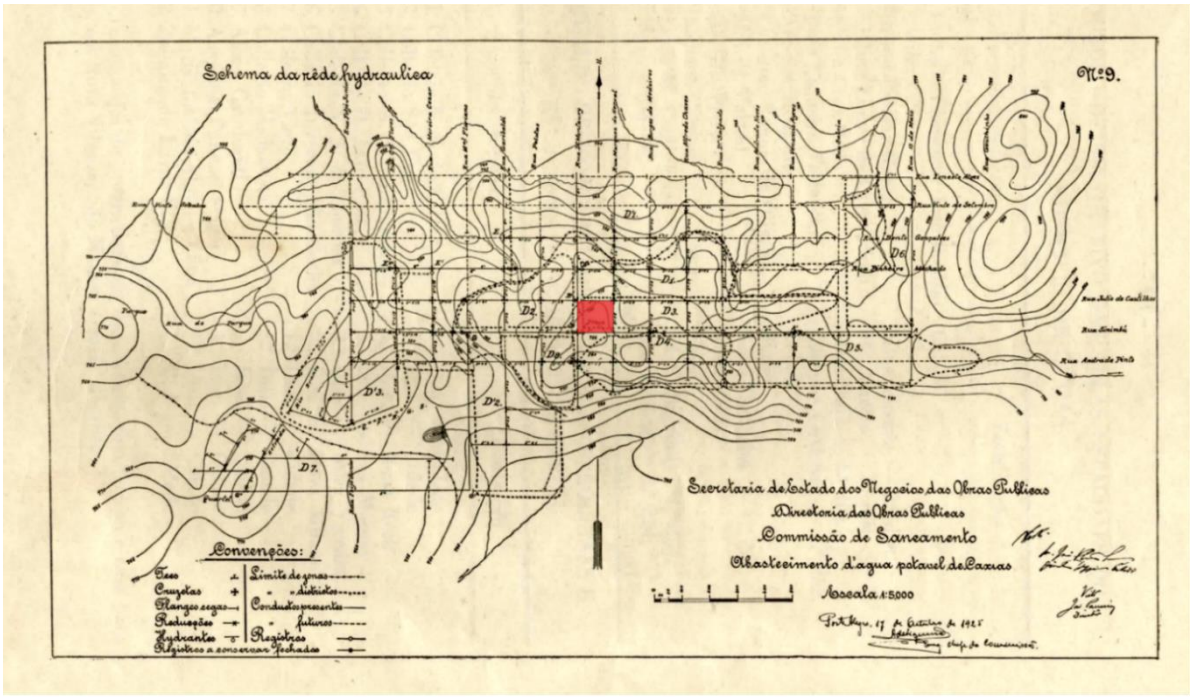
Foram construídas duas barragens para o acúmulo das águas. A principal que recebia o recurso do arroio Dal Bó tinha capacidade inicial de 23 mil metros cúbicos, a segunda, sem descrição de capacidade, recebia o reforço do arroio Maestra. O relatório de Antonio Siqueira traz informações interessantes sobre o represamento de águas. Segundo o documento, o

[70]As áreas alagadas visíveis na bacia de captação apresentam as três barragens do sistema. Duas delas foram construídas no período posterior ao marco temporal deste estudo.

projeto calculou perdas de 35% da água represada que evaporava ou se infiltrava no solo, sendo atenuados pelas chuvas. Esses valores foram considerados para definir tamanho do reservatório, que possuía uma bacia de captação com 8.624.000 metros quadrados[71]. O deslocamento da água era feito pela ação da gravidade até a Hidráulica, onde era tratada e distribuída[72]. No local, um reservatório manteria o líquido durante o processo de cura com capacidade de guarda de 702 metros cúbicos de água, dois terços da necessidade diária da cidade[73].

O estudo considerou uma capacidade de abastecimento para 733 casas, divididas em uma zona alta e uma zona baixa de 480 e 253 casas, respectivamente. O cálculo evidenciou uma necessidade de produção de 981.000 litros por dia[74]. Já se considerava a possibilidade do aumento da população, prevendo a ampliação da rede de distribuição, de cerca de 22.274m, e da capacidade de litros produzidos diariamente.

Figura 7: Mapa da rede da Hidráulica Municipal



Acervo: AHMJSA, marcações minhas.

[71]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1927. Resumo do Relatorio do projecto de Abastecimento de Agua na cidade de Caxias apresentado pelo Dr. Antonio Siqueira. p. 91-92. Acervo: AHMJSA.
[72]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1928. p. 104.
[73]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1927. Resumo do Relatorio do projecto de Abastecimento de Agua na cidade de Caxias apresentado pelo Dr. Antonio Siqueira. p. 88. Acervo: AHMJSA.
[74]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1927. Resumo do Relatorio do projecto de Abastecimento de Agua na cidade de Caxias apresentado pelo Dr. Antonio Siqueira. p. 71. Acervo: AHMJSA.

Para dar segurança à empreitada, orientava-se a colocação de reservatórios nas casas para reforço de abastecimento nos horários de maior consumo. Recomendava-se o uso de reservatórios cônicos capazes de eliminar impurezas acumuladas com capacidade de um metro cúbico e munidos de tampas, evitando a procriação de mosquitos. Aos futuros edifícios altos da cidade, indicava-se "o emprego de bombos prementes para o recalque d'agua à parte mais alta do edificio. Do contrario ter-se-ia uma rêde com grandes pressões para beneficiar poucos edificios a custo de onus consideravel à Municipalidade"[75].

O saneamento em Caxias do Sul tomou proporções que exigiu a reorganização do organograma da Intendência. Segundo Anelise Cavagnolli, o Ato Municipal nº 27 de 1925 integrou o serviço a Diretoria de Obras Públicas Municipal, criando o cargo de Fiscal do Abastecimento d'Água. Diz a historiadora que "competia […] ao fiscal, planejar e prever a construção das novas redes, remeter aos contribuintes as tarifas de água, zelar pelo funcionamento do maquinário existente na época, referindo-se à pequena hidráulica da Rua Borges de Medeiros" (CAVAGNOLLI, 2016, p. 32-33). Ainda com Cavagnolli, o poder público ampliou sua capacidade de ação em torno do saneamento com o Ato Municipal nº 106 de 1928, quando se criou o Regulamento da Hidráulica Municipal.

O regulamento passou a obrigar o uso de reservatório domiciliar, exceto em imóveis de valor menor de 5:000$000. Casas novas deveriam apresentar no projeto o reservatório que deveria ser de cimento armado, alvenaria ou ferro galvanizado. Além disso, regularam-se as normas para novas instalações e uso de hidrômetros, esses sendo possíveis apenas com autorização prévia dos responsáveis pela Hidráulica. Aos moradores ficava a obrigação de ceder o acesso ao interior dos prédios a fim de fiscalização, quando a Diretoria da Hidráulica julgasse necessário[76].

Havia grande expectativa acerca da finalização dos trabalhos que fariam "jorrar agua sobre esta cidade"[77]. Na imprensa, a dificuldade para a perfuração do solo era destaque.

> **Hydraulica municipal –** Proseguem com relativa actividade as obras da hydaulica desta cidade. Actualmente está a empreza construtura abrindo, para colocar os encanamentos, parte da rua Sinimbú, na face fronteira á igreja, sendo esse trecho muito trabalhoso, devido a extraordinaria quantidade de pedra, no mesmo encontrada, devendo ser muito dispendioso o completo apromptamento, da referida quadra[78].

[75]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1927. Resumo do Relatorio do projecto de Abastecimento de Agua na cidade de Caxias apresentado pelo Dr. Antonio Siqueira. p. 90. Acervo: AHMJSA.
[76]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1924 a 1930. p. 64 – 67.
[77]*Caxias*. Caxias do Sul. 8 de mar. 1928. p. 1.
[78]*Caxias*. Caxias do Sul. 15 de mar. 1928. p. 3. Grifo do original.

A cobertura da imprensa sobre as obras variou conforme a orientação editorial e os compromissos de cada periódico. Os jornais *Caxias* e *O Regional* produziram diversos textos sobre o andamento dos trabalhos e suas repercussões no ano de 1928, uma verdadeira guerra de narrativas como veremos a seguir.

O Regional assumiu uma posição favorável ao empreendimento municipal. Seus textos apresentavam, de maneira geral, o esforço do "operoso" intendente Celeste Gobbato em realizar obra de tamanha importância para o desenvolvimento da cidade. Em texto de 23 de janeiro de 1928, o jornal apresentava a coragem da administração em não se limitar pelas dificuldades orçamentárias e realizar os melhoramentos urbanos "com ardor insuperavel" gerando "admiração de todos os habitantes de Caxias"[79].

Na intenção de valorizar o caráter científico e positivo da Hidráulica Municipal, *O Regional* destacou a qualificação da Companhia Geral de Construções S.A., responsável pelas obras do sistema de abastecimento, apresentando o médico responsável pelos operários da empresa em Caxias do Sul, Dr. Ayres Maciel. O profissional, segundo o texto, participou da Grande Guerra de 1914 servindo na Cruz Vermelha Francesa, trabalhou com o criador da "vaccina anti-typhica, da qual foi o introductor no Brasil". Além do currículo profissional, Maciel estava alinhado com o PRR uma vez que "durante o periodo revolucionario de 1923 […] prestou assignalados serviços na invicta columna Flôres da Cunha, onde alèm de seus importantes serviços profissiohaes, ainda se distinguiu como combatente notavel"[80]. Aqui percebe-se que o tom amistoso de *O Regional* ocorria em função de sua orientação política situacionista. Esse periódico, conforme Monteiro, tinha o objetivo de "dar visibilidade as 'boas ações' do intendente" (MONTEIRO, 2011, p. 114), o que podemos compreender na medida em que os agentes envolvidos são explicitados.

> O periódico teve como gerentes Roberto Grossi, contabilista contratado pela intendência para assumir o novo Departamento de Contadoria Municipal, e José Balen, o qual foi beneficiado com o desmembramento do cartório, assunto já tratado anteriormente. Ou seja, mais uma vez a rede de reciprocidade de Gobbato entrou em ação (MONTEIRO, 2011, p. 114).

As obras eram descritas como céleres e qualificadas. Em 13 de agosto, destacou-se a força de trabalho empenhada em instalar as redes de distribuição subterrâneas pelas ruas da cidade além da instalação dos filtros da Hidráulica, importados da Alemanha[81].

A inauguração era aguardada com ansiedade, assim como a presença dos nomes de maior repercussão do PRR, como Borges de Medeiros, homenageado com a obra homônima,

[79] *O Regional*. Caxias do Sul. 23 de jan. 1928. p. 1.
[80] *O Regional*. Caxias do Sul. de 13 de fev. 1928. p. 1.
[81] *O Regional*. Caxias do Sul. 13 de ago. 1928. p. 2.

mais uma demonstração de Celeste Gobbato em ter bom relacionamento com agentes políticos[82].

Já o periódico *Caxias* apresentou uma versão distinta sobre o processo. Seus textos destacavam principalmente os custos da obra e o aumento de impostos promovidos neste ínterim.

Em texto de capa do dia 08 de dezembro de 1927, intitulado "Orgia de impostos", a publicação questionava a falta de justificativas para o os aumentos fiscais. Diz o texto:

> Pobre povo!
> Sacrificados com impostos vultuosos que lhe exigem em nome das necessidades administrativas a tudo têm os contribuintes se submettido, na esperança de concorrer para a realisação de obras que tragam beneficios communs, collocando Caxias na posição que o seu progresso e a sua cultura reclamam com uma compensação justa[83].

A Hidráulica Municipal era descrita como mais uma forma de onerar a população, sendo uma das justificativas para o aumento dos impostos. Em outro momento, o jornal questionava a demora e uma suposta espetacularização dos trabalhos, assim como a competência dos responsáveis em escolher os melhores meios para a instalação da rede.

> E os canos de ferro ahi vêm, escolhendo os caminhos mais difficeis, atravez da rocha dura, caminhando polegas por dia, quando, com uma pequenissima volta de mais cem metros, já poderiam estar chegando ao fim.
> Mas são precisos o estrondo da dynamite e o deslumbramento das illuminações noturnas, para que a obra tenha maior importância e o povo a pague com maior satisfação.
> Tudo isso faz parte do programma, para que os candidatos a emprego venham pela folha official dizer que temos a melhor administração do mundo assignando ainda o nome por baixo, para que não haja confusões quando o chefe, agradecido, fizer a indicação[84].

O trecho acima demonstra o enfrentamento direto entre os periódicos ao fazer referência a "folha official", uma alusão à *O Regional*. Em outro momento, novamente um ataque ao jornal concorrente ocorreu em texto intitulado "Hydraulica Municipal – Povo, defenda-te, que ainda é tempo!". Na ocasião, o intendente Celeste Gobbato era acusado de utilizar obras como a da Hidráulica para uma escada para cargos maiores e a tarifa mínima cobrada para o serviço de abastecimento, de 180$000, vista como exagerada. Embora não negasse a importância da distribuição de água, a referida matéria defendia que a pequena rede instalada no começo da década de 1920 "estava attendendo sufficientemente ás necessidades da população". Além disso, a população supostamente "prefereria, e preferirá, ainda, ficar

[82] *O Regional*. Caxias do Sul. 5 de nov. 1928. 1
[83] *Caxias.* Caxias do Sul. 08 de dez. 1927. p. 1.
[84] *Caxias.* Caxias do Sul. 23 de fev. 1928. p. 3.

como estava". A questão da tarifa, divulgada em "*O Regional*, folha que ninguém lê", foi caracterizada como uma extorsão para o consumo de até três mil litros de água[85].

Embora sem citar o título de oposição, *O Regional* procurava justificar as críticas em seus exemplares. Em setembro de 1928, por exemplo, apresentava um texto com o detalhamento dos gastos e dos valores de empréstimos, defendendo a transparência dos relatórios apresentados pela intendência, uma evidente resposta aos questionamentos dos gastos públicos[86].

Enquanto Borges de Medeiros foi homenageado com seu nome na Hidráulica, a nova estrada que levava até o local foi batizada de Avenida Presidente Getúlio Vargas[87]. Vargas era o presidente do Estado neste período e sua visita a Caxias do Sul e às obras aqui realizadas era aguardada com grande ansiedade. O jornal de oposição, que mesmo assim demonstrava apreço ao "eminente hospede", relatou os preparativos da cidade para receber o político.

> Por isso as ruas serão varridas, a illuminação será restabelecida em alguns pontos em que ha tempos fôra suprimida, a estrada para a hydraulica será macadamisada, o caminho para a pedreira municipal receberá uns golpes de picareta, os arbustos do viveiro municipal receberão ordem de perfilar-se e deitar folhagem nova, o chiqueiro do matadouro será desinfectado e os porcos tomarão banho... Está assim completo o scenario para o desempenho do programma da recepção á comitiva presidencial![88]

Apesar do entusiasmo com a visita, a grande expectativa do periódico *Caxias* era um possível flagra de uma postura oposicionista do intendente Celeste Gobbato. O periódico, segundo Monteiro (2011), intencionava desqualificar a figura do intendente durante a visita de Vargas. O texto ainda acusava Gobbato e outros de serem republicanos por interesse.

É possível compreender a intensificação das críticas à administração com Monteiro ao demonstrar as mudanças no jogo político que desagradavam alguns agentes, particularmente as lideranças tradicionais do PRR e aos católicos, desconsiderados na escolha do candidato sucessor de Gobbato.

> As críticas à administração de Gobbato se intensificaram à medida em que a sucessão intendencial se aproximava. O *Caxias* mantinha o intuito de reforçar a responsabilidade de Gobbato na desarticulação do PRR local, e dizia que o Partido não tinha direção, pois "temos a impressão de que nós, politicamente, não passamos de um corpo sem cabeça. **O intendente era acusado de ter afastado do "convívio político e administrativo as figuras mais prestigiosas do partido republicano",** hostilizando "os velhos republicanos que já prestaram os seus serviços ao partido" (MONTEIRO, 2011, p. 118).[89]

---

[85]*Caxias*. Caxias do Sul. 31 de maio 1928. p. 1.
[86]*O Regional*. Caxias do Sul. 10 de set. 1928. p. 1.
[87]*Caxias*. Caxias do Sul. 12 de abril 1928. p. 2.
[88]*Caxias*. Caxias do Sul.19 de abril 1928. p. 2
[89]Grifo meu.

Uma das grandes críticas realizadas ao empreendimento da Hidráulica Municipal foi a fixação da taxa mínima de abastecimento que, segundo *Caxias*, eram de 15 mil réis mensais, quando na verdade o conselho municipal havia estabelecido 10 mil réis mensais. O periódico de oposição chegou a alegar que o valor era tão absurdo que "talvez nem mesmo no Ceará, se pague um preço tal". O preço da tarifa era apontado como uma possível forma de ressarcir a dívida da municipalidade com os empréstimos. Com isso, concluiu o periódico: "Pelo que se observa, até agora, a hydraulica não trouxe nenhuma vantagem para o publico, em geral"[90].

Os valores fixados para a tarifa de água foram os seguintes:

> Art. 2º - As taxas mensaes a serem cobradas, pelo fornecimento d'agua, serão as seguintes:
>
> a) por predio, constituindo uma só economia, cujo valor locativo não exceda de 35$000 – 10$000,
>
> b) idem idem com valor locativo superior a 35$000 – 13$000, mensaes.
>
> Art. 3º - Cada predio por economia poderá consumir 15 mil litros de agua por mez; o consumo excedente será pago de accordo com a tabella seguinte:
>
> a) de mais de 15 mil litros a 20 mil litros 1$000 por m³.
>
> b) de mais de 20 mil a 25 mil litros $800 por m³.
>
> c) de mais de 25 mil a 35 mil litros $600 por m³.
>
> d) de mais de 30 miltros para cima $400 por m³
>
> Art. 4º - Os lotes ou fracção de lotes não edificados ficam sujeitos á taxa mensal de 2$000 por lote,
>
> Art. 5º - A taxa de aluguel mensal do hydrometro, obrigatorio por ligação, é de 1$500[91].

As discordâncias com as ações municipais eram tão evidentes que o povo era convocado a protestar contra a administração, "façamos *meetings* de protestos, porque á imprensa e pessoal da *Arca Insaciavel* não dá ouvidos"[92]. Uma manifestação chegou a ocorrer após a acusação de um suposto banho do engenheiro Miranda Netto nos tanques da Hidráulica.

> Diante da realidade, o tal banho foi sendo divulgado por toda a cidade e era o assumpto de todas as rodas. A indignação era geral. E tinha o povo carradas de razão, pois não era nada crivel que o engenheiro dr. Miranda Netto fosse capaz de praticar um acto reprovavel e improprio de sua pessoa! Como signal de protesto e desagravo do povo, um grupo de distinctos moços desta cidade, resolveu realisar um comicio d desagrado ao dr. Miranda Netto[93].

Armando Azevedo e Orpheu D'Arrigo foram as lideranças que discursaram aos aplausos da multidão na praça Dante Alighieri.

---

[90] *Caxias*. Caxias do Sul. 7 de jun. 1928. p. 1.
[91] *O Regional*. Caxias do Sul. 23 de abril 1928. p. 1.
[92] *Caxias*. Caxias do Sul. 7 de Jun. 1928. p. 1. Grifos do original.
[93] *Caxias*. Caxias do Sul. 15 de nov. 1928. p. 3.

Enquanto a obra não era concluída, as dúvidas sobre sua eficiência e necessidade eram destacadas na imprensa. Com o findar da administração Gobbato, os textos de *Caxias* passaram a ficar cada vez mais agressivos contra o intendente. Em matéria de capa do dia 28 de junho de 1928, a obra era acusada de asfixiar o povo com o seu decorrente aumento de impostos. O texto, inclusive, duvidava da capacidade do arroio Dal Bó de oferecer água suficiente em tempos de seca. O texto afirmava que "Depois de uma estiagem prolongada, e que a hydraulica não deixe de supprir agua a população é que nos pronunciaremos sobre ella. Por enquanto, nada poderemos dizer sobre esse util melhoramento, a não ser que achamos pouco o volume d'agua no Arroio Dal Bó"[94].

A administração de Thomaz Beltrão de Queirós, sucessor de Gobbato, iniciou tendo que lidar com o endividamento acumulado e com as obras inacabadas da hidráulica. Segundo o que se lê na imprensa da época, os buracos das redes de distribuição nas ruas da cidade demoravam para serem tapados e alguns trabalhos deixaram de ser finalizados por falta de dinheiro[95].

O jornal *Caxias* apresentou as cifras do momento:

> O ex-intendente sr. Celeste Gobbato, durante o seu governo lançou mão de vários emprestimos. Emprehendeu um nesta praça, afim de construir a hydraulica, que alcançou para mais de cento e muitos contos de reis. Contrahiu dois com o Banco Popular na importância de 2.000:000$000 e mais 3.000:000$000 com os americanos. Recebeu 200:000$000 do governo federal como auxilio para a construção da hydraulica. Recebeu ainda 140 contos de reis da contribuição da divida do municipio de Nova Trento[96].

Mesmo com o acúmulo de valores, o texto ainda afirmava que os "esbanjamentos" acarretaram na falta de verbas para o término da Hidráulica Municipal. De fato, a inauguração da hidráulica ocorreu em meio a críticas sobre o orçamento do município e ao fato de não estarem completamente finalizadas as obras, no dia 19 de novembro de 1928. Em homenagem ao presidente do Estado, a obra foi intitulada Hidráulica Municipal Dr. Borges de Medeiros (CAVAGNOLLI, 2016, p. 38).

Segundo relatório da Intendência de 1928, o custo final da obra foi de 2.088:119$716[97], já no relatório de 1929, o valor aparece em 2.200:000$000[98], extrapolando o orçamento inicial, já citado, de 1:241:000$000.

---

[94]*Caxias*. Caxias do Sul. 28 de jun. 1928. p. 1.
[95]*Caxias*. Caxias do Sul. 11 de out. 1928. p. 1.
[96]*Caxias*. Caxias do Sul. 25 de out. 1928. p. 1.
[97]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1928. p. 172. Acervo: AHMJSA.
[98]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929. p. 208. Acervo: AHMJSA.

A questão financeira também levantou pautas relacionadas a possíveis isenções a empresários da tarifa de abastecimento. O diretor de Obras de Caxias do Sul, ao apresentar o detalhamento da obra no relatório da intendência de 1928, alertou o Conselho Municipal sobre a decisão de não cobrar, por vinte anos, o imposto de abastecimento das indústrias estabelecidas nos redores da barragem. O texto alerta para o acordo que beneficiaria apenas as indústrias e a única parte prejudicada seria a intendência[99]. Na imprensa, o jornal *Caxias* alertou que o intendente que assumisse receberia uma administração marcada por dívidas, "contratos escandalosos" e "isenções clamorosas de impostos aos favorecidos do sr. Gobbato"[100]. De fato, o conselho municipal deliberou e autorizou a "realizar soluções amigáveis, por meio da dispensa de determinado número de anos de impostos, com os industriais situados a jusante da represa para a hidráulica"[101]. A leitura da biografia de Gobbato demonstra que esta era uma prática comum de sua administração e das estratégias dos republicanos:

> Do jogo político jogado por Gobbato não ficaram de fora as trocas de favores, ou seja, o clientelismo característico do borgismo (e, de modo mais amplo, do sistema político vigente na Primeira República), meio já amplamente utilizado para a manutenção da hegemonia política do PRR naquele município (MONTEIRO, 2011, p. 87).

Três meses após a entrega da obra o relato da ineficiência do sistema era denunciado na imprensa. Segundo o periódico *Caxias*, hotéis precisavam se abastecer de água com pipas. A empresa responsável pela obra foi chamada a revisitar a Hidráulica, estando presente o engenheiro Castello Branco Clark, que defendeu a qualidade do trabalho realizado, não se responsabilizando pela falta de água[102].

As relações com a empresa contratada para a construção já haviam apresentado algumas divergências durante o trabalho segundo relatado na prestação de contas do relatório de 1928. Segundo Dario Granja Sant'Anna, diretor de obras que assina o documento, não houve controle dos serviços recebidos e os dados apresentados pela Companhia eram confusos. O uso de materiais excedeu o acordado inicialmente, houve excesso do uso de cimento, areia e cal. Os gastos extras foram parcialmente indenizados pela empreiteira, exigindo a intervenção do chefe da Comissão de Saneamento do Estado, Antonio Siqueira[103].

---

[99]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1928. p. 106-107. Acervo: AHMJSA.
[100]*Caxias*. Caxias do Sul. 11 de nov. 1928. p. 1.
[101] 3ª seção ordinária de 9 de Janeiro de 1928. Livro de Atas do Conselho Municipal de 15 de Novembro de 1921 a 01 de Novembro de 1930. p. 102. Acervo: Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.
[102]*Caxias*. Caxias do Sul. 21 de fev. 1929. p. 5.
[103]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1928. p. 106. Acervo: AHMJSA.

A falta de água citada acima, segundo relatório de 1929, deveu-se à condição da água da represa, estando "escura e mesmo mal cheirosa" em razão do acúmulo de sedimentos e vegetação no local. Houve a necessidade de utilizar o sistema provisório de reforço do arroio Maestra e realizar a limpeza do açude e esperar que as chuvas e o curso do arroio Dal Bó repusessem a água[104].

Em 1929, a intendência não destinou verbas para a Hidráulica apesar da necessidade de reparos e ampliações, principalmente em ruas em que a Companhia Construtora não realizara a instalação. A situação piorava na medida em que o valor arrecadado com as taxas de abastecimento não cobria "nem os juros do capital gasto na construcção", acumulando um deficit, no primeiro ano, de 70:873$100[105].

As instalações das redes adutoras também geraram conflitos com moradores, como foi o caso de Armando Antunes, que exigiu a retirada dos canos que invadiam o seu terreno. O impasse deixou o quartel da cidade sem água por 24 horas, exigindo que os trabalhadores da prefeitura realizassem o serviço durante a madrugada, finalizando por volta das 11 horas da manhã[106].

O que se vê com os casos relatados anteriormente é uma cidade ainda despreparada para lidar com uma estrutura dessa magnitude. As tentativas de suprir a falta de água em janeiro de 1929, após a limpeza da represa são verdadeiras epopeias. O relatório daquele ano apresenta uma ideia desse tipo de situação:

> Infelizmente porêm, apesar de todos os esforços empregados, para chegarmos ao fim collimado, nada conseguimos. Cada vez que faziamos uma tentativa de recalque um ou dois canos rachavam ou arrebentavam com forte estampido. Lançamos mão de todos os recursos de observação e prudencia, mas o resultado foi sempre o mesmo[107].

Outra evidência da falta de preparo está relacionada ao tratamento da água. Ao que parece, a Diretoria de Obras Públicas de Caxias do Sul era dependente das orientações técnicas da Comissão de Saneamento do Estado, não tendo competência para lidar com o cotidiano do serviço de abastecimento. Ao se deparar com a má qualidade da água fornecida pela Hidráulica, o responsável pela Diretoria escreveu:

> Qual a razão?

---

[104]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929. p. 237. Acervo: AHMJSA.
[105]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929. p. 234-235. Acervo: AHMJSA.
[106]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929. p. 236. Acervo: AHMJSA.
[107]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929. p. 237. Acervo: AHMJSA.

> Não sei.
> O Eng. chefe da Comissão de Saneamento deve dar novas instrucções, ou então os technicos especialisados ou os chimicos que a encontrem.
> Em epochas normaes porem a agua é bem clara e limpa[108].

Apesar do desequilíbrio fiscal promovido com a obra e seus possíveis contratempos, é difícil imaginar o desenvolvimento de Caxias do Sul sem uma obra de abastecimento. Ocorre que empreendimentos de tal porte acabam sendo cenários para disputas políticas e ideológicas que não necessariamente estão relacionadas com os bens em questão, no caso a saúde da população e o acesso e preservação ao recurso mais básico, a água.

Figura 8: Vista para os trabalhos de limpeza da Represa São Miguel integrante do sistema da Hidráulica Municipal

Autoria não identificada. Acervo: AHMJSA.

Além dos problemas financeiros, políticos e técnicos, o desgaste ambiental também se fez presente. Os relatórios da intendência do período são ricos em imagens das alterações ambientais promovidas. O documento de 1927, particularmente, apresenta uma série de fotografias das obras da Hidráulica Municipal, além de intervenções urbanísticas como macadamização das ruas, aterramentos e calçamentos. Um exemplo interessante (Figura 8) sobre a intervenção que o novo sistema promovia na paisagem é a captura do momento em

[108]INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929. p. 236. Acervo: AHMJSA.

que se realizava a “limpeza” da área onde hoje se encontra a Represa São Miguel, em que se acumula a água do arroio Dal Bó, atual Ecoparque. A fotografia, inclusa no relatório de 1927 e sem identificação de autoria, apresenta um grande número de trabalhadores empenhados na escavação e limpeza do terreno que, visivelmente, passou por um intenso desmatamento da mata de araucária que se vê ao fundo.

O que procurei demonstrar neste capítulo foi, em primeiro lugar, como os aspectos naturais impuseram dificuldades e determinaram algumas características das obras de saneamento de Caxias do Sul. Com as águas subterrâneas impróprias para o consumo – resultado do processo descrito no capítulo anterior – o conhecimento de engenharia do período determinou como mais plausível a captação e represamento de arroios locais, uma vez que a cidade não dispõe de grandes rios no seu entorno. Além disso, a discussão sobre qual fonte de água utilizar envolveu análises técnicas de vasão, qualidade da água e proximidade com o centro urbano. Todo esse trabalho envolveu uma participação efetiva do conhecimento – por vezes limitado - da engenharia e da medicina, que apresentavam suas versões sobre os atores não humanos em um contexto de preocupação, principalmente, com possíveis contaminações. Esses foram fatores técnicos e tecnológicos que serviram de intermediação entre a cidade e o meio ambiente (SIMONINI e FERREIRA, 2013) no processo de implantação da Hidráulica Municipal. Outro ponto que penso ter demonstrado é como fatores políticos e econômicos monopolizaram a discussão das obras, de maneira que a preservação da água, em quantidade e qualidade, e a devida atenção ao descarte do esgoto, sucumbiram em uma rede de interesses. Assim, o sistema não só foi concluído com deficiências como não previu a operação de tratamento de esgoto, o que Caxias do Sul levou décadas para ver funcionando em seu serviço de saneamento. A Hidráulica Municipal Dr. Borges de Medeiros inaugurou o modelo de distribuição de água vigente até hoje em Caxias do Sul, caracterizado pelo represamento de arroios, tratamento químico e distribuição em redes adutoras. É de se destacar que a “corrida pela água” foi uma tarefa recorrente ao longo de toda a história da cidade passando por momentos críticos de falta d’água. Durante décadas, o Sistema Dal Bó (o qual a Hidráulica Municipal faz parte) foi o principal complexo de abastecimento, recebendo ampliações nos decênios de 1940 e 1950, com a construção das represas São Pedro e São Paulo, além da ampliação da barragem São Miguel, formando o Complexo Dal Bó. Atualmente, Caxias do Sul conta com seis sistemas que seguiram a mesma fórmula – considerando as atualizações tecnológicas: Sistema Dal Bó, Maestra, Galópolis, Samuara, Faxinal e Marrecas. As soluções em abastecimento foram priorizadas em relação ao tratamento de esgoto – sempre por justificativas financeiras - que só se tornou realidade em

1998 com a construção da Estação de Tratamento de Esgoto Serrano, que atendia apenas aquele bairro. Entre 1875 e 1998, a ausência de um tratamento efetivo do esgoto levou a consequências ambientais significativas no sistema hidrológico da cidade que recebeu o esgoto (domiciliar e industrial) *in natura* durante mais de 120 anos (TROGLIO, 2016).

3 "COMO SE RESPIRA BEM AQUI!": SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA NO CONTEXTO DO SANEAMENTO CAXIENSE

> *... a definição clássica de sociedade – os humanos entre si – não faz nenhum sentido. O estado do social depende o tempo todo das associações entre muitos atores, a maioria dos quais não tem a forma humana. Isso vale para os micróbios – como sabemos desde Pasteur –, mas também para a internet, o direito, a organização dos hospitais, as capacidades do Estado e o clima.*
>
> *Bruno Latour*[109]

Os capítulos anteriores foram dedicados aos serviços associados à água e esgoto em Caxias do Sul no período de 1875 a 1928. Neste terceiro momento, proponho a análise das condições de saneamento e higiene pública e de outras práticas e serviços que podem se inserir na noção de promover a prevenção de doenças através do controle do ambiente natural e social da cidade.

Para compreendermos as práticas de saneamento dentro de um determinado contexto histórico, é importante refletir sobre esse conceito, evitando anacronismos e inadequações de juízos. No senso comum, entendemos por saneamento os procedimentos associados ao tratamento e distribuição de água potável, além da coleta e tratamento do esgoto sanitário. No entanto, a ideia de saneamento é mais ampla e se transformou ao longo do tempo. Na legislação brasileira atual, por exemplo, é possível identificar o seguinte:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:
> I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:
> *a)* **abastecimento de água potável**: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
> *b)* **esgotamento sanitário**: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

[109] LATOUR, Bruno. "A crise sanitária incita a nos preparar para as mudanças climáticas". Artigo de Bruno Latour. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597499-a-crise-sanitaria-incita-a-nos-preparar-para-as-mudancas-climaticas-artigo-de-bruno-latour. Acesso em: jun. 2020.

> *c)* **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
> d) **drenagem e manejo das águas pluviais**, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;[110]

Todavia, sabemos, com Ávila (2010) que o entendimento atual de saneamento básico difere daquele do passado. O autor conceitua saneamento como:

> **toda a ação voltada à saúde seja ela individual ou coletiva no espaço, dentro dos limites de concepção que se tem no momento, no contexto e no local**. Já por saneamento público, entendemos toda a ação empregada pelos poderes governamentais sobre o espaço social, que visem à saúde do meio coletivo. O saneamento nestes dois sentidos **é sempre sinônimo de prevenção contra as doenças** e não de medicalização (o que o difere das práticas de cura) (ÁVILA, 2010, p. 176).[111]

Ao citar Ávila, é possível apontar que o entendimento de saneamento varia de acordo com o momento histórico, o contexto e o local ao qual nos referimos. Para identificar o sentido de saneamento na Porto Alegre do século XIX, o autor buscou nos saberes hipocráticos[112] a referência para o desenvolvimento das ações públicas. Assim, ao longo do século XIX, como demonstrou em sua dissertação, houve um aumento da influência médica no planejamento das cidades, de maneira a impulsionar a salubridade local. Segundo o historiador, para atingir tal intento era necessária atenção ao "estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos" (ÁVILA, 2010, p. 63), ou seja, o lugar em que se vive passou a ser determinante na ideia de assegurar a saúde. E complementa:

> Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio (ÁVILA, 2010, p. 63).

---

[110] BRASIL. Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Grifos meus.

[111] Grifos meus.

[112] Hipócrates (460-377 a. C) foi um pensador grego considerado o pai da medicina. Segundo Ávila (2010, p. 43), teria dado "os primeiros passos em direção ao que poderíamos denominar de racionalização da medicina. Uma medicina que buscava a compreensão dos fenômenos da doença através da "análise" dos meios naturais. O que possibilitaria melhor entender a importância dos meios (*lugares*), do clima (*ares*) e das *água*s, como componentes essenciais para a compreensão do papel da limpeza no espaço (saneamento) e conseqüentemente da saúde do corpo".

Sobre o referido controle da ambiência e seu estado como elemento dos procedimentos em prol da higiene pública, Chalhoub demonstrou como essa influência médica atuou no Rio de Janeiro entre o final do período monárquico e o início da República. De acordo com o autor, a higiene pública consistia em uma ideologia apoiada na ideia de uma administração competente e científica capaz de "colocar o Brasil no 'caminho da civilização'" (CHALHOUB, 2017, p. 40-41). Adiante Chalhoub defende:

> Tal ordem de ideias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação "saneadora" dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889 (CHALHOUB, 2017, p. 41).

Apesar da pretensão científica e objetiva, o historiador demonstra como as ações higienizadoras seguiam decisões políticas direcionadas, e que os beneficiários e os atingidos pelas novas determinações eram indivíduos específicos, sendo que a grande massa de pobres e negros, as "classes perigosas" não necessariamente usufruíam dessas "melhorias".

Para entender as ideias que formavam o saber médico do período, Chalhoub apresenta o papel dos debates entre contagionistas e infeccionistas que marcaram as discussões da medicina no Brasil e em outros países. Os contagionistas "acreditavam que a doença podia ser transmitida de pessoa a pessoa, ou diretamente, através do contato físico, ou indiretamente, através do toque em objetos contaminados" (CHALHOUB, 2017, p. 74). Já os infeccionistas chamavam a atenção para os "miasmas mórbidos", elementos em putrefação que contaminavam o ambiente. Segundo esse pensamento, "era possível que uma doença infecciosa se propagasse de um indivíduo doente a outro são; contudo, tal processo não ocorria propriamente por contágio: o indivíduo doente agia sobre o são ao alterar o ambiente que os circundava" (CHALHOUB, 2017, p. 74).

Com Ávila e Chalhoub, é possível compreender que o ambiente das cidades passou a ser uma questão de saúde e da ação saneadora dos poderes públicos. Nesse sentido, para promover a "esterilização" era necessário agir sobre o ambiente, sobre as práticas e mesmo sobre os indivíduos. Seguindo a interpretação de Chalhoub, com um contexto de desconhecimento em relação às verdadeiras causas de certas doenças e suas respectivas formas de transmissão, a posição dos médicos era tomada de tal forma que se "posicionassem fundamentalmente a partir de seu temperamento, experiência pessoal e, o que era mais decisivo, ligações políticas e visões de economia" (CHALHOUB, 2017, p. 200).

3.1 Saúde e higiene pública em Caxias do Sul

A questão da higiene pública aparece na documentação oficial de Caxias do Sul desde os primeiros relatórios intendenciais e do Código de Posturas de 1893. Enquanto nos primeiros o tom lisonjeiro predomina, enaltecendo as características naturais e as boas condições locais, o Código de Posturas e os posteriores Códigos Administrativos normatizam as práticas com os logradouros públicos e o trato com itens alimentícios, animais, questões medicinais e outros.

Durante o tempo em que o Código de Posturas de 1893 esteve em vigência, eram estabelecidos 13 artigos, incluídos no capítulo XIV do documento, que tratavam das proibições às práticas que poderiam causar danos à saúde pública. A legislação cobria os espaços privados e públicos. Estabeleceram-se multas para quem lançasse "animaes mortos ou outra immundicie nos pateos e quintaes, conservar aguas estagnadas em seus terrenos urbanos"[113]. A venda de gêneros alimentícios estragados ou "viciados" também era considerada infração. O comércio em padarias e açougues apresentavam capítulos específicos – XV e XVI – em que se cobrava o asseio dos estabelecimentos e a qualidade dos produtos, no caso da carne, estabelecia-se que o gado fosse abatido no matadouro destinado pela intendência[114].

A medicina, como já vimos, aparece como um saber que estabelecia o lastro de "confiabilidade" às práticas da administração. O texto do referido código, inclusive, normatizava a atuação em saúde e restringia as ações de concepções tradicionais e alternativas de cura. O artigo 112 estabelecia que "o officio denominado curandeiro, com prejuizo para os ignorantes e de boa fé" seria enquadrado com multa de 25$000. Outros itens que normatizavam o exercício da medicina proibiam a sua prática conjunta com a farmácia. O comércio de remédios era exclusivo de "pharmacias e boticas" e sua venda sem licença da intendência, punida com multa. Segundo Chalhoub (2017), o desenvolvimento das teorias de infecção contribuiu para desautorizar outras concepções de tratamento existentes nas manifestações culturais com forte penetração nas classes populares que "precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização" (CHALHOUB, 2017, p. 212).

Nos anos iniciais dos relatórios da intendência, os textos relacionados à salubridade apresentam um constante estado satisfatório, sem apontar possíveis casos de doenças

[113] Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. p. 14. Acervo: AHMJSA.
[114] Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. Acervo: AHMJSA.

infecciosas. A primeira referência a um problema do gênero é indicada no relatório de 1905. Em setembro daquele ano, o terceiro distrito da cidade, Nova Milano, foi o local dos primeiros casos de varíola, sendo sete fatais em um total de vinte e seis. A ação da administração municipal sobre o caso foi a nomeação do médico Antonio Giuriolo para "não só tratar, por conta desta intendencia, as pessoas affectadas, como tambem cuidar rigorosamente do isolamento e necessaria desinfecção"[115]. O documento alega que a doença estava extinta após as medidas.

Posteriormente, em 1909, a documentação oficial notifica casos da "molestia epidemica denominada *varicelle"*[116] quando as medidas adotadas pela municipalidade envolveram a desinfecção de prédios e o isolamento dos indivíduos infectados. A situação não apresentou casos fatais "devido a benignidade da molestia e a salubridade de nosso clima"[117]. É interessante notar, com essa citação, as referências abundantes aos benefícios do clima caxiense no tratamento de doenças. No relatório de 1912, o intendente Major José Penna de Moraes, discorre sobre as "invejaveis condições climatericas" da cidade, e a necessidade de cuidado com enfermos nos hotéis locais. Diz o documento:

> O clima desta zona é, incomparavelmente, salutar. A pureza do ar oxygenado e saudavel que aqui se respeira, e quiçá saturado da resina balsamica da araucarea gigantea destas paragens, constitue remedio efficaz nos casos de tuberculose incipiente e lenitivo seguro nos demais casos. Cumpre, entretanto, aos senhores proprietarios de hoteis tomar as precauções indispensaveis ao receber em seus estabelecimentos pessoas affectadas, afim de que não se torne fócos do implacavel flagello universal, cujo numero de victimas é ainda em Caxias, relativamente, insignificante, como se póde inferir do quadro respectivo. Neste ponto, só me cabe inferencia por meio de advertencias em tom de conselho.
> Sei entretanto, que quase todos os hoteis d'aqui tomam as precauções indispensaveis de hygiene e limpeza, afim de conservarem-se immunes de qualquer contágio – Como se respira bem aqui! Não é raro ouvir-se esta phrase de pessôas vindas da parte baixa do Estado, ao deixar a longos haustos o ar penetrar nos pulmões após demorada e reconfortante aspiradação do fluido vital. De facto, se há observado que até mesmo os cardiacos dão-se bem no alto destas montanhas. Apenas o frio intenso desta região e as brumas proprias da estação invernosa tornam-se então contra indicada para os rheumaticos e pessôas affectadas de algumas molestias do aparelho respiratorio, apezar de ser o frio d'aqui secco e tonificante, que retempera e convida á actividade. Não há, portanto, razão para as pessôas sãs fugirem de Caxias mesmo durante o inverno, como em geral se faz. O frio da parte baixa, sendo muito mais humido, torna-se mais nocivo, apezar de menos intenso. O quadro estatistico respectivo demonstra as condições favoraveis do nosso estado sanitario.[118]

---

[115] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1905. p. 12-13. Acervo: AHMJSA.
[116] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1909. p. 6. Acervo: AHMJSA.
[117] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1909. p. 6-7. Acervo: AHMJSA.
[118] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1912. p. 7. Acervo: AHMJSA.

É possível perceber o tom publicitário do texto, que apresenta os benefícios do clima da região durante todas as épocas do ano, inclusive com propriedades terapêuticas. A referência aos hotéis também incentiva forasteiros a utilizarem as acomodações da cidade sem preocupações com possíveis contaminações.

Ao entregar a administração, no final de 1924, o mesmo intendente lamentou como o aumento da urbanização da cidade reduziu a procura de veranistas atraídos pelas "magnificas condições climatericas". Segundo Penna de Moraes, essas características, inclusive, garantiam à cidade, não apenas, o reduzido número de casos de tuberculose em comparação com outras regiões do estado, mas "até mesmo frequentes os casos de cura de tuberculose incipiente"[119].

O intendente chegou mesmo a defender o "incomparavel clima de que gosamos" em Caxias do Sul como "o mais efficaz prophylatico contra todas as molestias endemicas ou epidemicas que têm grassado em outros municipios", embora lamentasse a diminuição do turismo local. A variação da temperatura e o intenso frio do inverno que para ele e "os nosso clinicos" era "benefico, apressando a cura; para outros, porèm, torna-se contra indicado, accelerando a marcha da molestia e apressando, consequentemente, o termo fatal"[120].

É interessante observar como o clima compõe um elemento importante para a história da cidade, tendo sido um elemento de interesse – e mesmo de consumo – para empresários do ramo hoteleiro e para médicos, por suas relações com a saúde. Fica em evidência como as ações dos indivíduos passa pela visão que estes possuem da natureza (PÁDUA, 2010).

Em 1909, fez-se a primeira referência ao isolamento de indigentes, prática adotada pela intendência dos anos seguintes. O intendente Vicente Rovea orgulhava-se do lazareto[121] provisório instalado no município para o tratamento dos já citados casos de varicela "em local apropriado, dirigido por profissional competente, auxiliado por enfermeiro, a fim de nelle serem tratados pessoas indigentes"[122].

O tom dos documentos oficiais evidencia um discurso de aparente benevolência da administração que

> com solicitude tem attendido a grande numero de indigentes, enfermos e desvalidos, prestando-lhes todos os soccorros, dando-lhes medico, fornecendo-lhes

[119] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1924. p. 21. Acervo: AHMJSA.
[120] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1916. p. 6. Acervo: AHMJSA.
[121] Estabelecimentos de controle sanitário onde indivíduos contaminados eram isolados em regime de quarentena.
[122] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1909. p. 6. Acervo: AHMJSA.

> medicamentos e generos alimenticios. Não havendo ainda n'esta cidade um hospital para recolher os desvalidos da sorte, são todos os soccorros prestados pela Municipalidade, que com esse serviço gasta regular quantia, conforme se verifica pelos balancetes do Thezouro.[123]

Em 1916, Penna de Moraes justificou o significativo aumento do número de indigentes, em razão da elevação dos preços dos produtos de primeira necessidade, e que Caxias do Sul não conseguia mais atender. O documento faz referência a um contrato entre o município e a Santa Casa de Misericórdia, de Porto Alegre, para onde os "enfermos desamparados" locais eram enviados para tratamento. Em razão dos elevados custos com o transporte desses indivíduos, a administração municipal passou a articular com a associação filantrópica local "Damas da Caridade" a organização de um abrigo para os pobres.[124]

A Associação Damas da Caridade foi fundada em 1913 em um contexto bastante específico da política caxiense. Formada por mulheres da elite local, sob orientação do vigário local Monsenhor João Meneguzzi, tinha como intenção inicial arrecadar fundos para a construção de um altar para a igreja matriz da cidade. Posteriormente, iniciaram as ações de atendimento aos necessitados acometidos por doenças que, em princípio ocorriam nas próprias casas das "damas" (ALMEIDA, 2012).

Muito mais do que contribuir com as condições de saúde na cidade, a criação da referida associação fazia parte do que a historiadora Eliana Rela chamou de "o jogo político de Mons. Meneguzzi" (RELA, 2004, p. 67). A conjuntura local envolvia o enfrentamento pela hegemonia política entre os católicos e os maçons. Sobre esse ínterim, Rela nos informa que

> Tanto o Partido Republicano Riograndense quanto a Igreja católica buscaram sempre hegemonia dos grupos em Caxias. O PRR cooptou, com seu ideal de ordem e progresso, nos primeiros tempos a colônia, os membros da Maçonaria, ligados ao incipiente comércio e a algumas profissões liberais. A Igreja atuou na camada rural dos colonos italianos, por meio de idéias que levavam a esperança e a fé a uma vida de conforto espiritual e material, em contrapartida ao abandono e às dificuldades do reinício pós-imigração (RELA, 2004, p. 54).

Após anos de enfrentamento e seguidas derrotas frente aos maçons, que alçavam ao cargo de intendente indivíduos ligados aos seus interesses, a postura católica, sob orientação da Arquidiocese de Porto Alegre, passou a ser de conciliação. A mudança de postura, como diz Rela, buscava recuperar o protagonismo caxiense nas instâncias estaduais, que vinha enfraquecendo com a divisão dos grupos e o distanciamento do positivismo castilhista (RELA, 2004).

---

[123] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1915. p. 18-19. Acervo: AHMJSA.

[124] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1916. p. 7-8. Acervo: AHMJSA.

Na prática, essa aproximação política se materializou, entre outras coisas, com a criação da Associação Damas de Caridade e a construção do Hospital Nossa Senhora da Pompeia em terreno de propriedade maçônica doado pelo intendente Penna de Moraes. A diretoria do coletivo auxilia a elucidar essa transformação do campo político pois apresentava em sua nominata, além do vigário local "elementos com vínculos representativos em nível de partido político, profissionais liberais, industriais e até mesmo padrinhos dos comitês organizados anteriormente pelo padre Nosadini", antecessor de Meneguzzi (RELA, 2004, p. 68).

É interessante perceber a associação que se fazia entre pobreza e a assistência pública com os assuntos de higiene e saúde pública, evidenciando uma grande preocupação da contaminação da população mais pobre, aparentemente vista como propagadora de doenças.

Em relatório de 1919, o texto do intendente apresenta a questão dos indigentes no mesmo item em que trata sobre a contaminação da gripe espanhola, dos casos de varíola e outras doenças. O texto faz referência a um "Hospital de Isolamento Municipal, situado em local alto e bem ventilado" que demandava a construção de um novo pavilhão, evitando, assim, os gastos com o transporte de indigentes enfermos a Porto Alegre. Sobre os atendimentos locais o texto apresenta

> o sr. Dr. Pedro Chaves de Figueiredo, que, nomeado a 17 de Fevereiro deste anno, vae prestando, com dedicação, optimos serviços nesse relevante departamente da administração municipal. Daquella data até 30 de Outubro transacto, attendeu elle a 157 indigentes, dos quaes: 28 atacados de enfermidades do apparelho respiratorio; 15, do aparellho circulatorio, 21, do apparelho digestivo; 12, do apparelho genito urinario; 17, de syphilis; 14 de varicella; 6, de variola; 9, victimados por factores diversos, accidentes do trabalho, desastres e assassinatos; 6, de anemia; 4 de neurasthenia e 10 com abcessos e furunculos, além de alguns casos mais de molestias diversas. Dos enfermos attendidos, tiveram alta, curados, 137, havendo 20 obitos.[125]

A situação financeira do atendimento público de saúde, segundo a documentação oficial, melhorou bastante com a fundação do Hospital Nossa Senhora da Pompeia, pelas Damas da Caridade, que ficou ao cargo do médico Romulo Carbone, o que diminuiu, de acordo com o relatório de 1920, os custos com o transporte de indigentes a Porto Alegre. No novo hospital, eram realizadas consultas gratuitas aos pobres, que tinham medicamentos custeados pela Intendência. As doenças infecciosas continuavam a ser tratadas no Hospital de Isolamento.[126]

---

[125] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1919. p. 11-12. Acervo: AHMJSA.

[126] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1920. p. 12-13. Acervo: AHMJSA.

Outra medida tomada pela municipalidade envolveu a criação de um "Serviço de Prophylaxia da Syphilis e molestias venereas", com a contratação de um médico e uma enfermeira para este trabalho que atendia diariamente. Celeste Gobbato, em seu relatório de 1925, distava a importância da medida, carregada não apenas do sentido de progresso, mas de uma visão moral de saúde:

> Como é facil imaginar, grande é o numero de meretrizes que se servem desse Serviço, vindo em seguida, em menor quantidade homens e senhoras. Concomitentemente o medico realiza preleções no consultorio, sobre a prophylaxia individual, aproveitando as reuniões.
> Repesctivamente ao meretricio, este Serviço tem em vista evitar a propagação, que recahe invariavelmente nos moços, pois a contenção sexual até a epoca do casamento, pratica de hygiene e de moral é quase ridicula entre os povos latinos.[127]

Além das orientações de prevenção, isolamento e tratamento o dispensário, posteriormente denominado Ulysses Nonohay, "em homenagem aos serviços prestados por esse distincto facultativo em prol da debellação desse mal"[128], realizavam-se vacinações.

No mesmo documento, o intendente destacou o avanço da febre tifoide, até então esporádica, que naquele ano apareceram surtos "principalmente na cidade, com caracter verdadeiramente endemico. Cumpre notar que os casos observados têm gravidade, acompanhados sempre de complicações, notadamente hemorrhagia intestinal"[129]. Como já discorremos no capítulo anterior, o aumento dos casos de febre tifoide contribuiu nas ações de tratamento de água e da remoção de matérias fecais. Os casos da doença, conforme se vê na documentação oficial, ocorriam significativamente na área urbana, sendo raros os casos na zona rural. Dessa forma, é fundamental apontar que não só as tramas políticas e técnico-científicas formularam as práticas de saneamento, mas também a presença, cada vez mais evidente, de doenças contagiosas que influenciavam a realidade local. Essa perspectiva remete a Latour que, ao refletir sobre a possibilidade de atores em rede, defendeu que:

> pessoas contagiosas e não contaminadas não estabeleceram a mesma solidariedade que existe entre, digamos, os ricos e os pobres. A direção da causalidade entre o que deve ser explicado e o que fornece uma explicação não é simplesmente revertida: ela é totalmente subvertida. O contágio redesenha os mapas sociais (LATOUR, 2010, p. 158-159).

Em outras palavras, não é possível explicar as ações tomadas pela municipalidade nesse contexto apenas considerando ações humanas, valores políticos e preconceitos de

---

[127] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1925. p. 54. Acervo: AHMJSA.
[128] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1926. p. 62. Acervo: AHMJSA.
[129] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1925. p. 54. Acervo: AHMJSA.

classe. Havia a condição de um ambiente repleto de elementos infecciosos (microrganismos, vírus, bactérias) que também influenciaram as ações administrativas que passaram a incluir técnicas e tecnologias no combate a esses atores que, naquele momento, passaram a integrar o coletivo caxiense.

As atenções à saúde pública, nesse contexto, passaram a incluir a aquisição de vacinas. O intendente Celeste Gobbato indicou em relatório de 1925 a compra de "vaccinas typhicas e paratyphicas, que fornece gratuitamente aos indigentes, tendo vaccinado os empregados que pela natureza do serviço se acham mais expostos a contrairem a infecção"[130]. Também foram adquiridos soros antiofídicos para o tratamento de acidentes com cobras.

Sobre as capacidades de tratamento aos doentes, uma das últimas referências da década de 1920, realizada pelo intendente Thomaz Beltrão de Queiróz, diz respeito às dificuldades da cidade em tratar os casos de tuberculose que estavam crescendo. A vinda de doentes para a cidade, na busca do já referido clima com supostas propriedades medicinais, passava a preocupar. É de se destacar, conforme Monteiro, que o próprio Queiróz mudou sua residência de Porto Alegre para Caxias do Sul na intenção de tratar sua esposa, acometida de doença pulmonar (MONTEIRO, 2011, p. 99). Posteriormente, o representante do poder executivo passou a defender

> Não somos profissionaes, por isso não podemos em face da sciencia affirmar, qual a opinião verdadeira, quer nos parecer porém que alguma providencia precisa ser tomada, pois a nossa cidade, pela amenidade do seu clima durante o verão, de annos a esta parte, vem sendo muito procurada e frequentada por pessoas enfraquecidas dos pulmões que aqui procuram recuperar a saude abalada, isso tem concorrido de maneira assáz evidente para propagar a terrivel *peste branca* entre nós, transformando a nossa cidade num viveiro de tuberculoso, que vão disseminando o horrivel mal compromettendo as nossas condições de salubridade.[131]

Frente ao problema, Beltrão de Queiróz defendeu a maior participação do governo do estado, com a criação de uma Diretoria de Higiene e a fundação de um Sanatório em Caxias do Sul "para o recolhimento de todos os tuberculosos da cidade".[132]

A questão social não passou despercebida quando o intendente denunciou o grande número de crianças de até dois anos de idade falecidas,

> muito principalmente entre as classes pobres, são observadas com grande frequencia, essas desoladoras ocorrencias, oriundas, naturalmente, da alimentação,

[130] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1925. p. 55. Acervo: AHMJSA.
[131] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929. p. 19. Acervo: AHMJSA. Grifo do original.
[132] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929. p. 19. Acervo: AHMJSA.

> deficiente e irracional, bem como da inobservância das regras mais rudimentares da hygiene.[133]

Como apontamento para possíveis soluções, o intendente defendia a ampliação de serviços sociais para mães e crianças, embora reconhecesse "os parcos recursos da nossa modesta verba 'Indigentes'", o que impossibilitava o enfrentamento da questão.

Não apenas com atendimento médico, a intendência promovia ações de higiene pública. É possível observar um esforço de "civilizar" a cidade, promovendo ações de instrução pública e de fiscalização da população. Serviam como fonte de informações os materiais publicados pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, reeditados pela intendência para a distribuição em escolas "cujos ensinamentos aproveitam igualmente professores e alumnos"[134]. A imprensa local também assumia o compromisso com a tarefa de educar, publicando textos que destacavam o papel da ciência, personificada em médicos. O periódico *O Popular*, por exemplo, chegou a ter uma coluna "Medicina Popular" onde apresentava "medidas prophylaticas" acerca da febre tifoide, tuberculose, combate às moscas, além de pequenos textos como "Preceitos hygienicos", que expressavam, em linguagem imperativa, bem os ideais de ordem e progresso, higiene e moralidade daquele contexto:

> Preceitos hygienicos
> 1 - Levanta-te cedo e deita-te cedo.
> 2 - Respira ar puro e busca a luz do sol, que são indispensaveis para a saude.
> 3 - Todas as pessoas sobrias chegam á velhice: foje dos estrumes e viciosos ambientes.
> 4 - Lembra te de que a ferrugem corroe a espada. Trata do asseio do teu corpo sem descuidares nunca.
> 5 - Se dormires muito, enfraquecerás, se dormires pouco faltar-te-hão as forças. Dorme o necessario para recuperar as forças e não mais.
> 6 - Que teu vestido serja apropriado á estação: pesado e escuro no inverno, leve e garrido no verão, e folgado em todas as estações.
> 7 - Limpa a tua casa, alegra a com plantas e commodidades e viverás nella com praser[135].

Outra proposição que a urbanidade colocou ao coletivo da cidade foi o crescente acúmulo de lixo. A coleta deste iniciou em 1913 realizada por um servidor específico da municipalidade "numa carroça apropriada, por um empregado que percebe 90$000 mensaes, sem qualquer outro ônus para os cofres"[136]. Na medida em que a demanda aumentava, mais trabalhadores passaram a ser designados. O relatório de 1925 caracterizava o serviço:

---

[133] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929. p. 19. Acervo: AHMJSA.
[134] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1925. p. 55. Acervo: AHMJSA.
[135] *O Popular*. Caxias do Sul. 16 de Jan. de 1930. p. 8.
[136] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1915. p. 15. Acervo: AHMJSA.

> Quanto á retirada do lixo, uma carretinha attende com regularidade a esse serviço, despejando taes resíduos em apropriado local, no logradouro publico. A limpeza das ruas é realisada por meio de uma turma de varredores, aos quaes fornecemos apropriados carrinhos de mão que recolhem o material de limpeza urbana. Uma carroça, maior que transporta o mesmo, completa o serviço do Asseio Publico[137].

As despesas acumuladas com a prestação do serviço não eram cobertas pela arrecadação das taxas impostas pela intendência. Em relatório de 1926, o intendente Celeste Gobbato manifestou o interesse em conceder a atividade para a iniciativa privada em vista do déficit de 25:377$575 acumulado naquele ano[138].

O contrato foi firmado pela intendência com o já conhecido Adolpho Randazzo, em janeiro de 1927, também responsável pela remoção e sepultamento de matérias fecais em Caxias do Sul, que passou a realizar a coleta de lixo e a varrição das ruas[139]. A extensão do trabalho era menor do que comparado à prática de remoção do esgoto. A limpeza urbana, de acordo com o contrato, ocorria nas ruas:

> Rua Julio de Castilhos: da rua Feijó Júnior até a rua Saboia;
> Rua Sinimbu: da rua Garibaldi até a rua Afredo Chaves
> Rua Andrade Pinto: da Rua Cel Flores até a rua Garibaldi, da Visconde de Pelotas até Marquez do Herval
> Rua Pinheiro Machado: da rua Moreira Cesar até a rua Borges de Medeiros
> Rua Rio Branco: da rua Feijó Jr até a rua A Pestana
> Rua Coronel flores: da rua Júlio de Castilhos até Recinto da Estação E de F [estrada de ferro]
> Rua Moreira Cesar: da rua Júlio de Castilhos até a rua Pinheiro Machado
> Rua Garibaldi: da rua Júlio de Castilhos até a rua Andrade Pinto
> Rua Visconde de Pelotas: da rua Bento Gonçalves até a rua Andrade Pinto
> Rua Dr Montaury: da rua Bento Gonçalves até a rua Andrade Pinto
> Rua Marquez Herval: da rua J. Castilhos até a rua Andrade Pinto[140].

O contrato estabelecia a isenção do serviço de asseio aos prédios que tivessem "installação sanitaria em perfeito estado de funcionamento", assim como dos prédios da prefeitura com limite de dez cubos de matérias fecais. Além disso, o acordo previa um auxílio financeiro anual por parte da intendência de dez contos, sendo reduzido caso o lucro da empresa superasse os doze contos de réis anuais.

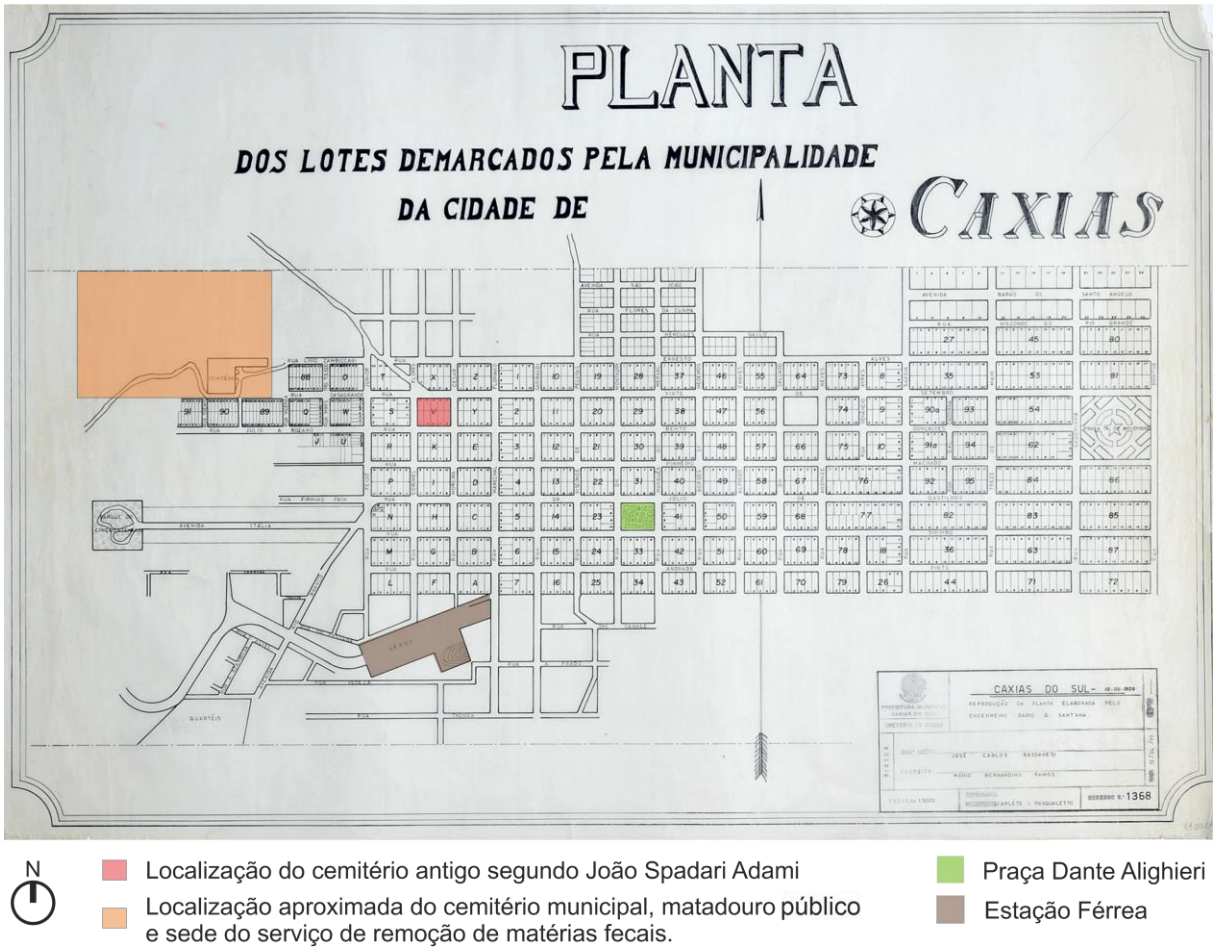
É significativo observar que o local utilizado como sede do serviço de remoção de matérias fecais e coleta de lixo também abrigava nas suas redondezas o matadouro público e o cemitério público. O terreno da região oeste de cidade, como apresentado no primeiro capítulo, foi doado pela administração Estadual. Na década de 1920, a área de 235m² passou a

---

[137] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1925. p. 90. Acervo: AHMJSA.
[138] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1926. p. 75. Acervo: AHMJSA.
[139] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos municipais de 1913 a 1932, p. 90-92. Acervo: AHMJSA.
[140] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos municipais de 1913 a 1932, p. 90-92. Acervo: AHMJSA.

ser denominada pela intendência como Chácara Municipal[141]. Como é possível observar no relatório de 1926, a Chácara Municipal também servia para a criação de animais e agricultura.

Figura 9: Localização dos cemitérios locais e da Chácara Municipal



Acervo: AHMJA, marcações minhas.

3.2 Sanear a morte: o matadouro e o cemitério público

Açougues e padarias passaram a ser fiscalizados e cobrados sobre suas condições higiênicas. O leite comercializado foi submetido a inspeções, assim como o gado. Além de assegurar a qualidade dos produtos, o interesse comercial também contribuía para as medidas, principalmente para os produtos exportados da cidade, sendo submetidos a exames bromatológicos no Laboratório do Estado. Em 1925, o intendente Celeste Gobbato indica a realização de 4.789 exames. Também foram realizadas visitas às fábricas e seus respectivos

[141] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929. p. 174. Acervo: AHMJSA.

depósitos, sendo 205 naquele ano. Analisaram-se 81.860 quilogramas de produtos, "beneficiados 73.560 e inutilizados 8.120"[142].

A questão da carne, particularmente, exigiu esforços municipais no campo do saneamento. O abate de animais era realizado sem cuidados específicos em locais impróprios. O problema aparecia desde os primeiros relatórios municipais quando se defendia que "em uma villa civilizada como a nossa [...] é doloroso e mesmo vergonhoso o abandono em que jaz o serviço de matança de gado e fornecimento de carne verde à população"[143].

Conforme os relatórios da intendência, o abate de animais era realizado oficialmente em propriedade particular, sob aluguel de 60$000 anuais[144], sendo os animais transportados em "carroças immundas, não obedecendo portanto a necessária hygiene"[145]. O contrato para esse serviço foi assinado pela intendência com Giuseppe Jaconi em 1902[146].

O intendente Serafim Terra relatou um conflituoso processo de aprovação junto ao Conselho Municipal, que, por duas vezes, barrou do orçamento a construção de um matadouro público, "merecendo sempre uma repulsa inconfessável, repugnante e odienta". A leitura do documento indica a existência de um possível desafeto de Serafim Terra que conseguiu o aval para o orçamento somente quando "a administração municipal viu-se salva do alvedrio bastardo do conselho resignatário"[147]. Mesmo assim, Caxias do Sul precisou de mais alguns anos para contar com um matadouro público. O projeto foi desenvolvido pelo engenheiro João Fordie nos idos de 1909[148], mas a instalação do serviço só ocorreu em 1913.

Além dos melhoramentos nos aspectos sanitários, a instalação do matadouro visava "preencher sensível lacuna no que concerne á boa arrecadação dos impostos respectivos"[149], uma vez que a utilização do serviço era possível mediante ao pagamento de uma taxa. Além disso, desde o Código de Posturas de 1893, obrigava-se o abatimento de animais para consumo público ou particular em estabelecimento destinado pela Intendência[150].

---

142 INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1925. p. 56-57. Acervo: AHMJSA.
143 INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1904. p. 11. Acervo: AHMJSA.
144 INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1907. p. 7. Acervo: AHMJSA.
145 INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1904. p. 11. Acervo: AHMJSA.
146 INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos municipais de 1890 a 1902, p. 95. Acervo: AHMJSA.
147 INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1906. p. 14. Acervo: AHMJSA.
148 INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1909. p. 9. Acervo: AHMJSA.
149 INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1913. p. 10. Acervo: AHMJSA.
150 Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. p. 15-16. Acervo: AHMJSA.

Após a instalação do Matadouro Público, parte do seu espaço foi cedido para a iniciativa privada. O "contracto em condições vantajosas para nòs" foi estabelecido em 1915 entre a administração municipal e os senhores João Pillar Guereiro e Waldomiro Lima, proprietários do ramo da fabricação de charque. No acordo, a estrutura do matadouro ficava cedida por 10 anos a empresa particular, com isenção de impostos por 2 anos, "sem prejuízo, porém aos direitos de terceiros, que ali queiram abater gado para o fornecimento de carne verde à população"[151]. Além das vantagens administrativas entendidas pela intendência, acreditava-se que a instalação da empresa dinamizaria a economia local, uma vez que abriria a oportunidade para outros negócios afins. O intendente Major José Penna de Moraes comemorava o sucesso do negócio que já havia abatido "para o consumo da cidade 411 rezes e 30 rezes foram abatidas para o preparo do xarque, que foi vendido para a praça do Rio de Janeiro, produzindo a quantia liquida de 3:966$700"[152].

Não tardou para a parceria se tornar inconveniente. Nos anos seguintes, as reclamações sobre os aspectos de higiene por parte da charqueada passaram a ressoar na própria documentação pública. Em 1917, a empresa deixou o matadouro e se instalou em outro local, onde novos problemas ocorreram. Eram relatadas "reclamações constantes dos habitantes dos lotes coloniais banhados pelos pequenos cursos d'agua que recebem as aguas polluidas pelo sangue putrefacto da xarqueada". A situação foi justificada e amenizada pelo intendente que alegou que a mudança de local ainda não havia permitido meios de aproveitar o sangue e os detritos como adubos. Mesmo assim, afirmava que era necessário que os proprietários instalassem um matadouro modelo para a a segurança e ampliação dos negócios com Porto Alegre. "Não só terão prestado á população da capital, levando-lhe para o consumo de sua alimentação quotidiana, a sadia e excelente carne do gado serrano"[153].

O matadouro público ainda passou por uma revitalização entre os anos de 1924 e 1925 a fim de apresentar melhores condições de higiene em suas instalações e no transporte de carne. O relatório do período detalhou as intervenções:

> Depois de radicalmente transformado, o Matadouro se apresenta hoje em boas condições hygienicas para o fim que se destina. Dotado de quarto para resguardar a carne que espera o transporte; de agua abudante; de tanques apropriados para a lavagem das differentes partes do animal abatido, o actual Matadouro é sufficiente para attender á necessidade de Caxias.

[151] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1915. p. 18. Acervo: AHMJSA.
[152] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1915. p. 18. Acervo: AHMJSA.
[153] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1917. p. 18-19. Acervo: AHMJSA.

> A carne, hoje, não é mais transportada no pesado carroção que aqui encontramos, mas em caminhão propositalmente adaptado para este fim, com manifesta economia de transporte.
> Para facilitar a seccagem e a manipulação do sebo e das tripas construimos um galpão, encostado á garage do auto – vehiculo, que está entregue aos marchantes[154].

Apesar das elogiosas referências da administração, na imprensa as críticas ao matadouro público eram incisivas. Assim como apresentado no capítulo anterior, o enfrentamento do periódico de oposição à administração de Celeste Gobbato *Caxias*, que criticava as obras da Hidráulica Municipal, também se fazia acerca dos serviços prestados pelo Matadouro. Entre os anos de 1928 e 1929, textos eram publicados denunciando as condições higiênicas do local além da má conduta dos servidores. Houve denúncias de abate de animais doentes "com evidentes signaes da peste aphtosa"[155], de um boi com "partes de seu organismo [...] perfurados por um microbio"[156], além da utilização dos caminhões do serviço de asseio da empresa de Randazzo no transporte de carne para os açougues locais[157]. Ademais, o preço da carne oferecida por um suposto monopólio marchante também desagradava[158].

Não apenas os cadáveres de animais passaram a ser administrados pelo poder público. O cemitério municipal também foi alvo de intervenção. De acordo com João Spadari Adami, o cemitério da cidade estava localizado nas proximidades da área central da sede da colônia "entre as ruas Moreira César. Cel. Flôres, Bento Gonçalves e 20 de Setembro" (ADAMI, 1971, p. 172), espaço onde teria sido erguida a primeira igreja local. Não foi possível localizar mais informações sobre a situação desse antigo local de sepultamento. Em 1902, consta no livro de contratos da intendência a contratação de serviço para construir a capela do novo cemitério[159].

Em maio de 1903, foram proibidos os sepultamentos no local antigo[160] e o regulamento do cemitério novo foi instituído através do ato municipal número 45, de 2 de maio daquele ano[161]. As normativas envolviam a permissão do sepultamento mediante consentimento e respectivo registro da administração, a separação de sepulcros de adultos e crianças e período de três anos gratuitos para a utilização da sepultura, com possibilidade de arrendamento permanente. As cobranças possíveis e seus valores eram:

---

[154] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1925. p. 88-89. Acervo: AHMJSA.
[155] *Caxias*. Caxias do Sul. 8 de mar. de 1928. p. 2.
[156] *Caxias*. Caxias do Sul. 15 de ago. de 1929. p. 2.
[157] *Caxias*. Caxias do Sul. 12 de jul. de 1928. p. 3.
[158] *Caxias*. Caxias do Sul. 12 de dez. de 1929. p. 1.
[159] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos municipais de 1902-1903, p. 7. Acervo: AHMJSA.
[160] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1901-1903, p. 23. Acervo: AHMJSA.
[161] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1901-1903, p. 24. Acervo: AHMJSA.

> A – Por cruz de ferro 1$000
> B – Por centimetro quadrado que exceder do que esta determinado por sepultura $010
> C – Por abertura de sepultura 2$000
> D – Por terreno ou sepultura a titulo de arrendamento por dez annos 100$000
> E – Por terreno ou sepultura para jazigo perpetuo 300$000
> F – Por terreno occupado por pilastra, urnas etc, depositaria de restos mortaes, por anno 5$000[162]

A instalação de um novo cemitério em terreno mais afastado do centro da sede não pode ser percebida fora do contexto de higienismo e de práticas de saneamento do período. Segundo Daiane Silveira Rossi, a teoria miasmática – já citada anteriormente – também influenciava as práticas de sepultamento, visto que a decomposição dos corpos aumentava a produção de miasmas. A autora, ao analisar o caso do cemitério de Santa Maria-RS, demonstra que o afastamento do cemitério local foi uma "ação coletiva para sanear a pequena área urbana que iniciava sua construção enquanto cidade" (ROSSI, 2015, p. 120). Embora o caso do cemitério público de Caxias do Sul mereça um estudo mais aprofundado e detalhado, penso ser possível inferir que o processo de afastamento está relacionado aos aspectos levantados por Rossi.

Com o distanciamento do cemitério, logo se tornou necessária a aquisição de um carro fúnebre para o deslocamento dos defuntos. O intendente municipal Serafim Terra chegou a sondar a compra de um veículo em 1906 quando encarregou "o prestativo cidadão Annuncio Ungaretti para, em Porto Alegre, indagar os respectivos preço"[163]. No entanto, pelo que consta no periódico *Gazeta Colonial*, o carro foi encomendado na cidade de Feliz[164].

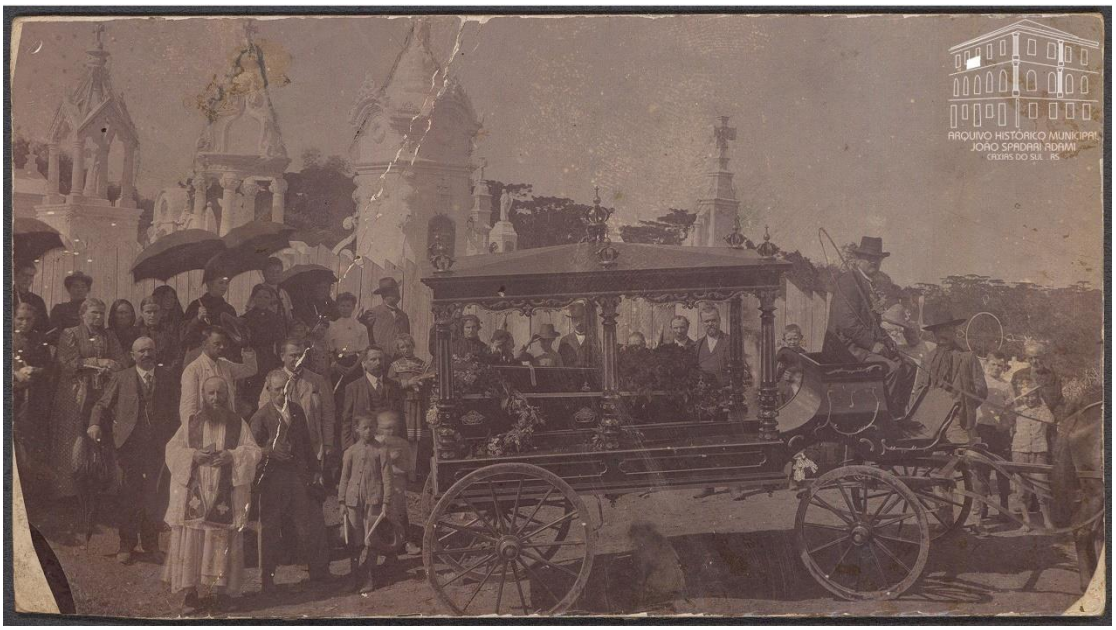
Em dezembro de 1908, a *Gazeta Colonial* anunciava a chegada do carro fúnebre, graças à boa vontade do "amigo Miguel Muratore" e ironizava, dizendo que "já podem morrer a vontade os impacientes"[165]. A aquisição, ao que parece, foi inclusa na lista de feitos da administração. Em uma fotografia de autoria não identificada, de 23 de dezembro de 1908, é possível observar em destaque, durante o velório da senhora Elizabeta Felippini, a ocasião que marcava a inauguração do veículo.

Todas essas ações em infraestrutura e serviços destinados ao combate contra contaminações foram acompanhadas de mudanças no organograma da Intendência que passou a criar repartições com poderes consideráveis sobre a população.

---

[162] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1901-1903, p. 24. Acervo: AHMJSA.
[163] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1906. p. 15. Acervo: AHMJSA.
[164] *Gazeta Colonial*. Caxias do Sul. 31 de out. de 1908. p. 3.
[165] *Gazeta Colonial*. Caxias do Sul. 5 de dez. de 1908. p. 2.

Figura 10: Sepultamento de Elizabeta Felippini no Cemitério Público Municipal



Autoria não identificada, 1908. Acervo: AHMJSA.

O ato municipal número 12, de 15 de janeiro de 1925, enrijeceu a fiscalização sobre a produção do leite, os açougues e padarias. Neste mesmo ano, uma nova estrutura funcional da intendência foi estabelecida pelo ato 27 do dia primeiro de julho, onde se criou a Repartição de Higiene e Assistência Pública e se redefiniram as atribuições dos fiscais para os serviços de asseio público, do matadouro municipal e inspeção urbana, além da criação de um serviço de inspeção sanitária.

O departamento de Higiene e Assistência Pública deveria ser dirigido pelo médico oficial da administração municipal e possuía um nível de intervenção social bastante significativo. Suas atribuições eram:

a) Zelar pela higiene e assistência publica, bem como tudo o que possa interessar ou comprometer a saúde publica
b) Lembrar ao Intendente as medidas que se tornarem necessárias á hygiene publica, alvitrando as providencias que julgar necessárias
c) Isolar as casas de moléstia contagiosa, quer removendo para o isolamento, quer fazendo no próprio domicilio do doente
d) Exigir dos demais clínicos que este comuniquem os casos de enfermidades transmissíveis a fim de tomar as medidas necessárias
e) Prestar socorros em casos de acidentes aos necessitados que recorrerem à assistência publica municipal
f) Attender aos indigentes enfermos, as praças da Guarda Municipal e aos funcionários municipaes, tanto nos hospittaes como nos próprios domicílios quando se tornar necessário
g) Encontrar-se ao menos duas vezes por semana no consultório medico Municipal com horas previamente determindadas para atender os indigentes
h) Fornecer atestado de óbito aos que vierem a falecer sem assistência medica
i) Fiscalizar por determinação do Intendente, os estabelecimentos hospitalares subvencionados pela municipalidade, quanto ao seu funcionamento e ao modo de aplicação da subvenção;

> j) Inspeccionar de saúde seus funcionários municipaes que pretendem licença ou aposentadoria e dos candidatos a empregos municipaes
> k) Organizar as estatísticas do serviço de assistência publica anualmente
> l) Dirigir e executar com os auxiliares que fazem necessários os serviços de profilaxia das moléstias venéreas ou contagiosas[166]

Aqui, novamente, o entendimento de indigentes como um perigo específico à contaminação e ao comprometimento da saúde local se manifesta. Além disso, é notável o poder de arbitrar sobre o isolamento em domicílio ou instituição específica.

À Inspeção Sanitária, por sua vez, incumbia a fiscalização e apreensão, quando necessária, de produtos comercializados em estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, como mercados, açougues e padarias, além de hotéis, cafés, restaurantes. Já a Inspeção Urbana, apresentava caráter semelhante, mas sobre lotes e propriedades, a proibição da circulação de animais em perímetro urbano, além de fiscalizar e punir possíveis descartes indevidos em espaços públicos[167].

O avanço nas instituições de controle sanitário avançou mais em 1930, com a criação da Diretoria de Higiene da cidade, a partir do ato municipal 69, de 29 de janeiro daquele ano, compreendendo os serviços de assistência médica, laboratório de análises, higiene profilática e fiscalização de gêneros alimentícios[168].

É plausível apontar, portanto, que no período que destaquei para este estudo, uma série de obras, criação de serviços e de instituições no poder público marcaram as práticas de saneamento de Caxias do Sul. No mesmo período em que obras de distribuição de água e remoção de esgoto tomavam a pauta da administração, outras ações nos permitem observar a composição da ideologia e das tecnologias de higiene pautadas no pensamento médico do período. Conforme vimos em Ávila (2010) e Chalhoub (2017), o empoderamento do saber médico e a higienização dos ambientes – mesmo que pela exclusão de indivíduos - eram vistos como fatores determinantes na manutenção da saúde, uma vez que o ambiente era potencial contaminante. Também é necessário destacar que os casos de doenças, cada vez mais comuns, serviram de forte motivação para a efetivação dessas práticas e a elaboração de instrumentos e objetos que passaram a integrar o coletivo da cidade. Dessa forma, microrganismos, lixo, cadáveres humanos e de animais também foram atores determinantes no processo histórico de Caxias do Sul. Conforme Latour, "além de 'determinar' e servir de 'pano de fundo' para a ação humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder,

[166] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1924-1930, p. 12-31. Acervo: AHMJSA.
[167] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1924-1930, p. 12-31. Acervo: AHMJSA.
[168] INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1930-1932, p. 7-12. Acervo: AHMJSA.

estimular, ensejar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir" (LATOUR, 2010, p. 108-109). Assim, nesse ínterim, iniciou a coleta de lixo, a fiscalização do abatimento de animais e de produtos comercializados, a assistência pública aos necessitados e a implantação do atual cemitério público municipal, além de todo um aparato público de controle de indivíduos.

4 *FONTES DA CIDADE*: UM DOCUMENTÁRIO SOBRE A HISTÓRIA DAS ÁGUAS EM CAXIAS DO SUL

> *"... continuam acreditando que os fatos se sustentam sozinhos, sem precisar de um mundo compartilhado, de instituições e de uma vida pública, e que bastaria simplesmente reunir as pessoas comuns numa boa sala de aula como antes, com quadro negro e lições a estudar, para que a razão enfim triunfasse"*
>
> *Bruno Latour*[169]

Como expus nos capítulos anteriores, o tema do saneamento na história de Caxias do Sul permite a análise e a reflexão sobre as dinâmicas sociais, formatação de jogos políticos, a conformação de práticas culturais e uma compreensão mais complexa das relações ambientais dentro do processo histórico da cidade. Dessa forma, entendo que o tema é legítimo, não apenas para a escrita, mas também para o ensino e a divulgação de história.

Buscando atingir a proposta do programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS) de atender a demanda contemporânea de inovação e de convergência tecnológica e a "produção de material didático, sobre o uso das novas linguagens e sobre a cultural digital e utilização de fontes diversas para a pesquisa no ensino de história"[170], neste capítulo apresento o produto desta pesquisa: o documentário de curta-metragem *Fontes da Cidade: uma história das águas de Caxias do Sul*.

O trabalho do historiador comumente é concluído com a produção de um texto acadêmico muitas vezes hermético e rigidamente elaborado que, por vezes, pode afastar o público não especializado. Neste sentido, cada vez mais se procuram diferentes espaços, plataformas de conteúdo e linguagens distintas para divulgação de pesquisas. Neste movimento, a proposta de uma produção audiovisual sobre a história do saneamento local pode ser um caminho em potencial para a divulgação dos saberes históricos e para sensibilização das questões ambientais na cidade.

No primeiro momento, apresento uma discussão sobre as relações entre História Ambiental, Ensino de História e História Pública, buscando compreender a inserção do

---

[169] LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 35-36.

[170] Texto de apresentação do programa de Mestrado Profissional em História da UCS. Disponível em: https://www.ucs.br/site/pos-graduacao/formacao-stricto-sensu/historia/. Acesso em: mar. 2021.

produto desta dissertação a partir das propostas desses campos. Depois, relato o processo de realização do documentário, seus pressupostos e os detalhes da produção.

4.1 História Ambiental, Ensino de História e História Pública

Ao levantar a temática da história do saneamento de Caxias do Sul, entendo que este conhecimento pode se tornar um saber escolar e um saber a ser compartilhado com diversos públicos, tendo em vista a atualidade urgente da temática ambiental, particularmente no Brasil, e potencializar essa possibilidade através de um produto audiovisual.

Conforme Elenita Malta Pereira, embora o país conte com uma Política Nacional de Educação Ambiental, aprovada através da Lei 9.795 do ano de 1999, tanto a prática docente quanto as iniciativas de formação e especialização de educadores, nem sempre são aplicadas, exigindo, segundo a autora, a inclusão mais objetiva de temáticas ambientais na formação de professores e nas pesquisas históricas (PEREIRA, 2019).

A situação fica mais explícita na medida em que os temas relacionados à Educação Ambiental são paulatinamente retirados ou perdem espaço em documentos referenciais da educação no Brasil. Estudos no campo da Educação Ambiental (MARQUES, RAIMUNDO, XAVIER, 2019) vêm demonstrando como a atual Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2018, está na contramão do movimento histórico de legislações anteriores que estabeleciam a Educação Ambiental como política pública. Além disso, o documento retrocede ao relacionar a temática "mais especificamente, ao campo de trabalho da Geografia e das Ciências da Natureza" (BARBOSA, OLIVEIRA, 2020, p. 332), o oposto do que se defende há muito de práticas interdisciplinares, ou como tema transversal.

Dessa forma, privilegiar a História Ambiental Urbana e a Educação Ambiental, através do tema do saneamento, é uma atitude política e de resistência. Conforme afirma Circe Bittencourt:

> a relevância das problemáticas locais articula-se à formação política dos alunos, nas possibilidades de suas ações e interferências enquanto cidadão na luta cotidiana pela qualidade de vida, e portanto, contribui para alcançar a formação política do cidadão. (BITTENCOURT, 2003, p. 53)

Para a autora, que destaca as relações entre História Ambiental e o Ensino de História, deve-se explicitar a dinamicidade da natureza e o nosso papel enquanto integrantes dela. De acordo com Bittencourt, uma prática interdisciplinar que contextualize os problemas próximos aos estudantes "situando-os em espaços e tempos mais amplos, pode esclarecer a importância de se estabelecer relações entre o mais próximo e local com o mais distante e o

geral" (BITTENCOURT, 2003, p. 54). Da mesma forma, Paulo Henrique Martinez explicita que as questões ambientais estão diretamente ligadas à "qualidade de vida da população e compõem um elenco de problemas e situações com enorme potencial para a compreensão crítica da sociedade brasileira" (MARTINEZ, 2004, p. 150).

As interseções entre a Educação Ambiental e a História Ambiental, conforme Bruna Montor Vasconcelos (2018), já são tema de pesquisas de diversos autores e, cada vez mais, torna-se clara a capacidade de complementariedade que esses campos estabelecem entre si. De acordo com a autora, esses estudos tendem a "considerar que a problemática ambiental só será superada de forma significativa na medida em que sua temática for redefinida para aspectos mais abrangentes, abarcando a economia, a política, a História, o âmbito ideológico e cultural de cada sociedade" (VASCONCELOS, 2018, p. 91).

Nesse sentido, os conhecimentos históricos tornam-se essenciais na formação do sujeito ecológico, aquele "consciente da sua responsabilidade perante a natureza e do seu papel de agente de transformação da realidade socioambiental em que está inserido (SOUZA, 2015, p. 130).

É de se destacar, neste sentido, que a Educação Ambiental, de acordo com Bread Soares Estevam, não se constitui como uma disciplina, "ela é um projeto político pedagógico inter e transdisciplinar que perpassa todas as áreas do conhecimento, inclusive a História" (ESTEVAM, 2017, p. 144), de maneira que a História Ambiental estabelece a conexão do historiador e do professor de História neste projeto que visa "a construção de uma sociedade mais justa, cidadã e sustentável, ou seja, uma utopia que poderá vir a ser concretizada fora dos padrões societários do capitalismo" (ESTEVAM, 2017, p. 136).

Outrossim, já se debate a necessidade de a Educação Ambiental superar a visão comportamental e tornar-se um conhecimento crítico, devidamente contextualizado. Como aponta Vasconcelos, as práticas nesse campo não podem ser "reduzidas apenas a pensar atitudes práticas dentro da escola, como reciclagem, visitas a aterros sanitários, ou recolhimento do lixo de uma nascente" (VASCONCELOS, 2018, p. 118). Para a autora, propostas assim, sem a contextualização dos estudantes como agentes ambientais, reforçam a ideia de uma natureza que está em outro lugar, não exatamente em nosso cotidiano, e completa "as pesquisas recentes apontam que os alunos desconsideram o contexto ambiental ao qual pertencem como parte intrínseca da natureza, percebendo-a como algo distante do aqui" (VASCONCELOS, 2018, p. 118-119).

A manutenção da não historicidade das questões ambientais comprometem, portanto, a constituição do sujeito ecológico citado acima, assim como o projeto de uma sociedade responsável social e ambientalmente. Nas palavras de Vasconcelos,

> Quando a Educação Ambiental ocorre desconectada da historicidade e de forma simplificada, ela pode contribuir para a permanência das estruturas econômicas que agridem potencialmente o planeta, ao mesmo tempo em que repassa para o estudante um conteúdo fragmentado e desprovido de complexidade. (VASCONCELOS, 2018, p. 123)

A História Ambiental sendo trabalhada em conjunto com as propostas de Educação Ambiental poderão, nesse sentido, promover uma abordagem crítica dos fenômenos do coletivo. A proposta de uma Educação Ambiental Crítica, portanto, é aquela que considera as diversas matizes dos problemas socioambientais, desde as questões geográficas, sociais, individuais e históricas (CARVALHO, 2004 *apud* VASCONCELOS, 2018, p. 97). Os estudos históricos, dessa forma, contribuem para que se perceba o papel dos indivíduos nas transformações da natureza e da historicidade desta.

Outra relação de complementariedade entre a História Ambiental e a Educação Ambiental é apontada por Gilmar Arruda (2006) que, a partir do conceito de consciência histórica de Jörn Rüsen, propõe a noção de consciência histórica-ambiental. O conceito de Rüsen designa a capacidade dos sujeitos de atribuir sentido histórico aos fenômenos fundamentais do cotidiano, orientando suas ações, de forma que a história ganha um sentido prático em nossas vidas. Segundo Arruda, a ideia de Rüsen é a de que "a forma científica do pensamento histórico possui uma relação de orientação, não no sentido de correção, mas como instrumento para a vida cotidiana, de posicionamento no tempo" (ARRUDA, 2006, p. 115).

O estímulo de Arruda, portanto, é que a orientação da consciência histórica também agregue as questões ambientais, uma vez que, em acordo com os autores citados acima, "um dos grandes problemas da educação ambiental é a 'descontextualização' ou a 'estetização' da natureza" (ARRUDA, 2006, p. 117). O autor afirma que

> devemos considerar a existência de uma "consciência ambiental" formada pela experiência vivenciada pelos alunos na relação com a natureza de seu local de moradia com o tempo contemporâneo, que lhe informa os valores para definir o que é natureza (ARRUDA, 2006, p. 117).

A partir da noção de consciência histórica ambiental poderíamos, segundo o autor, promover ações que visem ao reconhecimento das mudanças da paisagem ao longo da história, bem como o papel do sujeito, historicamente orientado, nesse processo.

Ely Bergo de Carvalho, por sua vez, também destaca o potencial do ensino da História Ambiental na construção de ações socioambientais mais justas (CARVALHO, 2011, p. 7). Para o pesquisador, a não historicidade da natureza nas aulas é um assassinato da história "pois acabamos com a diferença". À frente, Carvalho complementa:

> Perceber as diferentes racionalidades que conduziram e conduzem nossa relação com a natureza é fundamental. Não apenas para compreendermos melhor o passado, mas também, para podermos produzir alternativas para o nosso futuro. Ou seja, se a racionalidade consumista e maximizante não é, e não foi, a única existente então podemos pensar um futuro com outras racionalidades, um futuro no qual seja possível construir uma racionalidade ambiental (CARVALHO, 2011, p. 7).

Fica em evidência o compromisso ético-político de Carvalho em defender um ensino de história onde "olhar o passado de forma diferente é também contribuir para a produção de um futuro diferente, socialmente mais justo e ecologicamente sustentável (CARVALHO, 2011, p. 8).

Em vista desses pressupostos, que argumentam sobre ações que possibilitem a reflexão sobre a historicidade dos fenômenos ambientais, defendo que o documentário produto desta dissertação é uma prática de Educação Ambiental a partir da História Ambiental, e que pode ser disseminado em espaços educacionais formais ou não, um exercício, também, de divulgação de história e História Pública.

A divulgação de história pode ser entendida como o conjunto de ações que levem ao grande público, através de diferentes linguagens, suportes e plataformas, o conhecimento de pesquisas do campo. Para Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira, pesquisadores destacados pela divulgação de história e organizadores do livro *História Pública e Divulgação de História*, existe a necessidade de os historiadores encontrarem

> modelos, estratégias e parâmetros que se comuniquem mais e melhor com os diferentes públicos [...] porque acreditamos que o nosso trabalho pode contribuir efetivamente para melhorar a qualidade do debate público e promover uma sociedade mais livre e autônoma (CARVALHO e TEIXEIRA, 2019, p. 16).

Em outro texto, incluso no mesmo volume, Bruno Leal Pastor de Carvalho aponta que "a prática da divulgação científica compreende, neste sentido, técnicas, metodologias e modelos que não só podem ser replicados como também aperfeiçoados e adaptados a novas situações e necessidades" demonstrando que os profissionais do campo são todos potenciais "historiadores-divulgadores" (CARVALHO, 2019, p. 120). A defesa do autor para tal intento é que "a divulgação científica é fundamental para a construção da cidadania e para o fomento à cultura científica" (CARVALHO, 2019, p. 121).

A divulgação de história transcende, portanto, a comunicação escolar como possibilidade exclusiva. É de se destacar, nesse sentido, que pensar em atingir públicos para além da educação formal, é uma característica presente há muito em ações ambientalistas, que estão na gênese da História Ambiental.

Conforme Estevam (2017), a utilização de meios de comunicação diversos sempre foi vista pelos movimentos ecológicos como oportunidades de ações políticas e educativas formadoras de sujeitos críticos. Essas ações surgiam em espaços educativos não formais, visando à "formação e construção da opinião pública" (ESTEVAM, 2017, p. 413). Nas palavras do autor,

> os temas pesquisados pela História Ambiental possuem o potencial de ampliar e enriquecer a Educação Ambiental formal e não formal, por meio da contribuição às mudanças no pensamento social e histórico em relação ao mundo natural, tendo como principais premissas situar e problematizar os assuntos ambientais no espaço e tempo. (ESTEVAM, 2017, p. 153)

Vejo nesses apontamentos as possibilidades que essas práticas oportunizam para que cada vez mais pessoas tenham acesso ao conteúdo de pesquisas, e que os historiadores e professores ampliem espaços de debate e de formação cidadã.

A História Pública, que penso seguir essa lógica, deve ser compreendida, conforme Paulo César Gomes, não como um novo campo da historiografia, "mas como um espaço amplo de debates nos quais deve haver um diálogo permanente entre o historiador e seus públicos" (GOMES, 2019, p. 98). Na intenção de definir a História Pública, Ricardo Santhiago a concebe como uma "área de estudo e ação com quatro engajamentos" (SANTHIAGO, 2016, p. 28):

> a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de "autoridade compartilhada é central); a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a reflexibilidade e autorreflexividade do campo) (SANTHIAGO, 2016, p. 28)

À luz desses apontamentos, a produção do documentário pode ser inclusa em dois dos engajamentos levantados por Santhiago. Trata-se de uma história feita *para* o público, uma vez que almeja a ampliação de audiências através de uma linguagem mais aberta, em um suporte com maior impacto social que a produção textual acadêmica, mas também uma história feita *com* o público, uma vez que o produto foi realizado, como veremos a seguir, em uma ação que integrou diferentes profissionais, que não historiadores, que são igualmente autores e produtores do curta-metragem.

Essa relação, multidisciplinar, não apenas foi fundamental para a realização do projeto, mas também me apresentou desafios, possibilidades de aprendizagem e de rever posições e julgamentos. Foi fundamental, para tanto, o relato de Benito Bisso Schmidt quando o historiador nos ensina que "nessas equipes, conhecimentos, habilidades e valores são trocados e também disputados" (SCHMIDT, 2016, p. 284) e que para melhores frutos em trabalhos dessa natureza há necessidade de

> desenvolver as seguintes competências: conhecer minimamente os pressupostos disciplinares e a linguagem dos colegas de outras áreas [...]; saber explicar, sem arrogância e afetação, para não historiadores as regras básicas do nosso *métier*, administrar as diferenças e os conflitos entre os pontos de vista sem abrir mão dos princípios de nossa profissão; e reconhecer as capacidades dos colegas não historiadores, irando proveito profissional deles (SCHMIDT, 2016, p. 284).

Experiências associadas à História Pública e ao Cinema, segundo Rodrigo de Almeida Ferreira, principalmente de gênero documentário, costumam entender as produções como uma "ação sensibilizadora pela qual se evidenciam conflitos políticos e sociais" ao passo em que podem "contribuir para a elaboração e o estabelecimento de políticas públicas" (FERREIRA, 2016, p. 137). Para o autor, esses trabalhos se destacam pelas preocupações sobre "o fazer, o divulgar e o interferir social e politicamente" (FERREIRA, 2016, p. 146) o que associo ao compromisso ético-político da História Ambiental, ao qual penso contribuir.

A seguir, relato o processo de planejamento, pré-produção, produção e edição do documentário produto desta pesquisa.

4.2 *Fontes da Cidade*: da pré-produção à finalização

Conforme destaquei anteriormente, a produção de um documentário pode aproximar os pressupostos da História Ambiental com o ensino de História em espaços formais e não formais. Como uma das primeiras ações para a produção de *Fontes da Cidade*, voltei-me para a pesquisa de audiovisuais que dialogassem com a proposta deste trabalho, o que permitiu a apreciação de alguns documentários que foram referência.

As iniciativas encontradas partem de trabalhos acadêmicos, organizações da sociedade civil, produções independentes e empresas prestadoras de serviço de saneamento. A seguir, destaco algumas dessas produções.

O primeiro produto é o documentário *Entre Rios: a urbanização de São Paulo*. Realizado em 2009, é um audiovisual de curta-metragem resultado do trabalho de conclusão de curso em audiovisual de Caio Silva Ferraz, Luana de Abreu e Joana Scarpelini, estudantes

do SENAC-SP. Trata-se de uma narrativa com cerca de vinte e cinco minutos de duração, com entrevistas de geógrafos, urbanistas e historiadores somadas à narração e apresentações animadas de documentos e fotografias. O filme apresenta o processo de urbanização em São Paulo e a transformação dos rios locais, refletindo sobre como isso influenciou os atuais problemas urbanos da capital paulista, com destaque às enchentes anuais e o urbanismo que privilegia automóveis. É notável a construção visual dos planos, todos sensíveis para os elementos urbanos. Outro fator de destaque é a marca de quase dois milhões de acessos na plataforma *YouTube*[171].

Já o curta-metragem, *Na Cidade, Um Rio*, de Pedro Fillipe[172], foi realizado durante a disciplina de audiovisual do curso de bacharelado em Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, em 2016. Diferentemente de *Entre Rios*, este curta destaca a memória da comunidade localizada nas proximidades do rio Ipojuca, os moradores são os principais entrevistados pela produção. A narrativa, com cerca de quatorze minutos, apresenta o processo de degradação do rio e suas consequências socioambientais.

O documentário *Jardim Helian: Memória e Luta por Saneamento*[173], de 2020, também resulta de uma formação, o curso de extensão "Conflitos Urbanos e Direito à Cidade: Saneamento Ambiental na Zona Leste", da Universidade Federal de São Paulo. O filme, dirigido por Nicolau Bruno, é uma denúncia sobre a ausência de políticas públicas em São Paulo e o processo de poluição das nascentes locais, além da falta de estrutura em moradias e inércia do poder público. O destaque para esta produção é a escuta a movimentos sociais locais e demonstrar a resistência dos moradores locais na reinvenção desses direitos.

O Instituto Trata Brasil, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), "formado por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção de recursos hídricos do país"[174], como sua página institucional anuncia, empreendeu na produção de dois audiovisuais que buscam a sensibilização para os problemas de saneamento. O primeiro produto, *A Realidade do Saneamento Básico no Páis*[175], apresenta

---

[171] ENTRE Rios: a urbanização de São Paulo. Direção de Caio Silva Ferraz. São Paulo: SENAC, 2009 (25 min.). Disponível em: https://vimeo.com/14770270. Acesso em: abr. 2021.

[172] NA CIDADE, Um Rio. Direção de Pedro Fillipe. Bezerros – Caruaru: UFPE, 2016 (14 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A2zaPPEXCYg&ab_channel=PedroFillipe. Acesso em: abr. 2021.

[173] JARDIM Helian: Memória e Luta por Saneamento. Direção de Nicolau Bruno. São Paulo: UNIFESP, 2020 (26 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ijigVzN5wUg&ab_channel=PROECUnifesp. Acesso em: abr. 2021.

[174] Instituto Trata Brasil. Disponível em: http://www.tratabrasil.org.br/institucional/quem-somos. Institucional. Acesso em: abr. 2021.

[175] A REALIDADE do Saneamento Básico no País. Direção de André Pires. São Paulo: Kunduru Filmes, 2016 (36 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=69N9aYM9bco&t=150s. Acesso em: abr. 2021.

uma sequência de entrevistas com os "embaixadores do Trata Brasil", um conjunto de personalidades do esporte e da cultura, como Maurício de Sousa e Lars Grael, entre outros. O filme é de média metragem, com cerca de trinta e seis minutos e busca chamar a atenção para a necessidade de investimentos em saneamento básico. Em *A Luta Pelo Básico*[176], produzido em 2017, com apoio das autarquias de saneamento de São Paulo e Porto Alegre e das prefeituras de Itaíba e Buíque, em Pernambuco, o curta de quinze minutos apresenta a situação da infraestrutura de saneamento brasileira e seus reflexos em outros indicadores sociais, particularmente de saúde pública. O roteiro procura denunciar a precariedade de várias cidades brasileiras a partir de entrevistas com especialistas e de moradores desses locais, e expor os benefícios relacionados às melhorias em saneamento básico. A iniciativa resultou da comemoração dos dez anos do Instituto.

Um curta-metragem de produção independente de Roberto Herrera Peres, fotojornalista e documentarista, entra nesta seleção como o produto de menor duração. Em cinco minutos, o filme divulgado em 2017, *Saneamento Básico: Um Drama Brasileiro*[177] apresenta uma sequência de filmagens impactantes da região de Rio das Pedras, no Rio de Janeiro, acompanhadas pela narração de um texto com forte tom de denúncia sobre a questão.

Essas produções, mesmo que não sejam iniciativas de historiadores, foram importantes para me aproximar da linguagem audiovisual, formular a minha proposta e apresentar para a equipe de produção. Nesse sentido, o primeiro movimento para *Fontes da Cidade* foi, a partir das referências de possibilidades em documentário e a pesquisa realizada – que apresentei nos primeiros capítulos – escrever o roteiro.

Um roteiro de documentário, segundo Sérgio Puccini, é resultado de um processo criativo, "marcado por várias etapas de seleção, comandadas por escolhas subjetivas" (PUCCINI, 2012, p. 15), ao definir o ato de "roteirizar" o autor aponta que este "significa recortar, selecionar e estruturar eventos dentro de uma ordem que necessariamente encontrará seu começo e seu fim" (PUCCINI, 2012, p. 16). Tal qual o historiador, o documentarista monta sua narrativa a partir de uma série de escolhas que, segundo Ana Maria Mauad e Ana Carolina de Moura Delfim Maciel, envolvem "negociações, ambos [o historiador e o documentarista] – ao lidarem com depoimentos e documentos – se aproximam e estabelecem

---

[176] A LUTA pelo Básico. Instituto Trata Brasil, 2017 (15 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6J9g0SLYUQM&t=696s. Acesso em: abr. 2021.

[177] SANEAMENTO Básico: Um Drama Brasileiro. Direção de Roberto Herrera Peres. Rio de Janeiro: Cinema Deriva, 2017 (5 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Csflt1q5y4g. Acesso em: abr. de 2021.

questões comuns principalmente no que tange o estatuto 'real/ficção'" (MAUAD e MACIEL, 2011, p. 4). No entanto, há que se destacar, em acordo com José D'Assunção Barros, que o documentário historiográfico "desenvolve-se habitualmente explicitando suas fontes para os espectadores marcando uma distância clara entre o discurso do cineasta-historiador e estas mesmas fontes" (BARROS, 2014, p. 20).

Tendo em vista essas questões, o desafio que postulei para o roteiro envolvia explicitar que o filme era resultado de uma pesquisa historiográfica, mas que isso não anularia a subjetividade envolvida na produção, afinal, trata-se de um recorte da realidade representada. Daí que o roteiro inicia comigo enquanto personagem, que "escreve" o filme.

Outro fator envolve as diferenças entre a linguagem escrita e audiovisual. Não havia a possibilidade de transcrever os capítulos iniciais desta dissertação como um roteiro exequível. Por isso, também realizei um recorte da pesquisa para o filme, que planejei, inicialmente, para a duração de vinte minutos em função das limitações orçamentárias, mas que também oferece a possibilidade de ser utilizado como recurso didático em escolas, com tempo para a exibição e para o trabalho crítico do professor. O tempo reduzido também não permitiria abordar todos os tópicos trabalhados na pesquisa, por isso selecionei a distribuição de água, o serviço dos cabungueiros e a construção da Hidráulica Municipal Borges de Medeiros como os assuntos para o curta.

Para atingir a meta de referenciar a pesquisa, o roteiro contemplou a exposição das fontes utilizadas na pesquisa, estáticas ou em animação, promovendo ações e efeitos visuais que potencializassem a percepção da operação de um historiador.

Como a tarefa avançava para questões muito além da minha formação, e tendo em vista as possibilidades das relações com outros profissionais, como mencionei na primeira parte deste capítulo, minha ação seguinte foi entrar em contato com pessoas capacitadas e interessadas em participar do projeto.

O primeiro contato foi com o produtor cultural Rafael Vebber, em março de 2020, que conhecia de projetos ligados à produção audiovisual e através de suas atividades relacionadas ao NAV, Ponto de Cultura Núcleo Audiovisual. O Ponto de Cultura oferece formações, exibições e produções na área. Participei de ações com minhas turmas de estudantes do ensino fundamental e, em outra oportunidade, fiz o curso de Introdução à Direção Cinematográfica, com o diretor de cinema Hique Montanari.

Ao integrar *Fontes da Cidade* como produtor, Vebber iniciou o trabalho de escrita de um projeto com o objetivo de captar recursos e equipe para a realização do documentário. A tarefa de conseguir verba foi muito dificultada em função da minha condição de professor da

rede municipal de Caxias do Sul, uma vez que servidores públicos não podem participar de editais de fomento à cultura de origem pública, que são as principais fontes de investimento para ações culturais. O diálogo com outros profissionais também apresentou dificuldades em função da pandemia de Covid-19, que chegou ao Brasil neste mesmo período.

Em vista da inicial ausência de recursos e a iminência de um projeto independente, o contato com outros integrantes para o curta foi através de redes sociais e reuniões através da plataforma *Google Meet*. Os primeiros integrantes, neste contexto, foram Geovane Blanco, que passou a ser nosso responsável pela captação de som e imagem, e Gabriel Radaelli, publicitário que auxiliou na produção da identidade visual e cartaz do filme, assim como realizou os registros de bastidores da produção.

Durante praticamente dez meses, o projeto pouco avançou, não havia novidades de editais de fomento, assim como a pandemia passou a se tornar um problema cada vez mais grave no país, impedindo a mobilização da equipe de filmagem. Neste período, foram realizadas pequenas alterações no roteiro por sugestão da equipe e a definição do título do filme, um debate coletivo e, portanto, colaborativo, uma marca da história pública. A ideia inicial era utilizar o mesmo título deste trabalho *Jorrar Água Sobre a Cidade*, que foi considerado pouco atrativo para o público de audiovisual pela equipe, uma vez que, segundo eles, seria mais interessante um título aberto interpretativamente. Neste momento, considerei as reflexões de Schmidt (2016) sobre o trabalho em equipes multidisciplinares e julguei importante ceder e ouvir os colegas, mais experientes no campo, e estabelecermos um título em conjunto a partir de um debate.

Após uma série de opções, *Fontes da Cidade: uma história das águas de Caxias do Sul* acabou por ser o título e subtítulo escolhidos em comum acordo. A intenção era trazer a expressão "fonte" como uma referência à fonte histórica e à fonte de água, e a referência à cidade como uma indicação de temática que poderia atingir outros públicos interessados em questões urbanas.

Com o tempo passando, a necessidade de iniciar o projeto dentro do prazo do curso de mestrado exigiu que iniciássemos as filmagens nas condições que tínhamos. A equipe para as entrevistas seria apenas formada por mim, no papel de entrevistador; Geovane Blanco, captando som e imagem simultaneamente, com auxílio do produtor Rafael Vebber; e Gabriel Radaelli, a distância, fazendo o registro fotográfico. Toda a equipe realizou as entrevistas utilizando máscaras e aplicando álcool em gel sempre que necessário. Os entrevistados retiravam a máscara apenas no momento da filmagem principal – outras tomadas foram realizadas com o equipamento de proteção. A dificuldade financeira também limitou as diárias

de filmagem. Dispomos de apenas três dias para filmar cinco entrevistas e ainda produzir imagens da urbanidade, em caso de tempo chuvoso, as atividades seriam canceladas.[178]

A seleção dos entrevistados seguiu o critério de buscar pessoas com pesquisas e conhecimentos relacionadas à temática do documentário. Foram selecionadas as historiadoras Anelise Cavagnolli e Neisi Coelho Zorzi, servidoras do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) com quem trabalhei na pesquisa do livro de 50 anos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), ambas com muito conhecimento sobre a história do saneamento na cidade. A historiadora Katani Monteiro que, além de orientadora deste trabalho, doutorou-se com uma pesquisa sobre a biografia do Intendente Municipal Celeste Gobbato, importante personagem da narrativa sobre o saneamento em Caxias do Sul. O historiador Roberto Nascimento, que pesquisa a formação urbana da cidade, inclusive citado nos primeiros capítulos. E a bióloga e educadora ambiental Heloísa Giron, que teve experiência com educação ambiental no próprio SAMAE além de participar de outros projetos no campo. Cogitamos a possibilidade de entrevistar moradores e outras pessoas, mas as limitações temporais e orçamentárias não permitiram neste momento, ficando a possibilidade para projetos futuros.

Figura 11: Entrevista com a historiadora Anelise Cavagnolli nas proximidades do AHMJSA

Autoria: Gabriel Radaelli. Acervo: Fontes da Cidade.

[178] As entrevistas realizadas tinham como objetivo produzir material audiovisual, não sendo utilizadas como fonte para a pesquisa apresentada nos capítulos anteriores. O roteiro para cada entrevista foi estabelecido de acordo com o perfil dos entrevistados. Estes se encontram disponíveis nos anexos.

O primeiro dia de filmagens foi 20 de janeiro de 2021, sendo duas entrevistas no AHMJSA e uma no Parque Getúlio Vargas, no centro de Caxias do Sul. A primeira entrevistada foi Anelise Cavagnolli, com quem captamos as imagens no espaço externo na intenção de mostrar o prédio em que o arquivo se localiza.

Neisi Coelho Zorzi foi entrevistada no espaço interno, onde aproveitamos para produzir imagens das documentações e do trabalho no arquivo. A escolha dessas locações envolvia o objetivo de explicitar a pesquisa, que foi integralmente realizada com a documentação da instituição, além de dar visibilidade a este importante espaço público. A terceira entrevista do dia, com Heloísa Giron, foi interrompida por uma forte chuva, que aguardamos cessar por cerca de uma hora. Com a estiagem, podemos iniciar a gravação em espaço aberto, o Parque Getúlio Vargas, que no passado abrigou a primeira represa de Caxias do Sul. Todo o processo ocorreu entre as 13 horas e 18 horas daquela tarde.

Figura 12: Entrevista com a historiadora Neisi Coelho Zorzi no AHMJSA

Autoria: Gabriel Radaelli. Acervo: Fontes da Cidade

O segundo dia de gravações, dia 27 de janeiro, foi com a historiadora Katani Monteiro. A locação escolhida foi a Estação de Tratamento de Água (ETA) Borges de Medeiros, a antiga Hidráulica Municipal, personagem da história. Houve a exigência de solicitação de permissão formal ao SAMAE, com um mês de antecedência, para a realização. Ali registramos a fala de Monteiro no espaço externo, com enquadramento para a fachada do

prédio. Além disso, foi realizada uma série de tomadas pelo local, uma experiência que me sensibilizou, afinal era o espaço que há muito vinha pesquisando e observando apenas por fotos de época. Destaco a importância de um projeto futuro de tombamento e proteção dessa importante edificação. As atividades ocorreram entre as 14 horas e 17 horas.

Figura 13: Entrevista com a bióloga e educadora ambiental Heloísa Giron no Parque Getúlio Vargas

Autoria: Gabriel Radaelli. Acervo: Fontes da Cidade.

Figura 14: Entrevista com a historiadora Katani Monteiro em frente à Estação de Tratamento de Água Borges de Medeiros

Autoria: Gabriel Radaelli. Acervo: Fontes da Cidade.

Por fim, o terceiro dia de captação foi em primeiro de fevereiro. Nesta data, captamos imagens minhas no meu espaço de trabalho, gravamos o áudio das narrações, entrevistamos o historiador Roberto Nascimento na Praça Dante Alighieri e registramos imagens do centro da cidade. O documentário conta com duas vozes de narração. Eu registrei minha voz em textos narrativos autorais e o integrante da equipe, Gabriel Radaelli, registrou a voz que narra as documentações exibidas no filme. A entrevista com Roberto Nascimento foi enquadrada no chafariz da praça, além de registrarmos imagens em frente à casa de Adelino Sassi, uma das sedes do PRR de Caxias do Sul no período dos acontecimentos narrados no filme (uma fotografia deste local está inserida no primeiro capítulo desta dissertação).

Os registros das entrevistas foram captados em alta resolução (4K, 3840x2160 *pixels*), sendo cada fala com cerca de vinte minutos de duração. A qualidade dos cinco relatos gerou o interesse da equipe em disponibilizar as entrevistas em versões estendidas, assim como a produção de um *making of* após a finalização do filme.

Figura 15: Entrevista com o historiador Roberto Nascimento na Praça Dante Alighieri.

Autoria: Gabriel Radaelli. Acervo: Fontes da Cidade.

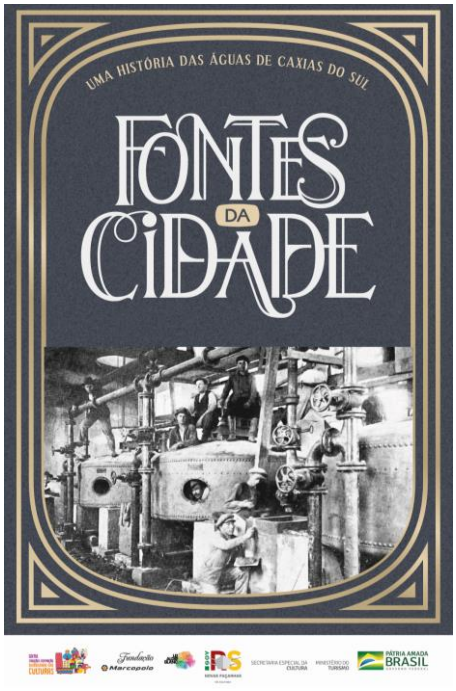
O fim das gravações foi acompanhado com uma nova possibilidade para o documentário. A Fundação Marcopolo, entidade ligada à empresa Marcopolo S.A, abriu o Edital *Criação e Formação – Diversidade das Culturas*, para fomento cultural através da Lei Aldir Blanc, a Lei Nº 14.017 de 2020, que visava amparar o setor cultural, um dos mais

afetados pelo contexto da pandemia. *Fontes da Cidade* foi selecionado pelo edital o que permitiu remunerar os profissionais envolvidos, além de qualificar a edição do documentário através da ampliação da equipe, novas gravações de cenas da cidade inseridas nas sequências iniciais do filme e incluir recursos de acessibilidade.

Foram integrados à equipe Lidiane Soares, que ficou responsável pela edição, montagem do documentário e animações e o músico Luan Tomé Mussoi, que compôs a trilha sonora do filme. Também foi possível incluir trabalhos relacionadas à acessibilidade (audiodescrição e legendagem para surdos e ensurdecidos), previstos em lei para filmes realizados com recursos públicos.

A produção de *Fontes da Cidade* também contou com a elaboração de uma identidade visual, autoria de Gabriel Radaelli. O letreiro, a confecção do cartaz e um *card* de divulgação para as redes sociais tiveram como inspiração o legado do *Art Déco*, estilo proeminente nas artes, arquiteturas e design no início do século XX, que Radaelli percebeu ao visualizar as fontes impressas utilizadas na pesquisa. A proposta do letreiro com a sobreposição de hastes das letras e seus ornamentos faz referência à crescente urbanização da cidade, a travessia de ruas, redes adutoras, fios elétricos, e outros elementos urbanos.

Figura 16: Cartaz de *Fontes da Cidade*



Autoria: Gabriel Radaelli.

Gabriel Radaelli também produziu conteúdos para postagens na rede social *Instagram*, que foi alimentada durante o período de produção do curta. Durante as entrevistas, captou imagens em movimentos dos bastidores inclusas nas sequências do documentário. Além disso, participamos de uma entrevista com a jornalista Beverli Rocha no programa *Temática* na Tua Rádio São Francisco, emissora da cidade, no dia 20 de fevereiro. Na oportunidade, divulgamos a produção de Fontes da Cidade e falamos sobre a integração do historiador com profissionais de outros campos e a apropriação de novas linguagens por estes profissionais.

A edição e montagem do documentário ocorreu entre os meses de abril e maio, trabalho realizado pela *videomaker* Lidiane Soares, a partir dos *softwares Adobe Premiere CC 2021*. O processo envolveu a decupagem dos arquivos brutos de áudio e vídeo, conectando os recortes ao que estabeleci no roteiro. Neste momento, a contribuição de Soares foi além de montar o documentário, sugerindo e criando enfoques, ângulos, destaques e reenquadramentos possibilitados pela alta qualidade da captura do material que, muito além de efeitos estéticos, deixam a obra mais dinâmica, contextualizando as locações e a relação do documentarista com os entrevistados.

As animações, também de Soares, foram produzidas a partir das fontes utilizadas na pesquisa, recortando, dando movimento, destacando e criando novas camadas às imagens. O trabalho foi realizado sob os *softwares Adobe After Effects e Adobe Photoshop*, ambos atualizados com as versões de 2021. Nesse sentido, a produção de animações não só destaca as fontes e a paisagem local, como cria narrativas próprias que buscam chamar a atenção através de um formato visual mais atrativo, conectado ao contexto de consumo de imagens na internet e redes sociais. Houve a preocupação de as animações acompanharem a estética desenvolvida pelo trabalho de identidade visual de Radaelli e das capturas das entrevistas, evitando distrações e se inserindo na história com um todo.

A trilha sonora, composta por Luan Tomé Mussoi, foi produzida tendo como referência abordagens de música experimental, unindo elementos de sintetizadores, ruídos e sons da natureza e instrumentos de cordas. Ao instrumento principal do músico, a guitarra, foram adicionados efeitos de pedais, que permitem efeitos como controle de volume, reverberação, repetição, entre outros. As faixas foram gravadas no *software* de som *Reaper*, que, além de captar o som dos instrumentos de Mussoi, também disponibiliza recursos de instrumentos virtuais. Sendo finalizados os arquivos de som, estes foram enviados para a responsável pela edição, que finalizou o filme.

Com os recursos disponibilizados pela Fundação Marcopolo, o documentário recebeu um importante acréscimo com os recursos de acessibilidade. Foram produzidas versões do filme com audiodescrição e legendagem para surdos e ensurdecidos, ampliando o público que poderá ter acesso ao produto.

Em função da pandemia, ainda está incerta a proposta de lançamento, anteriormente planejada para um evento presencial com a exibição seguida por uma conversa com a equipe realizadora. A possibilidade analisada é de um evento *online*, realizado após a defesa desta dissertação.

Os historiadores, cada vez mais, têm buscado alternativas de comunicação mais plurais e democráticas alinhadas às novas possibilidades tecnológicas, além da aproximação com profissionais de outros campos do saber. Esse movimento busca produzir trabalhos com maior impacto social, que tenham poder de transformação em nosso cotidiano. Nessa esteira, os mestrados profissionais em História são importantes incentivadores dessas práticas, tão relevantes em contextos de negacionismos, e revisionismos enviesados da História.

A proposta de produzir o documentário *Fontes da Cidade* seguia essa preocupação de levar a pesquisa sobre a história do saneamento em Caxias do Sul para além do âmbito acadêmico, sobretudo com o contexto de desmonte de políticas educacionais e ambientais promovidos no Brasil no período em que produzíamos o documentário foi que passamos – eu e a equipe – a ver essa produção como um ato de resistência.

Ao pesquisar sobre produções audiovisuais e passar pela experiência da realização do curta-metragem, percebi que o campo da história e do documentário é permeado por aproximações, sobretudo do ponto de vista epistemológico. Um documentário, que – como relatado anteriormente – no momento de sua roteirização, filmagem e montagem assume intenções narrativas e expressivas constrói personagens e tramas que tornam o produto interessante para o espectador. De certa forma, o historiador também trabalha nesta perspectiva, uma vez que seu trabalho não consiste em constatar fatos e explicitar acontecimentos, mas dar legibilidade e construir narrativas que deem conta de interpretar e produzir sínteses sobre esses fenômenos históricos.

É necessário, portanto, destacar que, assim como no trabalho historiográfico, o que produz sua legitimidade enquanto conhecimento é seu processo metodológico e conceitual, um documentário que pretenda apresentar um conteúdo sobre História deverá, durante o processo de pesquisa, roteirização e montagem, considerar esses pressupostos que construam uma narrativa dentro do que se espera de um trabalho científico.

O contato com a equipe e a troca de experiências, contradições e pontos de vista, oportunizadas pelo trabalho em *Fontes da Cidade* foi uma grande aprendizagem. Tratar com uma linguagem, até então, estrangeira à minha formação, ampliou minha percepção sobre o conhecimento histórico e suas possibilidades de comunicação, assim como passo valorizar ainda mais a produção cultural e seus instrumentos de fomento.

Espero que o produto final contribua para a sensibilização sobre os temas ambientais nas cidades e que informe sobre o saneamento em Caxias do Sul, impacto que pretendo investigar em estudos futuros que analisem a recepção do documentário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do saneamento em Caxias do Sul, analisada durante a pesquisa, revelou-se uma importante temática para a compreensão dos processos históricos da cidade que são constituídos a partir da associação de atores humanos e não humanos. Essa perspectiva de análise historiográfica pode contribuir para ações educativas, escolares ou não, e a sensibilização para as relações socioambientais estabelecidas na cidade.

Foi possível perceber que a urbanização caxiense, acompanhada da exigência de infraestrutura em saneamento e saúde pública, transformou significativamente a paisagem local encontrada no momento do início da colonização. A região repleta de córregos superficiais, vegetações – fundamentais para o assentamento de populações nativas - e águas subterrâneas foi paulatinamente modificada pelo avanço da urbe e suas práticas de abastecimento. Em contrapartida, uma série de atores não humanos contribuíram nas caracterizações que a cidade e seus serviços de saneamento assumiram.

O coletivo, resultante da associação de humanos e não humanos, foi continuamente expandido recebendo cada vez mais componentes da rede de proposições que constituiu a história local. Muito além de políticos, engenheiros, médicos e agentes econômicos, que de fato atuaram na determinação das práticas e visões de saúde, a compreensão da rede estabelecida em Caxias do Sul exige a visualização de atores que até então foram considerados sem historicidade. Aos córregos, matas de araucárias, casas, estradas, e outros elementos tradicionalmente associados ao processo de colonização foram acrescidos poços, redes adutoras, represas, tecnologias e instrumentos de tratamento químico da água, vacinas, hospitais de isolamento, matadouros e cemitérios, todos esses elementos que passaram a integrar, limitar ou possibilitar os diferentes rumos dos acontecimentos locais.

A visão da realidade que desconsidera os atores não humanos como relevantes na sociedade (ou coletivo, na expressão de Latour) e a percepção da natureza como estática podem, em certa medida, contribuir para compreendermos as razões da ineficiência do poder público frente à degradação dos elementos naturais na paisagem caxiense – mesmo que denunciada há muito tempo, como o exemplo do Intendente Municipal Major José Penna de Moraes nos permite inferir.

À medida que novos componentes passam a integrar – ou são excluídos - o coletivo, consequências socioambientais ocorrem. O escasseamento das águas superficiais foi também decorrente da extinção das vegetações próximas aos córregos. A instalação de latrinas sem

isolamento do solo comprometeu as águas dos poços, resultando no padecimento de muitos moradores.

Com isso, não nego as ações que tentavam mediar esses problemas, como a criação do serviço de remoção de matérias fecais, do matadouro público, as mudanças do cemitério público municipal, entre outras. Mas essas novas práticas, orientadas sobretudo pelo saber de médicos e engenheiros, seguiam a proposta de atenuar, e não de cessar ou modificar, as atitudes geradoras de problemas.

Igualmente, pretendi demonstrar, sobretudo no terceiro capítulo, que o espaço público, cada vez mais alvo de intervenções, estava repleto de atores microbiológicos que também devem ser considerados na análise da composição do coletivo. Afinal, essas proposições levadas à história da cidade conectavam e complexificavam a rede de atores que passava a contar com serviços de saneamento que iam além do tratamento e da distribuição de água potável.

Em vista das possibilidades analíticas e das contribuições para o entendimento da cidade como um organismo atuante em nossa realidade, penso o tema como legítimo para as propostas de ensino que se preocupam com as demandas sociais contemporâneas, sobretudo a necessidade de sensibilizar e trazer ao debate as questões ambientais em tempos de desmonte de políticas ambientais e negacionismo científico. Nesse sentido, História Ambiental é uma proposta de grande potencial para ações articuladas com a Educação Ambiental e o Ensino de História, campos complementares na formação de um sujeito ecológico.

Pretendi explicitar, a partir desses referenciais, a necessidade de incluir o entendimento da historicidade nas questões ambientais. Assim, é possível colaborar para a superação de ações educativas de caráter meramente comportamental, que acabam por contribuir para a manutenção da dicotomia entre natureza e sociedade. Pensar as questões ambientais na perspectiva histórica, portanto, contribui para a construção de um pensamento mais complexo e que destaque a atuação dos humanos nas transformações da paisagem e o papel dos atores não humanos em nosso coletivo. Dessa forma, entendo ser possível avançar na constituição de sujeitos historicamente e ambientalmente orientados.

Na intenção de que a pesquisa e suas contribuições não ficassem limitadas ao público leitor de trabalhos no campo da história, levantei a possibilidade do documentário como uma forma de ampliar o alcance do trabalho, além de avançar sobre as propostas de inserção profissional do historiador em outros espaços.

A produção de *Fontes da Cidade* me propôs desafios dos mais diversos, exigindo não apenas a apropriação de uma linguagem não comum ao meio dos professores de História, mas

tomar conhecimento de formas de produção, possibilidades de fomento cultural, linguagem e procedimentos técnicos que tornaram a experiência do Mestrado Profissional enriquecedora.

O contato com profissionais do campo audiovisual foi fundamental para que a iniciativa da realização do curta se qualificasse e permitisse um trabalho mais adequado dentro das condições financeiras e temporais das quais tínhamos. Nesse sentido, entendo como fundamental para uma melhor avaliação do resultado do trabalho um estudo, posterior à defesa desta dissertação, de verificação do alcance, do impacto social e das contribuições do filme para diferentes públicos.

Por fim, destaco que a realização de um documentário não se encerra no momento da finalização do filme. A comunicação do projeto e a exibição dele, seja para professores e estudantes de Caxias do Sul, seja para o amplo público de documentários, também deverá ter continuidade. Tenho avaliado com o produtor Rafael Vebber a possibilidade de inserir o filme em festivais de curtas-metragens e a realização de debates sobre as relações entre história e documentário. Esperamos avançar nesse caminho repleto de possibilidades.

REFERÊNCIAS

A LUTA pelo Básico. Instituto Trata Brasil, 2017 (15 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6J9g0SLYUQM&t=696s. Acesso em: abr. 2021.

A REALIDADE do Saneamento Básico no País. Direção de André Pires. São Paulo: Kunduru Filmes, 2016 (36 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=69N9aYM9bco&t=150s. Acesso em: abr. 2021.

ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul**. 2. ed. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1971. t. I.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história?. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012, v. ??, p. 21-39.

ALMEIDA, Edlaine Cristina Rodrigues de. **História da escola de enfermagem Madre Justina Inês**: uma instituição de ensino superior formando enfermeiras em Caxias do Sul/RS (1957-1967). 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Acadêmico em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

ARAUJO, Vanessa Barboza de. **Ensinar a Ler a Cidade**: práticas de estudo da urbe na educação básica. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ARRUDA, Gilmar. Consciência histórica, ensino de história e a educação ambiental. In: **História & Ensino**, Londrina, v. 12, p. 113-122, ago. 2006.

ÁVILA, Vladimir Ferreira de. **Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850-1900).** 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BARBOSA, Giovani de Souza; OLIVEIRA, Caroline Terra de. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular. In. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande. v. 37, n. 1, Seção especial: XI EDEA – Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, p. 323-335, jan./abr. 2020.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BARROS, José D'Assunção. A Fonte Histórica e seu Lugar de Produção. **Cadernos de Pesquisa do Cdhis**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 407-429, jul./dez. 2012.

BARTHES, Roland. Semiologia e urbanismo. In: BARTHES, Roland. **A aventura semiológica.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio ambiente e ensino de História. In: **História & Ensino**, Londrina, v. 9, p. 63-96, out. 2003.

BUBLITZ, Juliana. A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: **Métis**: história & cultura - v. 3, n. 6 (2004), p. 179-200.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Café História: Divulgação científica de História na internet. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares**. História Pública e Divulgação de História**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2019.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. Os lugares do historiador-divulgador. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares**. História Pública e Divulgação de História**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2019.

CARVALHO, Ely Bergo de. Uma história para o futuro: o desafio da educação ambiental para o ensino de história. **Revista História Hoje**, v. 5, p. 1-10, 2011.

CARVALHO, Ely Bergo de. Uma voz que clama no deserto: minhas experiências de educação ambiental na formação inicial de historiadores. In: **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 6, v. 4, jan./dez. 2017.

CARVALHO, Ely Bergo de; COSTA, Jamerson de Souza. Ensino de História e Meio Ambiente: uma difícil aproximação. In: **História & Ensino**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 49-73, jul./dez. 2016.

CAVAGNOLLI, Anelise. Sistema Dal Bó. In: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. **SAMAE 50 anos**: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul: 1966-2016. Caxias do Sul: SAMAE, 2016. 214 p.

CAXIAS DO SUL (RS). Câmara Municipal. **Palavra e Poder**: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul. Organização da pesquisa: Geni Salete Onzi; textos de Anelise Cavagnolli, Eduardo Ziegler Reis e Geni Salete Onzi. Caxias do Sul, RS: Ed. São Miguel, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CORTELETTI, Rafael. **Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. v. 1. 200p.

COSTA, Nilson do Rosário. **Lutas urbanas e controle sanitário**: origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

DOMANSKA, Ewa. Para além do antropocentrismo nos estudos históricos. In: Revista **Expedições**: Teoria da História & Historiografia. v. 4, n. 1, jan./jul. 2013.

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaigang**: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no rio grande do sul do século XIX e início do XX. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em

História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ENTRE Rios: a urbanização de São Paulo. Direção de Caio Silva Ferraz. São Paulo: SENAC, 2009 (25 min.). Disponível em: https://vimeo.com/14770270. Acesso em: abr. 2021.

ESPINDOLA, H. S.. A problemática espacial e a história ambiental. In: **Revista de História Regional**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 343-374, 2016.

ESTEVAM, Bread Soares. Da crise ambiental ao despertar da consciência ecológica: diálogos entre a História Ambiental e a Educação Ambiental. In: **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 6, v. 4, jan./dez. 2017.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O cinema na história pública: balanço do cenário brasileiro (2011-2015). MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO. **História pública no Brasil**: Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

FIGUEIREDO, Lucas. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. In: **I ENANPARQ**, 2010, Rio de Janeiro. Anais do I ENANPARQ. Rio de Janeiro: PROURB, 2010.

FOLTZ, Richard C. Does Nature Have Historical Agency? In**: The History Teacher**, v. 37, n. 1. p. 9-28, 2003.

GARDELIN, Mário. COSTA, Rovílio. Colônia Caxias: origens. Porto Alegre: Edições EST, 1993.

HADLER, Maria Sílvia Duarte. Cidade e Ensino de História. In ZAMBONI, Ernesta; GALZERANI, Maria Carolina B.; PACIEVITCH, Caroline (org.). **Memória, sensibilidades e saberes.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento:** As bases da política de Saúde Pública no Brasil. 2. ed. São Paulo: Hicitec, 2006.

JARDIM Helian: Memória e Luta por Saneamento. Direção de Nicolau Bruno. São Paulo: UNIFESP, 2020 (26 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ijigVzN5wUg&ab_channel=PROECUnifesp. Acesso em: abr. 2021.

KETTLE, Wesley. A perspectiva Ambiental e o Ensino de História na Amazônia: experiências no município de Ananindeua. In: **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 6, v. 4, jan./dez. 2017.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica. In: **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan./jun. 2016.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina; o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade**: história de Caxias do Sul 1875/1950. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001.

MARQUES, Ronualdo; RAIMUNDO, Jerry Adriano; XAVIER, Claudia Regina. Educação Ambiental: Retrocessos e contradições na Base Nacional Comum Curricular. In: **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 10, n. 28, p. 445-167, 2019.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Ensino de História e Meio Ambiente. In: Teresa Malatian, Célia Maria David. (Org.). **Pedagogia cidadã**: cadernos de formação/ensino de História. 1ed.São Paulo: UNESP/Pró-Reitoria de Graduação, p. 147-160, 2004.

MAUAD, Ana M. Na Mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 1, n. 13, p. 133-176, 2005.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-89, 1996.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Entre o vinho e a política:** Uma biografia de Celeste Gobbato (1890 - 1958). 2011. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NA CIDADE, Um Rio. Direção de Pedro Fillipe. Bezerros – Caruaru: UFPE, 2016 (14 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A2zaPPEXCYg&ab_channel=PedroFillipe. Acesso em: abr. 2021.

NASCIMENTO, Roberto R. F. do. **A formação urbana de Caxias do Sul.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. História ambiental e ensino de história: uma experiência de Nowtopia. In: **Quaestio**, Sorocaba SP, v. 21, n. 1, p. 137-156, jan./abr. 2019.

PRESTES, Antônio João Dias; PEREIRA, Elenita Malta. A primeira aula de História Ambiental na UFRGS: Uma experiência no Ensino de História (2012-2013). In: **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 6, v. 4, jan./dez. 2017.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RELA, Eliana. **Nossa fé, nossa vitória**: igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS: Educs, 2004.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **O Saneamento e a Politização da Higiene no Rio Grande do Sul (1828 - 1930).** 2015. 276 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Urbanização e saneamento em Caxias do Sul, RS (1875-1930). In: **Revista Antíteses**, v. 10, p. 425-452, 2017.

SANEAMENTO Básico: Um Drama Brasileiro. Direção de Roberto Herrera Peres. Rio de Janeiro: Cinema Deriva, 2017 (5 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Csflt1q5y4g. Acesso em: abr. 2021.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO. **História pública no Brasil**: Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHMACHTENBERG, R. Código de posturas e regulamentos: vigiar, controlar e punir. In: IX Encontro Estadual de História, 2008, Porto Alegre - RS. Vestígios do passado: a história e suas fontes. Porto Alegre - RS: ANPUH-RS, 2008. v. 1, p. 1-13.

SCHMIDT, Benito Bisso. O historiador-curador: a experiência de realizar uma exposição histórica voltada a públicos diversos. MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO. **História pública no Brasil:** Sentidos e Itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SIMONINI, Yuri; FERREIRA, Angela Lúcia. A dimensão urbana da natureza: considerações sobre a história ambiental. In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. v. XVIII, n. 1039, 2013.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. História e Meio Ambiente: um diálogo possível e necessário. In: **Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 148, p. 123-132, dez. 2015.

TESSARI, Anthony Beux. Retratos em albumina: Gio Batta Serafini, Francesco Muscani, Umberto Zanella. In: XII Encontro Estadual de História da Anpuh-RS - História, Verdade e Ética, 2014, São Leopoldo (RS). **História, Verdade e Ética**: anais. Porto Alegre: Anpuh-RS, 2014. v. 1. p. 1-14.

TROGLIO, Lucas. Sistema de Esgotamento de Caxias do Sul. In: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. **SAMAE 50 anos**: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul: 1966-2016. Caxias do Sul: SAMAE, 2016. 214 p.

TROGLIO, Lucas; IOTTI, Luiza Horn. História do saneamento em Caxias do Sul: uma questão de saúde pública (1893 -1925). In: **Reminiscências da história da medicina**. LOPES, Maria Helena Itaqui; RITTER, Carlos Gomes; GUILHERMANO, Luiz Gustavo. São Leopoldo: OIKOS, 2017.

VARGAS, Luís Francisco da Silva. **Saneamento e Urbanização no Rio Grande do Sul durante os anos de 1916 a 1931:** O papel da SOP - Secretaria de Obras Públicas. A Cidade de Iraí como referência. 2011. 466 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VASCONCELOS, Bruna Montor. **História Ambiental e Ensino de História através da Teoria da Complexidade de Edgar Morin**. 2018. 195 f. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTORIA) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

FONTES CONSULTADAS

Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. 1893.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Código Administrativo de 1927.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1901-1903.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1909 -1913.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1913-1923.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1924-1930
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1930-1932.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência municipal de 1890 a 1902.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência municipal de 1902-1903.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência municipal entre 1907 e 1913.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência municipal entre 1913 e 1932.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1904.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1905.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1906.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1907.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1909.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1912.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1913.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1914.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1915.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1916.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1917.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1919.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1920.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1923.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1924.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1925.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1926.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1927.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1928.
INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1929.

Periódicos

Caxias. Caxias do Sul. 08 de dez. 1927.
Caxias. Caxias do Sul. 22 de dez. 1927.
Caxias. Caxias do Sul. 23 de fev. 1928.

Caxias. Caxias do Sul. 08 de mar. 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 15 de mar. 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 12 de abril 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 19 de abril 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 31 de maio 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 07 de jun. 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 28 de jun. 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 12 de jul. 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 11 de out. 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 25 de out. 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 11 de nov. 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 15 de nov. 1928.
Caxias. Caxias do Sul. 21 de fev. 1929.
Caxias. Caxias do Sul. 15 de ago. 1929.
Caxias. Caxias do Sul. 12 de dez. 1929.
Cittá di Caxias. Caxias do Sul. 27-28 de set. 1915.
Correio do Município. Caxias do Sul. 15 de ago. 1909.
Gazeta Colonial. Caxias do Sul. 31 de out. de 1908.
Gazeta Colonial. Caxias do Sul. 05 de dez. de 1908.
O Brazil. Caxias do Sul. 6 de fev. 1913.
O Brasil. Caxias do Sul. 23 de out. 1920.
O Brasil. Caxias do Sul 15 de jan. 1921.
O Brasil. Caxias do Sul. 12 de mar. 1921.
O Brasil Caxias do Sul. 26 de mar. 1921.
O Momento. Caxias do Sul. 28 de fev. 1938.
O Popular. Caxias do Sul. 16 de jan. de 1930
O Popular. Caxias do Sul. 24 de out. 1929.
O Regional. Caxias do Sul. 23 de jan. 1928.
O Regional. Caxias do Sul. 13 de fev. 1928.
O Regional. Caxias do Sul. 23 de abril 1928.
O Regional. Caxias do Sul. 13 de ago. 1928.
O Regional. Caxias do Sul. 10 de set. 1928.
O Regional. Caxias do Sul. 05 de nov. 1928.

Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul

Atas do Conselho Municipal de 15 de Novembro de 1921 a 01 de Novembro de 1930. 3ª seção ordinária de 09 de Janeiro de 1928.

ANEXOS

Fontes da Cidade
Roteiros para entrevistas

ANELISE CAVAGNOLLI – DIA 20/01/2021 – ARQUIVO HISTÓRICO – 13:30

- Apresentação da entrevistada.
- O que é o Arquivo Histórico João Spadari Adami? Qual a importância do Arquivo Público para a pesquisa histórica?
- Como podemos descrever os primeiros momentos da colonização em Caxias do Sul?
- Como funcionava o abastecimento de água antes dos sistemas de abastecimento?
- Qual a importância da água subterrânea e dos poços naquele contexto?
- O descarte de resíduos/lixo/esgoto influenciou a qualidade da água e a saúde da população local?
- O que era o serviço de remoção de matérias fecais? Qual sua função quando foi instituído?
- Quem eram os cabungueiros e como trabalhavam?
- O intendente Penna de Moraes fez críticas ao desmatamento local, apontando suas consequências para a disponibilidade de água. Como foi esse processo?
- Fale sobre a primeira represa, localizada no atual parque Getúlio Vargas.
- Como foi a construção da Hidráulica Municipal Borges de Medeiros? Qual sua importância?
- Apesar de discutirmos aqui uma história do saneamento local – uma experiência local - como você acha que essa história pode contribuir para quem não é de Caxias? Como se dá a relação local/global?

NEISI COELHO ZORZI – DIA 20/01/2021 – ARQUIVO HISTÓRICO - 14:30

- Apresentação da entrevistada.
- O que é o Arquivo Histórico João Spadari Adami? Qual a importância do Arquivo Público para a pesquisa histórica?
- Como podemos descrever os primeiros momentos da colonização em Caxias do Sul?
- Como funcionava o abastecimento de água antes dos sistemas de abastecimento?
- Qual a importância da água subterrânea e dos poços naquele contexto?
- O descarte de resíduos/lixo/esgoto influenciou a qualidade da água e a saúde da população local?
- O que era o serviço de remoção de matérias fecais? Qual sua função quando foi instituído?
- Quem eram os cabungueiros e como trabalhavam?
- O intendente Penna de Moraes fez críticas ao desmatamento local, apontando suas consequências para a disponibilidade de água. Como foi esse processo?
- Fale sobre a primeira represa, localizada no atual parque Getúlio Vargas (macaquinhos).
- Como foi a construção da Hidráulica Municipal Borges de Medeiros? Qual sua importância?
- Apesar de discutirmos aqui uma história do saneamento local – uma experiência local - como você acha que essa história pode contribuir para quem não é de Caxias? Como se dá a relação local/global?

HELOISA GIRON – DIA 20/01/2021 – PARQUE GETÚLIO VARGAS – 16:00

- Apresentação da entrevistada.
- Como podemos caracterizar a biodiversidade/paisagem natural de Caxias do Sul?
- Existem plantas ou animais mais característicos da região? Qual a importância deles?
- O processo histórico de ocupação urbana e as estratégias de saneamento interferiram nas formas de vida não humanas da região?
- Qual o panorama da mata nativa de Caxias do Sul atualmente? Particularmente na área urbana.
- Qual o panorama da qualidade da água de Caxias do Sul? E da vida aquática?
- O que é a educação ambiental e qual o seu papel na sociedade atual?
- Temos uma dificuldade de nos entendermos como sujeitos participantes de uma rede de conexões entre humanos e não humanos. Como você vê isso?
- Apesar de discutirmos aqui uma história do saneamento local – uma experiência local - como você acha que essa história pode contribuir para quem não é de Caxias? Como se dá a relação local/global?

KATANI MONTEIRO – DIA 27/01/2021 – ETA BORGES – 16:00

- Apresentação da entrevistada.
- Você biografou o intendente Celeste Gobbato. Como surgiu o interesse por esse personagem?
- Como você caracteriza a Caxias do Sul da década de 1920?
- Gobbato foi visto como um "outsider", "desinteressado", naquele momento político turbulento. Como se deu esse processo que o levou ao poder?
- Como você caracteriza a administração de Gobbato?
- Como se constituía a viabilidade política e econômica de obras na administração de Celeste Gobbato?
- Na biografia de Gobbato você destaca a construção da Hidráulica Municipal. Qual a importância dessa obra para a administração e para a cidade naquele contexto?
- Apesar de discutirmos aqui uma história do saneamento local – uma experiência local - como você acha que essa história pode contribuir para quem não é de Caxias? Como se dá a relação local/global?

ROBERTO NASCIMENTO – DIA 01/02/2021 – PRAÇA DANTE – 13:30

- Apresentação do entrevistado.
- Como podemos descrever os primeiros momentos da colonização em Caxias do Sul?
- Como foi organizada a ocupação do território da colônia Caxias. Particularmente da Sede Dante.
- Qual o papel do Estado na colonização de Caxias do Sul?
- No seu livro "A formação urbana de Caxias", você faz referência a como o modelo urbano implantado sofreu interferências de atores naturais como o relevo, o vento... Como você o papel da paisagem agindo sobre o processo de colonização?
- Como os lotes coloniais se organizavam em função da disponibilidade de água aos colonos?
- O intendente Penna de Moraes chegou a criticar o modelo de desmatamento amplamente utilizado naquele momento. Como isso funcionava? Qual a importância da indústria da madeira naquele momento?

- Você escreveu sobre como é importante “Nacionalizarmos nossas pesquisas”. Como compreender a experiência local nos leva para questões mais amplas? Nacional e/ou internacionalmente.